

Haroldo Bruno

QVAE SVNT CAESARIS CAESARI

uma proposta de leitura dos
Commentarii de Bellō Gallico.

0300038572



RETOMBADO

P/340

Tese apresentada à Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, câmpus de Araraquara, para a obtenção do título de Doutor em Letras, Área de Concentração: Lingüística e Língua Portuguesa.

Orientador:

Professor Doutor Alceu Dias Lima

Araraquara

— 1998 —



Haroldo Bruno

QVAE SVNT CAESARIS CAESARI¹

uma proposta de leitura dos

Commentarii de Bello Gallico.

Tese apresentada à Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, câmpus de Araraquara, para a obtenção do título de Doutor em Letras, Área de Concentração: Lingüística e Língua Portuguesa.

Orientador:

Professor Doutor Alceu Dias Lima

Araraquara

— 1998 —

¹ Marcos, 22:21.

Memoriae

Amici

João Batista Forti

A Maria Joana e Arnaldo, meus pais,
pelo exemplo de dignidade e perseverança.

A Eduardo Augusto e Thaís, meus sobrinhos,
pela alegria com que distinguem o tio.

...

A Renata, Daniel e Carla, meus filhos,
pelos seres humanos que são.

A Regina, minha esposa,
por não esmorecer.

No ainda cinzento inverno de 1988, ao transferir-me de São Paulo para Araraquara, tive calorosa acolhida dos companheiros da Área de Latim da FCL/Car, Professores Alceu Dias Lima, João Batista Toledo Prado e José Dejalma Dezzoti.

Se este trabalho alcançou seu fim, foi certamente por seu incentivo.

A todos os três devo estender minha gratidão, sobretudo e especialmente ao Professor Doutor Alceu Dias Lima, por sua perseverança com o orientando indisciplinado.

RESUMO

43

Observa-se, nos *Commentarii de Bello Gallico*, uma ligação pouco transparente entre seu plano formal e seu plano de conteúdo. A aparente preocupação de César em relatar, como teriam ocorrido, fatos e ações tê-lo-ia levado a servir-se de um discurso objetivo e despojado dos ingredientes da retórica tradicional. Juntas, essas duas vertentes condicionariam a produção de um discurso claramente denotado. Contudo, a denotação em César parece dissimular dois objetivos que subjazem à obra: de um lado, a criação do mito de um *Caesar* e, de outro, como conseqüência ou complementação à criação do mito, a instauração dos alicerces do regime monárquico imperial. Ora, se tais objetivos norteiam a obra que, historicamente, é a responsável pelas bases primeiras do cesarismo, não será ingênuo nem fora de propósito supor que, no *Bellum Gallicum*, a denotação dissimula a conotação. Assim, o objetivo intrínseco desta pesquisa é mostrar como, servindo-se de uma linguagem despojada dos recursos tradicionalmente chamados retóricos, no tocante ao léxico e a morfossintaxe, César produz um discurso fortemente expressivo e manipulador.

It is possible to observe, in Caesar's *Commentarii de Bello Gallico*, a not so manifest relation between its formal aspects and its contents. It is commonly thought that Caesar's apparent intention to describe facts and actions as they would have really occurred should have driven him to use an objective language, deprived from the traditional rhetoric components. These two textual dimensions should lead to the production of clearly denoted discourses. However, denotation in Caesar's works seems to dissimulate two underlying objectives: first, the creation of a myth, the myth of a Caesar; second, as consequence of or complement to that myth, the establishment of a basis for the imperial monarchic government. If it is true that such objectives guide Caesar's works, which are historically responsible for the very basis of Caesarism, it will not be ingenuous or inopportune to assume that, in the *Bellum Gallicum*, denotation disguises conotation. The intrinsic objective of this research is, then, to show how Caesar, using a kind of language which is deprived of the traditional rhetorical resources, as far as lexicon and morphosyntax are concerned, is able to elaborate such an expressive and manipulating discourse.

ÍNDICE

1. Apresentação.....	10
2. Primeira parte: Considerações preliminares.....	12
I. Introdução.....	13
II. O aparelho formal da narrativa.....	29
III. <i>HISTORIA</i> -.....	33
III. Historicidade.....	37
IV. Retórica: arte ou armadilha?.....	40
IV.1. Retórica.....	42
IV. 2. A retórica clássica.....	43
IV.2.1. Retórica: sua significação extensiva.....	43
IV.2.2. Retórica: sua significação intensiva.....	47
IV.3. Teoria da elaboração.....	50
V. Mito.....	57
V.1. Narrativa mitográfica X <i>constructum</i> mítico.....	65
V.1.1. Mito cívico.....	68
V.2. Mitização.....	70
3. Segunda parte: Os <i>Commentarii</i>	75
I. Introdução aos <i>Commentarii</i>	76
II. Os <i>Commentarii de Bello Gallico</i>	82
II.1. <i>Commentarii</i>	88
II.1.1. Comentaridade.....	91
II.1.2. Forma e função dos <i>Commentarii</i>	93
III. Uma proposta de leitura.....	103
III.1. Historicidade.....	104

APRESENTAÇÃO

“”

Distribui-se o presente trabalho em duas partes.

Na primeira, “Considerações preliminares”, expõem-se os conceitos considerados indispensáveis para o estudo dos *Commentarii de Bello Gallico*, quais sejam, “o aparelho formal da narrativa”, “HISTORIA-”, “retórica” e “mito”. Tomados isoladamente, isto é, sem se ter em vista a finalidade a que se destinam — o estudo do *Bellum Gallicum* —, poderão parecer distribuídos aleatoriamente; essa é, contudo, uma impressão que se desfará ao alcançar-se a parte seguinte.

A segunda parte, “os *Commentarii*”, destina-se, fundamentalmente, ao estudo do *Bellum Gallicum*, dos elementos constitutivos do gênero *commentarii*, bem como da proposta de leitura que dele, *Bellum Gallicum*, se deve fazer. Ainda nessa seção, demonstram-se os resultados alcançados em uma leitura do *Bellum Civile*, sem os quais se poderia considerar prejudicada qualquer conclusão sobre os *Commentarii de Bello Gallico*.

PRIMEIRA PARTE

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

I. INTRODUÇÃO

“

Rusbrock está enterrado há cinco anos; é desenterrado; seu corpo está intacto e puro (pudera! senão não haveria história); *mas*: “havia apenas um pontinho no nariz que tinha um leve traço de decomposição”. Sobre a figura perfeita e como embalsamada do outro (que tanto me fascina), percebo de repente um ponto de decomposição. É um ponto mínimo: um gesto, uma palavra, um objeto, uma roupa, alguma coisa insólita que surge (que aponta) de uma região de que eu nunca havia suspeitado antes, e devolve bruscamente o objeto amado a um mundo medíocre. Seria o outro vulgar, ele cuja elegância e originalidade eu incensava com devoção? Ei-lo que faz um gesto através do qual se revela nele uma outra raça. Fico *alarmado*: ouço um contra-ritmo: algo como uma síncope na linda frase do ser amado, o ruído de um rasgo no invólucro liso da Imagem. (Barthes, 1990, p. 19).

A epígrafe de Barthes pode parecer estranha ou despropositada; sobretudo por pretender aproximar dados culturais considerados inaproximáveis, como Rusbrock, de *Irmãos Karamazov*, de Dostoiévski, o próprio Barthes e os *Commentarii* de César. Maior grau de estranhamento haverá se, a eles, se acrescentar ainda uma passagem de Ruy Castro acerca do irônico “óbvio ululante” cunhado por Néelson Rodrigues:

“Só os profetas enxergam o óbvio”, dizia Néelson Rodrigues a respeito de certos fenômenos que, por estarem bem

debaixo dos nossos narizes, tornam-se invisíveis. O óbvio ulula para nós, clamando por reconhecimento, e, apesar disso, passamos invictos por ele, com uma superioridade imbecil e alvar. Um dia, finalmente, alguém o enxerga — e, por enxergá-lo, torna-se um profeta e é carregado em triunfo numa bandeja, de maçã na boca, como um leitão assado (Rodrigues, 1993, p. 11).

Que reflexão, afinal, poderia justificar porem-se, lado a lado, Dostoiévski, Barthes, César e Néilson Rodrigues, na abertura de um estudo sobre os *Commentarii*. Se não se esquecerem os objetivos que norteiam este trabalho, verificar-se-á que as aproximações poderão, sem artifícios de raciocínio, fazer algum sentido.

O “pontinho no nariz”, denunciador implacável de um leve traço de decomposição, foi, segundo a leitura de Barthes, capaz de comprometer todo o corpo de Rusbrock, o qual, ainda que inumado há cinco anos, se apresentava intacto e puro. O “óbvio ululante” de Rodrigues representa por sua vez, de acordo com Ruy Castro, a realidade que se põe à frente de todos, “clamando” para ser reconhecida, sendo, contudo, “invictamente” ignorada, até ser percebida por um “profeta”.

Quanto às questões de Roma, a tradição humanística defronta-se igualmente com um “pontinho no nariz” e ofusca-se com um “óbvio ululante”, por força de uma “reverência litúrgica” que, por êxtase ou por temor, dispensa ela própria aos Estudos Clássicos. Para a demonstração desse comportamento, apresentar-se-ão a seguir, a título de exemplificação não exaustiva, três “casos” em que a “reverência litúrgica” se revela muito fortemente.

O primeiro deles diz respeito a um hexâmetro ciceroniano: *Cedant arma togae, concedat laurea laudi* — de *Officiis* I, 22, 77. Traduzido como “Cedam as armas à toga e o louro à língua” por Fumagalli, ou como “Que as armas cedam à toga, que o louro ceda à língua” por Rónai, e como “Que les armes le cèdent à la toge; que le laurier <du triomphateur> s’incline devant l’éloquence” por Bornecque (sd., p. 129, v. IV), tem freqüentemente sido interpretado como um apelo à ordem, alcançada esta por meio da submissão do poder militar ao poder civil, com a supremacia das palavras sobre as armas.

Pode-se, contudo, acreditar haver um equívoco nessas interpretações, produzido pelo jogo antinômico em nível dos significantes “*arma*” e “*togae*”; em nível de significado, o antinômico se

transforma em sinonímico, já que seus significados passam a ser correferenciais, apontando para um único referente: o poder, representado quer pela força das armas, quer pela força das palavras. Assim, antes de ser uma exortação à submissão à ordem civil, é, na verdade, um procedimento retórico com o qual o orador pretende levar a batalha para o seu domínio e travar luta com sua arma: a palavra. Não se pode, pois, afirmar que se almeje a paz; procura-se, sim, apagar, no exercício do poder, os indícios exteriores de opressão e de violência representados por “*arma*”, com a mera substituição de “*arma*” por “*uerba*”, de opressão e violência mais eficazes porque dissimuladas.

“”

Além disso, pode-se tomar o referido verso segundo o processo discursivo que o manifesta. Se se admite, com Pêcheux, que

as mesmas palavras mudam de sentido ao passar de uma formação discursiva a outra, é necessário também admitir que palavras [...] literalmente diferentes podem, no interior de uma mesma formação discursiva dada, ter o mesmo sentido (1988, p. 161).

Ainda para a leitura desse verso ciceroniano não se pode esquecer a lição de Barthes a respeito de

“sistema forte”; do sistema discursivo ou do sistema de linguagem que subsiste, qualquer que seja a mediocridade dos que o falam” (1988, p. 125). A Barthes parece que o sistema discursivo forte seja caracterizado por três armas discursivas: (a) ser uma representação (no sentido teatral: *show*), uma encenação de argumentos, agressões, réplicas, fórmulas, um mimodrama em que o sujeito pode jogar o seu juízo histórico”; (b) a existência de figuras de sistema, que

visam a incluir o outro no discurso como um simples objeto para melhor excluí-lo da comunidade dos sujeitos que falam a linguagem forte; (c) pode-se perguntar [...] se a frase, como estrutura sintática praticamente fechada, não é, já ela própria, uma arma, um operador de intimidação (1988, p. 126-27).

A lição de Barthes a respeito das características dos sistemas discursivos ou sistemas de linguagem forte corrobora a interpretação que se deu, neste trabalho, a respeito do verso de Cícero, já que parecem encerrar os três componentes característicos desse tipo de discurso, a que Barthes metaforicamente denomina “armas”: em primeiro lugar, deve-se sentir o tom fortemente retórico que envolve a frase; o tom fortemente retórico, e da retórica antiga, confere à frase o caráter de *show*, de encenação, mesmo porque essa é uma das

características da própria retórica; a isso se deve acrescentar, ainda, o fato de Cícero ter-se servido de um hexâmetro, um supra-segmental, a ser declamado e não apenas lido, acentuando o caráter de *show*. Em segundo lugar, os dois hemistíquios representam duas conclamações de caráter geral, no sentido de atingir a todos como uma sociedade e a ninguém em particular, como indivíduo; são duas conclamações que visam ao social e, objetivando o social, parecem incluí-lo no sistema, mas a inclusão do social acarreta a exclusão do individual. Portanto, a conclamação dirige-se ao social e não aos indivíduos; esses são incluídos na conclamação, mas excluídos da fala. O verso, na verdade, é um elogio ao discurso forte. Em terceiro lugar, deve-se considerar que o verso é uma arma retórica de grande poder, porque a recusa ao assentimento à conclamação representa a adesão à desobediência civil, o desrespeito às instituições; significa também substituir o louro do orador, pelo triunfo do general.

Pode-se então concluir que a mera substituição de “*arma*” por “*toga*” não acarreta alterações no exercício do poder, porque, como se sabe, na Roma Antiga, tanto os experimentados nos “*arma*” como os peritos nos “*uerba*” eram todos togados, isto é, pertenciam à classe social dos detentores do poder.

O segundo dos exemplos da “reverência litúrgica” dispensada aos textos clássicos pode ser extraído do episódio de Menênio Agripa, relatado por Tito Lívio (III, 32, 8-12¹).

Ficou, pois, assentado que seria enviado como porta-voz até a plebe Menênio Agripa, homem de palavra fácil e, por sua origem, bem visto junto a ela. Ele, tendo entrado no acampamento com aquele seu jeito rústico de falar, nada mais fez, segundo consta, do que narrar o seguinte: “No tempo em que, no homem, nem tudo estava, como agora, em harmonia, mas cada membro tinha sua opinião e seu modo de expressar-se, as demais partes se indignaram com que, por seu cuidado, seu esforço e seu trabalho,

¹ (8) Placuit igitur oratorem ad plebem mitti Menum Agrippam, facundum uirum et, quod inde oriundus erat, plebi carum. Is, intromissus in castra, prisco illo dicendi et horrido modo, nihil aliud quam hoc narrasse fertur: (9) Tempore quo, in homine, non, ut nunc, omnia in unum consentiebant, sed singulis membris suum cuique consilium [secus] suus sermo fuerat, indignatas reliquas partes sua cura, suo labore ac ministerio uentri omnia quaeri, uentrem in medio quietum, nihil aliud quam datis uoluptatibus frui; (10) conspirasse inde, ne manus ad os cibum ferrent, nec os acciperet datum, nec dentes conficerent. Hac ira, dum uentrem fame domare uellent, ipsa una membra totumque corpus ad extremam tabem uenisse. (11) Inde apparuisse uentris quoque haud seque ministerium esse, nec magis ali, quam alere eum, reddeuntem in omnes corporis parte hunc, quo uiuimus uigenusque, diuisum pariter in uenas, maturum confecto cibo, sanguinem. (12) Comparando hinc quam intestina corporis seditio similis esset

tudo era providenciado para o estômago, enquanto este, tranqüilo, nada mais fazia que usufruir dos prazeres que lhe eram proporcionados. Conspiraram então a fim de que as mãos não levassem o alimento à boca, a boca não aceitasse o que lhe era dado nem os dentes o triturassem. Nessa raiva, enquanto queriam subjugar o estômago pela fome, os próprios membros e todo o corpo caíram em extrema debilidade. Ficou assim claro haver uma ocupação em nada inoperante do estômago e que ele não era mais alimentado do que alimentava, já que devolvia a todas as partes do corpo esta seiva de que tiramos vida e vigor, distribuído igualmente através das veias, preparado pela digestão de alimentos: o sangue.' Mostrando depois quanto a sedição interna do corpo se assemelhava à ira da plebe contra o patriciado, dobrou a mente dos homens.— Tradução de Alceu Dias Lima.

De sua estrutura devem-se destacar

1. Em nível de conteúdo, primeiramente as igualdades (metáforas):
 - a. corpo = todo (sociedade romana)
 - b. relação de submissão e de dependência das partes ao todo = harmonia.

2. Parábola:

- a. Antropomorfização (assunção da qualidade de indivíduo) dos membros (partes) do corpo humano, o que representa a segmentação, a desunião e a disfunção do corpo (= sociedade romana).

3. Causas:

- a. Indignação das demais partes do corpo (que agem, agora, como indivíduos) porque (a) por seu cuidado, (b) seu esforço e (c) seu trabalho] tudo era providenciado para o estômago [enquanto este, tranqüilo, nada mais fazia que usufruir dos prazeres que lhe eram proporcionados].

Demais partes	Estômago
Cuidado	Usufruto
Esforço	Tranqüilo
Trabalho	Prazeres
Agente	Beneficiário
Ativo	Passivo

4. Ação: conspiração das demais partes do corpo contra o estômago:

- a. Objetivo: subjugação do estômago.
 b. Estratégia: paralisação das funções individuais:
 c. as mãos não levarem o alimento à boca;
 d. a boca não aceitar o que lhe era dado;
 e. os dentes não o triturarem.

5. Reação: [“nessa raiva, enquanto queriam subjugar o estômago, caíram em extrema debilidade”]: as partes sofrem com sua própria ação.

6. Demonstração: “ficou assim claro

- a. não haver uma ocupação em nada inoperante do estômago;
- b. que ele não era mais alimentado
- c. que alimentava, já que devolvia a todas as partes do corpo esta seiva
- d. de que tiramos vida e vigor, distribuído IGUALMENTE através das veias, preparado pela digestão dos alimentos: o sangue.”

7. Conclusão:

A sedição interna do corpo assemelha-se à ira da plebe contra o patronado para que a plebe não sofra com a sedição, deve sujeitar-se ao patriciado.

Na leitura do episódio em foco, deve-se, em primeiro lugar, registrar o tom fortemente retórico que o envolve. Em segundo, deve-se ter claro que, as palavras de Menênio Agripa representam uma conclamação de caráter geral, visando a atingir a todos como partes integrantes de uma sociedade, mas a nenhum deles em particular, como indivíduo. É uma conclamação que se dirige ao conjunto e, objetivando o todo, o inclui, e apenas a ele, no sistema; contudo, a inclusão do todo no sistema implica perversamente excluir do sistema o próprio indivíduo. A conclamação visa, portanto, ao social, não aos indivíduos.

Esses estão incluídos, como membros-destinatários, na conclamação; contudo, sua inclusão, na qualidade de parte, que deve submeter-se ao todo, na conclamação, implica sua desqualificação como indivíduos. Assim, como indivíduos (não, pois, como parte) são excluídos do exercício do direito da réplica, tendo tolhido o direito à fala, a qual os caracteriza como indivíduos, e não como parte.

Deve-se ainda considerar que o discurso de Agripa seja uma perversa arma retórica de grande poder, porque a recusa ao assentimento à conclamação configura a adesão à desobediência, ao desrespeito às instituições. Ressalte-se que, aqui, o assentimento é de caráter social, porque representa a atitude (“natural e logicamente”) esperada das partes que compõem o todo, daqueles, pois, que o convalidam e dão-lhe sustentação, submetendo-se ao discurso encrático, o discurso bem comportado do poder, ou ao discurso do “bom sujeito”, como o denomina Pêcheux: “uma superposição entre o sujeito da enunciação e o sujeito universal de modo que a ‘tomada de posição’ do sujeito realiza seu assujeitamento sob a forma do ‘livremente constituído” (Pêcheux, 1988, p. 215).

Por sua vez, a desobediência é delineada como produto da manifestação individual, de responsabilidade daquele

que, recusando-se à submissão, se põe à margem do todo por ser virtualmente o responsável por um discurso acrático, “fora do poder ou à sombra dele” (Barthes, 1988, p. 118), ou como o discurso que Pêcheux denomina do “mau sujeito”, “o sujeito da enunciação que se volta contra o sujeito universal”, (1988, p. 215). O exercício do direito à réplica, à fala, caracteriza-se então como elemento promotor de uma disfunção, da desagregação do todo, devendo assim ser condenado.

Finalmente, a “reverência litúrgica” pode ser ainda aquilatada muito facilmente, se se levar em conta a solução encontrada por renomados latinistas para a tradução de alguns significantes/significados “impertinentes” — não para o latim, diga-se, mas sim para o pensamento neo-humanista acerca dele.

Esse é o caso, por exemplo, da tradução, de Gaston Baillet, de 16 ocorrências do advérbio *forte*² no Livro I de Lívio.

² I, 4 “*Forte quadam diuinitus super ripas Tiberis effusus...*” [“Par un hasard providentiel, le Tibre, débordé...”]; I, 5 “*Forte et Numitori [...] tetigerat animum memoria nepotum*”. [“Et voilà que de son côté Numitor[...]: tout réveillant dans son esprit le souvenir de sons petits-fils”]; I, 7 “*si forte eo uestigia forent*”. [“s’il aurait [Ø] des traces de pas dirigées de ce côté”]; I, 7 “*Forte ita euenit ut Potitii*

Em somente 5 das 16 ocorrências, a tradução de *forte* se manteve fiel ao significante latino, expresso em francês por uma expressão do campo semântico de *hasard*. Ora, um leitor atento de Tito Lívio verifica que o escritor latino emprega, com relativa

ad tempus praesto essent". [Le **hasard** fit que les Potitius arrivèrent à temps"]; I, 9 "*Magna pars forte in quem quaeque inciderat raptae*," ["La plupart furent enlevées au **hasard** des rencontres."]; I, 11 "*aquam forte ea tum sacris extra moenia petitum ierat*". ["elle était allée [Ø] hors des murs chercher de l'eau pour le service du culte"]; I, 12 "*Ex equo tum forte Mettius pugnabat*". ["**Justement** Mettius combattait à cheval"]; I, 22 "*Forte euenit ut agrestes Romani ex Albano agro, Albani ex Romano praedas in uicem agerent*". ["**Justement** il se produisit des incursions des paysans romains en territoire albain, des paysans alban en territoire romain, avec pillage de part et d'autre."]; I, 24 "*Forte in duobus tum exercitum erant trigemium fratres...*". ["Le **hasard** voulut qu'il eût alors dans chacune des deux armées trois frères jumeaux"]; I, 25 "*Forte is integer fuit*." ["Par **bonheur**, il était indemne"]; I, 34 "*ob seditiones domo profugus cum Tarquiniis forte consedisset*" ["Son père [...] était [Ø] venu échouer à Tarquinies.]; I, 34 "*Ad Ianiculum forte uentum erat...*" [Voilà que, quand on arriva au Janicule...]; I, 46 "*Forte ita inciderat ne duo uiolenta ingenia matrimonio iungerentur fortuna*". ["Le **hasard** avait fait que les deux caractères violents n'étaient pas mariées ensemble"]; I, 57 "*Forte potantibus his apud Sex. Tarquinium [...] incidit de uxoribus mentio*". ["Un jour [Ø] qu'ils buvaient chez Sextus Tarquinius [...] la conversation tomba sur les femmes.]; I, 58 "*cum quo forte Romam rediens ab nuntio uxoris erat conuentus*". ["ces derniers revenaient **justement** à Rome quand ils rencontrèrent le messager de Lucrece.]; I, 59 "*in quo tum magistratu forte Brutus erat*" ["fonction qu'occupait **justement** alors Brutus"].].

freqüência, o advérbio *forte* como coesivo textual em períodos em que sua ausência comprometeria, por força da inexistência de relações lógicas, a coerência ou a verossimilhança da narração; exemplos mais que incontestáveis são os episódios de “Tarpeia” (I, 11) e dos “Horácios e Curiácios” (I, 22; 24; e 25).

As traduções de *forte* propostas por Gaston Baillet demonstram, de um lado, os efeitos do que se poderia denominar “síndrome do pontinho no nariz”, capaz de comprometer um corpo/córpus conservado, há cinco anos, “intacto e puro” — por isso, deve ser evitado; de outro, revela a presença do “óbvio ululante”. As causas de tais vícios são claras: a tradição humanística tem persistido em classificar como historiadores escritores do porte de César, Lívio, Tácito, entre outros. Não se pode, contudo, antepor sua condição de escritor à de historiador. Temerosa, entretanto, com a possibilidade de ver desqualificado um *córpus*, a tradição humanística parece preferir ignorar, receando que ela possa comprometer o todo, a função *manipuladora* de um *forte*, fechando, assim, os olhos ao texto que se lhe apresenta coeso, mas com visíveis indícios de apagamento de incoerências narrativas.

Como antídotos a tais males, procurou-se, neste trabalho, estabelecer um prudente distanciamento do pesquisador

relativamente ao objeto pesquisado, através da adoção dos instrumentos oferecidos pela Lingüística Moderna, sobretudo os da Análise do Discurso, capazes de evitar a “reverência litúrgica” da tradição.

II. O APARELHO FORMAL DA NARRATIVA.

23

Considerando que os *Commentarii* se compõem de narrativas breves, as quais podem confundir-se com “relatórios de atividades, observações, etc.,” possuindo por isso inegável caráter documental, adquirindo assim traços de obra historiográfica, o primeiro conceito operatório de que se vai tratar é o de “narrativa histórica”.

II.1. A NARRATIVA HISTÓRICA.

Em “As relações de tempo no verbo francês”, Benveniste define a narrativa histórica, ou “a apresentação dos fatos sobrevindos sem nenhuma intervenção do locutor na narrativa”, [...] “como o modo de enunciação que exclui toda forma lingüística ‘autobiográfica’”; para ele,

o historiador não dirá jamais eu nem tu nem aqui nem agora, porque não tomará jamais o aparelho formal do discurso que consiste em primeiro lugar na relação de pessoa eu:tu,

concluindo que, em tal narrativa, “só se verificarão formas de terceira pessoa” e que seu campo de expressão temporal “comporta três tempos: o

aoristo, o imperfeito (incluindo a forma em *-rait*, dita condicional) e o mais-que-perfeito". (1976, p. 262).

Referindo-se aos tempos aspectualmente perfectivos, após afirmar que são eles próprios das situações comunicativas em que se narra, declara Weinrich que, "quanto ao caráter de um relato como tal, é indiferente que a história seja verdadeira ou inventada", sendo igualmente indiferente "que tenha aspirações estético-literárias ou que seja um relato ingênuo" ou "a que leis literárias possa obedecer" (1968, p. 66). Segundo ele, o que importa é que a narração é um comportamento do homem perante o mundo e que, "narrando-o", o homem emprega "a parte da linguagem que está prevista para narrar": os tempos do relato, cuja função é "informar a quem escuta uma comunicação que essa comunicação é um relato". Como tudo, acrescenta Weinrich, "o próprio mundo inteiro, verdadeiro ou não-verdadeiro," é virtualmente relatável, propondo que os tempos pertinentes ao aspecto perfectivo sejam denominados "tempos do mundo narrado" ou "tempos da narrativa" (1968, p. 67). Contrapondo aos tempos do mundo narrado o grupo de "tempos do mundo comentado" ou "tempos comentadores", aduz ainda Weinrich que, em uma situação comunicativa não-narrativa, "o falante está em tensão e seu discurso é dramático porque trata de coisas que o afetam diretamente", porque o mundo não está sendo narrado, mas comentado, e "o falante tem

que comover ou tem que reagir e seu discurso é um fragmento de ação que modifica o mundo”; assevera, concluindo, que “o discurso não-narrativo é, por princípio, perigoso” (1968, p. 69-70).

III. *HISTORIA-*

22

Estabelecido o aparelho formal da narrativa por meio dos tempos perfectivos, “tempos do mundo narrado”, podemos iniciar algumas considerações sobre o significado de -¹ na Cultura da Roma Antiga.

Não se pode, primeiramente, esquecer que, para o Romano, *HISTORIA-* foi literatura; escrever *HISTORIA-* foi para o Romano atividade poética antes que atividade historiográfica; isto é, escrever *HISTORIA-* foi um fazer poético, emprestando a poético o significado que lhe conferiu Jakobson “Em Lingüística e Poética” (1971, p. 127). Alguns poucos testemunhos do retor Quintiliano (30 — ± 95 d.C.) poderão auxiliar a reflexão.

Ao tratar da narração, buscando tipificar formas narrativas, Quintiliano afirma haver delas três espécies, à exceção

¹ A notação utilizada em *HISTORIA-* (e, no decorrer do trabalho, nas demais entidades léxicas latinas) — itálico e caixa-alta seguida de um “-” — mencionará o tema do nome, ou seja, “uma entidade abstrata, ideal, portadora de um significado invariante e, ocasionalmente, à exceção do gênero, desgramaticalizado (Bruno, 1997, p. 261).

da utilizada nos tribunais²:

- a) a *FABULA*-, “que se desenvolve nas tragédias e nos poemas, distante não só da verdade, como também da representação da verdade”;
- b) o *ARGUMENTO*-, “que é falso, mas verossímil, e é desenvolvido pelas comédias”; e
- c) a *HISTORIA*-, caracterizada “pela exposição dos fatos — *gestae rei expositio*”.

Ao referir-se especificamente à terceira forma de narração, a *HISTORIA*-, Quintiliano³ julga que seja suficiente a ela expor “o que já fora recebido [da tradição]” ou “o que já havia sido relatado por autores ilustres”³. Após afirmar ser a *HISTORIA*- útil ao orador por oferecer-lhe “alguma inspiração fértil e agradável”, considera-a “próxima da poesia”, “um poema em prosa”, que busca “narrar, não provar”, visando “à

² “*Et quia narrationum, excepta qua in causis utimur, tres accipimus species, fabulam qua uersatur in tragoedis atque carminibus, non a ueritate modo, sed etiam a forma ueritatis remota, argumentum, quod falsum, sed uero simile comoediae fingunt, historiam, in qua est gestae rei expositio, grammaticis autem poeticas dedimus; apud rhetorem initium sit historia, tanto robustior, quanto uerior.*” (Quintiliano II, 4, 2).

³ “*nam receptas aut certe claris auctoribus memoratas exposuisse satis est*”

lembrança da posteridade e ao renome do autor”⁴.

Em suma, para Quintiliano, a *FABULA*-marca-se pela inverossimilhança, o *ARGUMENTO*- pela verossimilhança e a *HISTORIA*- pela exposição de fatos, os quais — acredita-se — se supunham, por tradição oral ou fonte escrita, verdadeiros. Mas, ao aproximá-la da poesia, julgando a *HISTORIA*- um gênero *narrandi* apenas, não *probandi*, que visa “à lembrança da posteridade e à fama do escritor”, Quintiliano confere aos fatos narrados, isto é, ao plano do conteúdo, menos valor que à própria narração, vale dizer, ao plano de expressão, mesmo porque a seu objeto bastaria, segundo ele, reproduzir relatos encontrados em outros autores.

Esses poucos testemunhos são suficientes para a verificação de que, para o Romano, tomando-se Quintiliano como um legítimo representante seu, *HISTORIA*- foi literatura. Assim, deve-se convir que a obra de um “historiador romano” antigo é, antes que tudo,

⁴ “*Historia quoque alere oratorem quodam uberi iucundoque suco potest; uerum et ipsa sic est legenda ut sciamus plerasque eius uirtutes oratori esse uitandas. Est enim proxima poetis et quodammodo carmen solutum, et scribitur ad narrandum non ad probandum totumque opus non ad actum rei pugnamque praesentem sed ad memoriam posteritatis et ingenii famam componitur, ideoque et uerbis*

obra de escritor, portanto de quem praticava uma atividade intelectual centrada em um fazer poético.

III.1. HISTORICIDADE

Tendo-se em conta as afirmações de Weinrich segundo as quais, para a narrativa histórica, “quanto ao caráter de um relato como tal, é indiferente que a história seja verdadeira ou inventada”, (1968, p. 66), as de Quintiliano para quem a *HISTORIA-* foi um gênero *narrandi* não *probandi*, visando à “lembrança e à fama do escritor”⁵ e, sobretudo, o fato de que, na Cultura da Roma Antiga, *HISTORIA-* foi literatura, uma atividade poética, portanto, pode-se formular o conceito de “historicidade”.

Para tanto, é preciso enfatizar o caráter do gênero *narrandi*, no que se refere ao possível compromisso que a *NARRATION-* deveria celebrar com seu objeto, com as *res gestae*. Levando-se em conta as lições do autor de *Ad Her.*, verificar-se-á que a narração —

remotioribus et liberioribus figuris narrandi taedium uita” (Quintiliano, X, 1, 31).

⁵ “[...] *totumque opus non ad actum rei pugnamque praesentem sed ad memoriam*

"*rerum gestarum aut proinde ut gestarum expositio*"⁶ — possuirá três características fundamentais: duas, "*breuis*" e "*dilucida*"⁷, referir-se-ão a forma; uma, "*ueri similis*"⁸ dirá respeito a seu objeto. Quanto a isso, isto é, no que respeita ao objeto da *NARRATION-*, deve-se ressaltar sua condição de *res gestae*, ou de *ut gestae* e de *ueri similis*.

Levando-se ainda em conta a afirmação de Rambaud para quem, nos *Commentarii*, se nota a presença de uma *déformation historique*, "que não consiste em forjar fatos fictícios, mas em impedir o leitor de apreciar o fato que foi produzido" (1966, 219), pode-se afirmar que tanto o conceito de *NARRATION-* na Cultura da Roma Antiga, quanto a própria narrativa dos *Commentarii* autorizam a ilação de que, neles, pode fazer-se notar a presença do *ut gestae* e do *ueri similis*. Em outras palavras, nos *Commentarii*, poderá haver elementos que, próprios da narrativa histórica segundo os critérios sobretudo de Benveniste e Weinrich, como os tempos perfectivos e os tempos do mundo narrado, sejam tomados como *res gestae*, isto é, como "históricos", quando, na

posteritatis et ingenii famam componitur" (X, 1, 31).

⁶ "*Narratio est rerum gestarum aut proinde ut gestarum expositio*" (III, 4).

⁷ "*Tres res conuenit habere narrationem, ut breuis, ut dilucida, ut ueri similis sit*" (IX, 14).

⁸ "*Veri similis narratio erit*" (IX, 16).

realidade, são puros efeitos-de-sentido produzidos pelo aparato formal da narrativa.

A esse efeito-de-sentido de *res gestae*, em que se nota o aparato formal da narrativa com os conseqüentes elementos básicos da embreagem dêitica, isto é, um **ele**, um **lá** e um **então**, denominar-se-á neste trabalho “historicidade”.

IV. RETÓRICA: ARTE OU ARMADILHA?

...

O título desta seção pretende revelar a admiração pelo fato de o homem poder impor-se sobre seu semelhante por força da linguagem, sobretudo quando se tem como certo que essa mesma linguagem possibilita ao mesmo homem situar-se no universo, relacionar-se com o mundo, organizar-se em uma comunidade — não importa de que magnitude —, definir leis, garantindo com elas o cumprimento de deveres e o exercício de direitos, propiciando-lhe, enfim, a vida em sociedade.

Se é, porém, verdade que um instrumento mais que privilegiado da linguagem, “a palavra”, “é, por si, ideologicamente neutra” (Bakhtin, 1988, p. 37), não será igualmente verdade que o homem pode impor-se sobre seu semelhante por meio dessa mesma palavra. Não é a palavra, mas o uso — e aqui se dá a uso o significado do senso comum — que dela se faz que possibilita ao homem impor-se sobre seu semelhante. E essa é uma constatação óbvia — na verdade, o “óbvio ululante” do velho Nélsion. Quanto a isso, é necessário ter sempre presente que, a língua — a *langue* de Saussure — se oferece a todos como um *continuum indiferenciado*.

IV.1. RETÓRICA

Ao uso diferenciado, determinado pelos indícios, rastros e marcas, que o indivíduo faz da língua, através do qual, voluntária ou involuntariamente, justa ou injustamente, honesta ou desonestamente, procura impor-se sobre seu semelhante, denominar-se-á, neste trabalho, discurso. Os elementos **com os quais e por meio dos quais** o homem pode diferenciar — e realmente diferencia — seu discurso, impondo-se — ou, ao menos, tentando fazê-lo — sobre o outro denominar-se-ão ingredientes retóricos.

Quanto aos ingredientes retóricos, deve-se ainda acrescentar que, se forem verdadeiras as afirmações de Benveniste segundo as quais “a linguagem está na natureza do homem, que não a fabricou” e

não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a (1976, p. 285),

não será menos verdadeiro afirmar que os ingredientes retóricos estão para a linguagem como a linguagem está para o homem: não é possível conceber um sem o outro. Afinal, como declara Hjelmslev

A linguagem é o instrumento graças ao qual o homem

modela o seu pensamento, seus sentimentos, suas emoções, seus esforços, sua vontade e seus atos, o instrumento graças ao qual ele influencia e é influenciado, a base última e mais profunda da sociedade humana. (1975, p. 1).

IV. 2. A RETÓRICA CLÁSSICA

Em *Elementos de Retórica Geral*, Heinrich

Lausberg entende que o termo retórica pode recobrir, de acordo com sua extensão e intensão, dois tipos de manifestações identificadas pelas rubricas “em sentido lato” e “em sentido restrito”.

IV.2. 1. RETÓRICA: SUA SIGNIFICAÇÃO EXTENSIVA

Sob a primeira rubrica, em sua significação extensiva, isto é, em sentido lato, retórica é

“a arte do discurso em geral”, que é exercida por qualquer indivíduo activamente participante da vida de uma sociedade (*opus cit.*, p. 75).

Por “discurso em geral”, entende Lausberg ser

uma articulação de instrumentos lingüísticos (i. é, uma seqüência de sons), que decorre no tempo, ou substituição equivalente desses mesmos instrumentos (p. ex., por meio da escrita) (*opus cit.*, p. 79),

acrescentando ainda que

essa articulação é considerada pelo sujeito falante, como formando um todo em relação a uma situação, e é empregada, por ele, com a intenção (*voluntas*) de alterar essa situação (*locus cit.*).

Explicitando o que considera uma situação, Lausberg afirma ser ela

um estado (quer do ponto de vista material, quer pessoal, quer social) encontrado numa determinada altura por um indivíduo ou grupo de indivíduos e que diz respeito a esse indivíduo ou a esse grupo de indivíduos (*locus cit.*).

Para Lausberg, a alteração de uma situação “está em poder do árbitro da situação”, alguma coisa impessoal, como o acaso, ou alguém como Deus, um indivíduo “(p. ex., o juiz em algum processo) (*locus cit.*), através de alguma ação “(p. ex., por meio do homicídio em caso de legítima defesa), ou através da palavra (p. ex., por

meio da sentença, num processo)” (*locus cit.*).

Outros indivíduos, além do árbitro, podem interessar-se pela alteração ou manutenção da situação, constituindo, então, os partidos — melhor seria dizer *partes*, na acepção jurídica do termo — os quais se defrontam com vistas à alteração ou à manutenção da situação, servindo-se do discurso partidário com o objetivo de influenciar ou persuadir o árbitro da situação “para que altere (ou conserve) a situação num sentido favorável ao respectivo partido” (*locus cit.*).

A totalidade dos discursos referentes a uma única situação constituem um “acto” processual” ou “conversação” — “quando a situação é apenas moderadamente perigosa” (*opus cit.*, p. 80). Há desses tipos de discurso três gêneros: (a) a *quaestio*, “a questão acerca da situação”, apresentada por qualquer indivíduo nela interessado; (b) os discursos partidários, das partes interessadas na situação; e (c) o discurso de decisão do árbitro da situação (*loc. cit.*).

Ainda segundo Lausberg, há duas classes de “discurso em geral”: (a) o “discurso de uso único”, constituído por qualquer um dos três gêneros de “discurso em geral”, proferido uma única vez

pelo sujeito falante, orador numa determinada situação histórica, com a intenção de modificar essa situação; a sua função, que corresponde à intenção (*voluntas*) do orador, extingue-se por completo, durante a referida situação (*locus cit.*);

e (b) o “discurso de uso repetido”, pronunciado

pelo mesmo orador, ou por oradores que respectivamente se alternam em situações típicas (festivas), que se repetem periodicamente ou não periodicamente. A utilidade desse discurso, para a dominação dessas situações típicas (dentro de uma mesma ordem social pressuposta como constante), mantém-se inalterada de uma só vez para sempre (*opus cit.*, p. 81).

Do discurso de uso repetido, Lausberg elenca três gêneros, dos quais especifica nomeadamente dois: (a) Leis, religiosas ou profanas; e (b) fórmulas litúrgicas ou profanas, para a fixação legal de seus atos” (*loc. cit.*).

IV.2.2. RETÓRICA: SUA SIGNIFICAÇÃO INTENSIVA

Sob a segunda rubrica, em sua significação intensiva, isto é, em sentido restrito, Lausberg define retórica, ou “retórica escolar”, como “a arte do discurso partidário — discurso em que se defende uma parte — (especialmente exercida diante de tribunais), acrescentando que a ela coube regulamentar a produção dos discursos partidários por meio de preceitos relativos a uma teoria da matéria e a uma teoria da elaboração.

Certamente procurando evitar criar polissemias indesejáveis com o emprego do termo arte, adverte Lausberg que

“Arte” (*técne, ars*) é a faculdade possuída por um indivíduo e comprovada na prática (*dýnamis, facultas; exis, firma facilitas, habitus*), com o fim de levar a cabo, com sucesso e repetidas vezes, empresas importantes do ponto de vista social (ou que são, pelo menos, assim consideradas por convenção). Essas empresas, que podem ser repetidas sem restrição, visam, ao ser realizadas, a perfeição (*areté, virtus*) e neste caso, todavia, nem pertencem aos processos

determinados pela natureza (*fýsis, natura*), nem são deixadas ao acaso (*týke, casus*) e, tão-pouco, devem ser consideradas como prodígios propriamente ditos (*térata, prodigia, miracula*) (*opus cit.*, p. 86) [já que se torna objeto de ensino (*locus cit.*)].

O discurso partidário foi objeto da retórica escolar visto que, nesse ensino, o que importava era a formação de advogados e políticos (Lausberg, 1993, p. 83). Tal discurso poderia ser pronunciado em três tipos de situações específicas, subdividindo-se assim em três gêneros, regulamentado cada um por meio de preceitos técnicos: (1) o gênero judicial, em que se procura o que é justo; (2) o gênero deliberativo, em que se procura o que é bom e útil, com a função de persuadir ou dissuadir, aconselhar ou desaconselhar; e (3) o gênero epidíctico ou demonstrativo, em que se procura o que é bom, com a função de elogiar ou vituperar (*opus cit.*, p. 83-84).

O discurso versa sobre uma matéria, que é seu tema, fornecida pelo orador que

deve ser capaz de compreender (*intellectio*) todas as matérias. Esta potencialidade universal do orador é uma

das causas que deram azo à entrada da retórica na literatura (*opus cit.*, p. 86).

A situação complexa contém a questão básica da situação para a configuração do discurso, ou seja, o discurso deve sempre adequar-se à situação, a qual se concretiza no *status*, tipificado em quatro gêneros: (1) *status translationis*: (“*an quaestio iure intendatur*”), em que se levanta o problema da justificação da questão (e, com isto, do processo) em geral e, sobretudo, da competência do juiz, visto que o acusado afirma a não-competência dele e requer a transferência. — A *translatio* recebe uma fundamentação especial por meio da *anticategoria*, que consiste na “contra-acusação”: o acusado acusa o acusador ou o juiz de um delito” (*opus cit.*, p. 87); (2) *Status coniecturae* (“*an fecerit*”), em que se põe o problema da realidade do delito no que diz respeito ao acusado (“se o acusado cometeu o delito que lhe é imputado) (*locus cit.*); (3) *status finitionis* (“*an hoc fecerit*”), em que se discute o problema do termo juridicamente relevante do delito, visto que o acusado reivindica para o seu delito um outro termo; (4) *status qualitatis* (“*an iure fecerit*”), centrado no problema da qualificação jurídica do delito, visto que o seu autor não reconhece a intenção criminosa do seu delito, o que reconhece, no entanto, como tendo sido cometido por si próprio (*locus cit.*).

IV.3. TEORIA DA ELABORAÇÃO

Na elaboração (*tractatio*) do discurso, distinguem-se cinco fases, (1) *inventio*, (2) *dispositio*, (3) *elocutio*, (4) *memoria* e (5) *pronuntiatio*, estando as três primeiras intimamente ligadas.

A *inventio*, que, para o autor de *Ad Her.* “*est excogitatio rerum uerarum aut ueri similibus, quae causam probabilem reddant*” — II, 3 — corresponde, segundo a Lausberg, ao

ato de encontrar pensamentos adequados à matéria, conforme o interesse do partido representado, pensamentos que servem como instrumentos intelectuais e afetivos para obter pela persuasão do juiz a vitória do partido representado (*opus cit.*, p. 91).

Lausberg cuida, contudo, em advertir que a *inventio* não pode ser tomada como um processo de criação como em teorias poéticas modernas, já que é um procedimento através do qual se procura encontrar “por meio da recordação (análoga à concepção platônica do saber):”

os pensamentos, aptos para o discurso, já existem no

¹ “A invenção consiste em encontrar os argumentos verdadeiros ou verossímeis que tornam a causa convincente”.

subconsciente ou na semiconsciência do orador como *copia rerum*, e só precisam ser despertados por uma hábil técnica mnemônica e mantidos, o mais possível, conscientes por meio de uma exercitação permanente. Neste caso, a memória é compreendida como uma totalidade espacial, por cujas diferentes divisões (*topoi, loci*) os diferentes pensamentos estão distribuídos. Por meio de perguntas adequadas (análogas ao método de perguntar socrático), os pensamentos escondidos nos *loci* são chamados à recordação. (*opus cit.*, p. 91)

A *inventio* não pode também ser confundida com a “inspiração”, que, para Wellek e Warren, como “designação tradicional do fator inconsciente na criação”,

está classicamente associada às musas, filhas da memória, e no pensamento cristão ao Espírito Santo. Por definição, o estado inspirado de um vidente, profeta ou poeta difere do seu estado normal. Nas sociedades primitivas, o vidente consegue atingir voluntariamente um estado de transe, ou pode involuntariamente ser “possuído” por qualquer força espiritual ou ancestral ou totêmica. Nos tempos modernos considera-se que a inspiração tem os traços essenciais da subitaneidade (como a conversação) e da impessoalidade:

a obra parece ser escrita *através* de uma pessoa. (*opus cit.*, p. 106)

A *inventio* não pode ser dissociada da *dispositio*², já que as diferentes partes do discurso requerem pensamentos diferentes. O *exordium* ou *proemium*, a parte inicial do discurso, tem por função atrair a atenção e a boa aceitação e a benevolência do juiz para a causa partidária defendida no discurso³.

A *propositio* e a *argumentatio* constituem a parte central do discurso. A primeira, a *propositio*, visa a comunicar o que se quer provar com o discurso partidário; a *partitio*, divisão da *propositio* em vários pontos, e a *narratio*⁴, a narração de uma seqüência de acontecimentos a que se liga o conteúdo da comunicação, podem

² “*Dispositio est ordo et distributio rerum, quae demonstrat quid quibus locis sit collocandum*” — *Ad Her.* II, 3. (“A disposição consiste em ordená-los [os argumentos] e distribuí-los; determina o lugar que deve ser atribuído a cada um deles”).

³ “*Exordium est principium orationis, per quod animus auditoris constituitur ad audiendum* — “o exórdio é o início do discurso; dispõe à atenção o espírito do ouvinte” (*Ad Her.* III, 4)

⁴ “*Narratio est rerum gestarum aut proinde aut gestarum expositio*” — “a narração é a exposição dos fatos tal qual eles aconteceram ou poderiam ter acontecido” (*Ad Her.* III, 4)

participar ou mesmo substituir inteiramente a *propositio*.

A *expositio*, por sua vez, divide-se em três partes: fábula, história e argumento: “*fabula est, quae neque ueras neque veri similes continet res; ut eae sunt, quae tragoedis traditae sunt*”; “*Historia est gesta res, sed ab aetatis nostrae memoria remota*”; e, finalmente, “*Argumentum est fictae res, quae tamen fieri potuit, uelut argumenta comoediarum*” (*Ad Her. VIII, 13*).

A *argumentatio* tem por objetivo provar; nela pode aparecer a *refutatio*, “parte da argumentação que impugna a argumentação do adversário” (*opus cit.*, p. 92).

A parte final do discurso é a *peroratio*, “que apresenta como certo aquilo que foi provado na *argumentatio*”, tendo duas funções: (1) a verificação do grau de certeza obtida — o que se efetua por meio da identificação entre a *propositio* e *conclusio* e pela repetição e acumulação, formulada brevemente, de provas idôneas da *argumentatio*; (2) a suscitação de afetos favoráveis ao partido, a qual tem a finalidade de dar ao juiz um impulso para pronunciar uma sentença favorável ao partido (*opus cit.*, p. 93).

A *elocutio*⁵, considerada por muitos a parte mais conhecida da retórica (Varga, 1970, p. 19), consiste em adequar aos argumentos levantados por meio da *inventio* as palavras e as frases que lhes convêm.

A *memoria*⁶ consiste em fixar-se solidamente no espírito os argumentos, as palavras e a disposição. A “boa” *memoria* pode ser um dom concedido pela natureza ou pode ser alcançada por meio de exercícios.

Finalmente, a *pronuntiatio*⁷ consiste em regular agradavelmente a voz, a fisionomia e os gestos. A *pronuntiatio* é considerada a qualidade mais útil e a mais importante para persuadir (*Ad Her. XI, 19*).

Qualquer que seja a definição que se

⁵ “*Elocutio est idoneum uerborum et sententiarum ad inventionum accommodatio*” — *Ad Her. II, 3*)

⁶ “*Memoria est firma anima rerum et uerborum et dispositionis praeceptio*” (*Ad Her. II, 3*), ou “*thesaurus inventorum atque omnium partium rethoricae custos*” — “o tesouro — cofre-forte — de todas as idéias fornecidas pela invenção, depositário de todas as partes da retórica” (*Ad Her. VIII, 11*)

possa aplicar ao significante *retórica*, permanece sempre, como bem adverte Varga, a questão moral:

a retórica poderia estar a serviço de uma causa imoral, ou seja, criminosa; em princípio, nada nos assegura que ela seja uma arte que conduza à virtude, que permite apenas construir discursos que ensinem o bem (Varga, 1970, p. 21).

Em Acreditaram os Gregos nos seus Mitos,

Paul Veyne considera a retórica como fonte de cepticismo, já que, segundo ele, se havia ela transformado em “técnica consciente de si própria”, perorando que

aquela gente aprendera na escola a arte de fazer acreditar ou de fazer frases e não tinha ilusões acerca do que fazia (Veyne, 1987, p. 103).

Já que a retórica é inerente à linguagem do mesmo modo que linguagem é inerente ao homem, não se pode deixar de admitir que todo e qualquer discurso seja construído sob uma determinada retórica, já que é ela que, sob o comando da *voluntas*, serve à finalidade —

⁷ “*Pronuntiatio est uocis, uultus, gestus moderatio cum uenustate*” (Ad Her. II, 3).

vale dizer, à modificação de uma situação — do enunciador

Sob tal princípio, a retórica, como conjunto de técnicas ou procedimentos, pode ser objeto de análise e, como tal, ter seus ingredientes catalogados e identificados à sociedade, de forma até a ser tratada escolarmente sob o estatuto de disciplina de academia, deixando, assim, de estar a serviço apenas do enunciador. Conservando, mesmo a partir de sua difusão escolarizada, sua natureza de estratégia de convencimento e transformando-se, em virtude dela, em instrumento “de defesa”, ou melhor, oferecendo, por sua própria difusão, ao enunciatário instrumentos com que se desmontassem as manipulações discursivas, a retórica teve diminuídos seus efeitos, visto que estes, como afirma Lausberg, puderam submeter-se ao controle do enunciatário (*opus cit.*, p. 77).

Em suma, o enunciatário, podendo identificar as estratégias ou formas retóricas, é capaz de neutralizar os efeitos que o falante pretende alcançar ou obter através dessas mesmas estratégias ou formas retóricas de que também ele, ouvinte, é senhor.

V. MITO

22

Mesmo em bibliografia especializada, não se encontra definição suficientemente extensa de mito, que possa circunscrever todos os possíveis casos desse fenômeno cultural.

No que se refere aos mitos da Cultura Clássica, a da Grécia e de Roma, para citar um exemplo, O mitólogo espanhol Elvira atribui ao mito uma posição intermediária entre a história e a ficção. Para ele, tanto a história como a ficção têm por marca a certeza — a primeira, a certeza de ser certo o que é narrado; uma certeza positiva; a segunda, a certeza de não ser certo o que é narrado; uma certeza negativa —, ao passo que o mito é marcado pela incerteza; reconhece, contudo, que tais marcas se deixam visualizar apenas

nas zonas extremas ou essenciais, pois é claro que há zonas nas quais a certeza da história diminui até a limitar-se à incerteza da mitologia (1982, p. 11).

Acrescenta, ainda, que “mesmo a ficção pode ter elementos históricos ou mitológicos mesclados com os livremente imaginados”; para o mitólogo espanhol, o mito compõe-se de três elementos: (1) a incerteza — como já se viu —; (2) a pretensão à veracidade; e (3) a tradicionalidade. Assim, mito é algo que, no que possui

de verossímil, pode ter ocorrido, sem que conste ter ocorrido ou não (*ibid.*); como ficção, é algo que, de fato, consta não ter ocorrido por ser imaginário (1982, p. 11-12).

Patai, por sua vez, elenca várias propostas de definição, das quais se citam três:

- a) Mito [...] é um instrumento religioso tradicional que opera validando leis, costumes, ritos, instituições e crenças ou explicando fenômenos naturais, e que assumem a forma de histórias, que se acreditam verdadeiras, acerca de seres divinos e heróis.” (1974, p. 13);
- b) os mitos são histórias dramáticas que constituem um instrumento sagrado, quer autorizando a continuação das instituições, costumes, ritos, crenças antigas na área em que são comuns, quer aprovando alterações.” (1974, p. 14).
- c) O mito é percebido como algo valiosíssimo e vigorosamente influente.” (1974, p. 15);

Para Crippa,

o mito oferece, tanto ao historiador quanto ao fenomenólogo, uma tal riqueza que qualquer tentativa de definição permanecerá aquém do definível. [...] o mito é,

para quem o vive como forma da realidade e para o mundo inteligível que dele nasce, uma totalidade indefinível. Configura o mundo em seus momentos primordiais; relata uma história sagrada; propõe modelos e paradigmas de comportamento; projeta o homem num tempo que precede o tempo; situa a história e os empreendimentos humanos num espaço indimensionável; define os limites intransponíveis de consciência e as significações que instalam a existência humana no mundo. (1975, p. 15).

Segundo M. Eliade, o mito refere uma história sagrada; relata um acontecimento ocorrido no tempo primordial, o tempo fabuloso do “princípio”. Em outras palavras,

o mito narra como, graças às façanhas dos Entes Sobrenaturais, uma realidade passou a existir, seja a realidade total, o Cosmos, ou apenas um fragmento: uma ilha, uma espécie vegetal, um comportamento humano, uma instituição. É sempre, portanto, a narrativa de uma “criação”: ele relata de que modo algo foi produzido e começou a ser. [...] Em suma, os mitos descrevem as diversas, e algumas vezes dramáticas, irrupções do sagrado (ou do “sobrenatural”) no Mundo. É essa irrupção do sagrado que realmente fundamenta o Mundo e o

converte no que é hoje. E mais: em consequência das intervenções dos Entes Sobrenaturais, o homem é o que é hoje: um ser mortal, sexuado e cultural” (*Mito e Realidade*, 1986, p. 11).

Ainda para Eliade,

- a) o mito constitui a história dos atos dos Entes Sobrenaturais, que é considerada absolutamente verdadeira (porque se refere às realidades) e sagrada (porque é obra de Entes Sobrenaturais);
- b) O mito se refere sempre a uma “criação”, contando como algo veio à existência ou como um padrão de comportamento, uma instituição, uma maneira de trabalhar foram inicialmente estabelecidos; essa é a razão pela qual os mitos constituem os paradigmas de todos os atos humanos significativos;
- c) O mito é uma revelação: conhecendo o mito, conhecemos a origem das coisas e, em consequência, podemos dominá-las e submetê-las à nossa vontade (1986, p. 22).

Dumézil, estudioso da mitologia indo-européia, adverte, por seu lado, que os mitos

não são invenções dramáticas ou líricas gratuitas, sem relação com a organização social ou política, com o ritual, com a lei ou com o costume; seu papel é, ao contrário, justificar tudo isso, exprimir em imagens as grandes idéias que organizam e dão sustentação a tudo isso. (1968, p. 10).

Diante da talvez intransponível dificuldade de apresentar uma definição acabada de mito, pode-se, para tentar compreendê-lo, focalizar sua função, isto é, procurar indicar a que o mito serve. Compreender o mito por meio do conhecimento de suas funções significa entendê-lo como um instrumento um objeto ou aparelho concreto. Entendê-lo como um instrumento conduz à admissão de que, como instrumento, o mito é usado, manipulado, atribuindo-se a este último verbo quer o significado de “engendrar”, quer o de “fazer funcionar”.

Podem-se distribuir as funções do mito em alguns grupos, representando todos eles subfunções de uma função maior expressa por Barthes como: designar e notificar, fazer compreender e impor” (1975, p. 139):

1. convalidar leis, costumes, ritos, instituições e crenças (Patai, 1974, p. 13);

2. explicar “fenômenos naturais” (Patai, 1974, p. 13);
3. relatar “uma história sagrada” (Crippa, 1975, p. 15),
“como, graças às façanhas dos Entes Sobrenaturais,
uma realidade passou a existir” (Eliade, 1986, p. 11).
4. propor “modelos e paradigmas de comportamentos a
serem imitados, repetidos e reafirmados” (Patai, p.
1974, p. 14; Crippa, 1975, p. 15);
5. permitir “ao receptor atingir uma profunda interiorização
emocional da verdade comunicada e de sua
mensagem e identificar-se com ela” (Patai, 1974, p.
15).

Devem-se, ainda, destacar duas grandes órbitas de influência do mito. Tem-se, na primeira, a linguagem a serviço de uma crença; tem-se a linguagem como reflexo exteriorizado, exteriorizante e veiculador de um sistema de pensamentos por meio do qual o homem, consciente ou inconscientemente, revela sua visão de mundo. Na segunda, não se tem a linguagem como meio de expressão de crença, mas como instrumento de imposição de uma crença.

Ainda que diante de tamanhas dificuldades

conceituais, pode-se afirmar com relativa segurança, que, em uma acepção que tenda para o tradicional, o mito consiste em apresentar a natureza como cultura, tomando-se o que é natural como cultural, ideológico ou histórico. Para uma acepção menos conservadora, deve-se levar em conta a lição de Barthes, para quem o mito apresenta como natural aquilo que é cultural (1988, p. 79). Segundo o pensamento barthesiano, o mito é o travestimento do cultural em natural; isto é, o mascaramento do cultural (daquilo que é criado pelo homem por meio da linguagem, através de sua relação com a natureza ou com seu próprio meio social, com a intenção de impor-se como crença) como natural (produzido pela natureza, dando-se a natureza o mais amplo sentido), sem a participação consciente e voluntária do homem. Como afirmou o próprio Barthes,

o mito consiste em inverter a cultura em natureza, ou pelo menos o cultural, o ideológico, o histórico, em “natural”: aquilo que não passa de um produto de divisão de classes e das suas seqüelas morais, culturais, estéticas, é apresentado (enunciado) como óbvio por “natureza” (1988, p. 79).

V.1. MITO = {NARRATIVA MITOGRÁFICA X *CONSTRUCTUM* MÍTICO}

Ainda para Barthes, “o mito não se define pelo objeto de sua mensagem, mas pela maneira como a profere”; tal afirmação implica assentir em haver uma maneira de proferir o relato mítico e que é essa mesma maneira que distingue o relato mítico de outros tipos de relato.

Retomando-se a lição de Benveniste acerca de história e a de Weinrich sobre mundo narrado, deve-se convir com que, tanto para Benveniste como para Weinrich, a história ou o mundo narrado se revelam por um plano de expressão denotado, por visarem a uma objetividade ou a um efeito-de-sentido seu.

Segundo Verón, o ideal da objetividade consiste no esforço de obtenção de uma linguagem puramente denotativa, ainda que seja esse um ideal puramente utópico (1970, p. 180). O plano de expressão denotativo, a que se poderia denominar “forma narrativa do mito” ou “narrativa mitográfica”, é, para o relato mítico, estratégia retórica privilegiada, pois, com o apagamento dos ingredientes retóricos tradicionais, simula não querer convencer, mas tão somente demonstrar um acontecimento cujas personagens se enquadram em determinada

“visão de mundo” ou em determinado estatuto — social, político, jurídico, religioso, etc. A narrativa mitográfica persegue, pois, um ideal de objetividade, pretendendo ser o mais possível denotada.

Contudo, com o amparo de Verón, para quem

a ideologia não é um tipo de discurso ou linguagem, mas um nível de significação de todo discurso transmitido em situações sociais concretas, relativo ao fato inevitável de que, por sua própria natureza, toda mensagem transmitida na comunicação social possui uma dimensão conotativa (1970, p. 181),

pode-se afirmar que a narrativa mitográfica é o primeiro nível de significação, ao passo que o *constructum* mítico é seu segundo nível. A narrativa mitográfica aponta para a dimensão histórica, segundo o que, como já viu acima, Benveniste denomina “história” e Weinrich “mundo narrado”; o *constructum* mítico, indica a dimensão propriamente mítica. Pode-se, pois, concluir, que a dicotomia narrativa mitográfica/*constructum* mítico reproduz dois níveis de significação a que se tem acesso segundo a leitura que se faz. Corrobora a essa ilação a afirmação de Barthes segundo a qual o mito é construído a partir de uma cadeia semiológica já existente, pois, para ele, “o mito é um sistema semiológico segundo” (1986, p. 136),

ou seja, o mito é um signo construído sobre um significante que é, ele próprio, um outro signo.

Segundo Patai, para quem também a melhor forma de expressar e comunicar as verdades do mito — ou “*constructum* mítico”, como aqui são denominadas — é a narrativa e, porque suas verdades se encontram em seu significado mais profundo — o segundo nível de significação —, “a verdade do mito requer repetição para produzir impacto sobre seu público”, podendo “as repetições ser literais ou assumir formas de variações” (1974, p. 15). A necessidade de repetição para que a narrativa mitográfica produza seu efeito, instaurando o *constructum* mítico, é, na verdade, um requisito do processo de assujeitamento ideológico. O pensador italiano Gramsci confirma a assertiva quando aconselha:

todo movimento cultural que pretenda substituir o senso comum e as velhas concepções do mundo em geral, necessita 1) não se cansar jamais de repetir os próprios argumentos (variando literariamente sua forma): já que a repetição é o meio didático mais eficaz para agir sobre a mentalidade popular (1989, p. 27).

V1.1. MITO CÍVICO

Hoc illud est praecipue in cognitione rerum salubre ac frugiferum, omnis te exempli documenta in illustri posita monumento intueri; inde tibi tuaeque rei publicae quod imitere capias, inde foedum inceptu, foedum exitu, quod uites. (Lívio, *Praef.* 10)

Tendo-se em mente a lição de Dumézil segundo a qual, à diferença das mitologias da Grécia e da Índia, a mitologia de Roma “não foi nem fantasmagórica nem cósmica, mas nacional e histórica”, tendo Roma pretendido apenas

narrar com simplicidade suas próprias origens, sua fundação e seu desenvolvimento, a obra e a aventura dos reis que, acreditava ela, a haviam sucessivamente formado. Mas essas narrações, datadas e situadas em uma perspectiva próxima, não eram em grande parte menos fictícias e herdadas do tempo em que Roma não existia ainda, e não desempenhavam menos o mesmo papel que, junto aos gregos e junto aos indianos, cumpriam as narrações prodigiosas: justificavam, autenticavam os rituais, as leis, os costumes e todos os componentes da sociedade

romana, do caráter e do ideal romanos. (1968, p. 283),

pode-se passar ao estudo do “mito cívico” na Cultura da Roma Antiga.

A epígrafe liviana é mais do que bastante para a formulação do que se entende neste trabalho por **mito cívico**. Antes que tudo, deve-se admitir que mito é um relato que, independentemente de seu teor, recebido como “natural”, devendo por isso ser tido como padrão, seja de um comportamento a imitar, seja de um outro a evitar. Por conta de tal concepção e para mais eficazmente alcançar seus efeitos e objetivos, o mito — = {narrativa mitográfica X *constructum* mítico} — haverá de apresentar-se como um dado histórico-cultural, produtor, numa relação de causa/conseqüência, de efeitos atemporais, que não se exaurem no tempo, reatualizando-se continuamente como “naturais”.

Podem-se assim — e a partir da epígrafe — vislumbrar dois tipos basilares de mitos cívicos — os que se devem imitar e os que se vem evitar —, compelindo ambos para o assujeitamento ideológico.

É esse mesmo pragmatismo — o que se deve imitar e o que se deve evitar — que refletem alguns episódios de um dos mais celebrados historiadores pela tradição humanística, Tito Lívio, como o “Rapto das Sabinas”, “os Horácios e os Curiácios”, “Lucrecia”,

"Horácio Cocles", "Múcio Cévola", etc., os quais se podem considerar modeladores de comportamentos desejáveis de um homem romano idealizado. Tais episódios revelam que a "historiografia" liviana está diretamente comprometida com o convencimento; é, pois, de inspiração retórica.

V.2. MITIZAÇÃO

Não se pode fugir ao fato de que a imagem que nos restou do mundo romano seja fragmentada e fragmentária por refletir a visão de mundo dos clássicos, representativa, certamente, da classe que constituíam, mas não da sociedade romana como um todo. É, aliás, sempre oportuno lembrar, quando se trata de clássico, a lição de Aulo Gélio

e cohorte illa dumtaxat antiquiore uel oratorum aliquis uel poetarum, id est classicus adsiduusque aliquis scriptor, non proletarius (N. A. XIX, 8)

que, ao definir clássico, "*classicus adsiduusque scriptor*", o contrapõe a "*non proletarius*", isto é, a quem

in plebe romana tenuissimi pauperrimique erant, neque

amplius quam mille quingentum aeris in censum deferebant,
proletarii appellati erant (N. A. XVI, 10).

Como porta-vozes eminentes da camada social a que pertenciam ou daquela para a qual ou pela qual foram cooptados, os clássicos, como *scriptores*, transformam-se, no nível da enunciação, em sujeitos ideológicos, apossando-se, para reproduzi-lo, de um discurso maior, supra-individual, cujo sujeito (da produção) é um coletivo ideológico, que se nutre de um imaginário que, no caso de Roma, parece ter-se corporificado nas "virtudes nacionais".

Admitindo-se que *CLASSICO* possa designar, como realmente designa, apenas uma parcela da sociedade romana, não haverá obstáculos para, à luz de conceitos tais que formação ideológica¹, formação discursiva² e efeito-de-sentido, propor leituras que objetivem desvendar, à medida que se ultrapassem os diferentes níveis textuais, as formações ideológicas que a eles subjazem, identificar as formações discursivas, elencando, descrevendo e analisando seus

¹ Por formação ideológica entende-se "a visão de mundo de uma determinada classe social, isto é, um conjunto de representações, de idéias que revelam a compreensão que uma dada classe tem do mundo" (Fiorin, 1988, p. 32))

² Por formação discursiva entende-se "um conjunto de temas e figuras que materializa uma dada visão de mundo" (*id. ibid.*)

ingredientes, tendo por base o efeito-de-sentido que produzem.

Conceitos como os de “desmontagem”, “desmitologização”, “demitização” e “demitificação”, a que se retornará mais abaixo, mencionam um procedimento de leitura posterior ao procedimento da “mitização”, que é um procedimento de construção. Tal procedimento, centrado, sobretudo, na narrativa mitográfica, compõe-se, como se procurou evidenciar mais acima, de alguns subprocessos, tais como o aparato formal da narrativa, o ideal de objetividade, a função *demonstrandi*, não *probandi*, a defesa camuflada de uma visão de mundo ou de determinado estatuto — social, político, jurídico, religioso, moral, etc. — com a criação de modelos comportamentais a evitarem-se ou adotarem-se, e, por fim, o assujeitamento ideológico por meio da repetição da “verdade do mito”.

Sob tal postulado, a leitura de qualquer um dos “clássicos” deverá levar a uma “desmontagem” de discursos a qual pode ocorrer como “desmitologização”, como a denomina Rudolf Bultmann segundo Detienne (1991, p. 118), ou “demitização”, segundo Coreth (1973, p. 10), se o discurso é religioso ou como “demitificação”, aplicável a quaisquer tipos de discurso, se se permite um neologismo. A “desmitologização” ou a “demitização” ou a “demitificação” —

procedimentos inversos ao da mitização, que, na Semiótica, se poderia denominar figurativização — são procedimentos capazes de proporcionar uma leitura tal que permita alcançar, em um de seus níveis, o histórico, produto não de um procedimento, voluntária ou presumidamente, historiográfico, mas de uma prática discursiva culturalmente especular, que se manifesta tal como é em virtude das coerções das formações ideológicas e das formações discursivas sob que se constituíram seus sujeitos. Essa prática a qual, mesmo que *inscientibus scriptoribus*, foi a responsável pela construção do "histórico" apreendido pelos olhos modernos somente com o auxílio e conjunção de saberes como a Antropologia, a Arqueologia, a História, a Lingüística, o Latim, a Sociologia, etc., poderá ser denominada "prática historiográfica".

A prática historiográfica, quer em um discurso presumidamente historiográfico como o de Tito Lívio, quer em um discurso poético como o de Virgílio, sobretudo na *Eneida*, quer em um discurso aparentemente desinteressado como o de César em seus *Commentarii*, refletem, de um lado, o efeito do jogo de espelhos de Greimas³, e, de outro, o travestimento do cultural em natural de Barthes⁴.

³Por jogos de espelhos, segundo Greimas, deve-se entender "a projeção de uma "realidade" presente sobre o passado, em que se qualifica como "verdade", por

Assim, ao compor um poema épico sobre Roma, ao escrever a *HISTORIA*- de Roma e ao relatar suas expedições militares, Virgílio, Lívio e César estavam, todos, construindo a própria História, não apenas no que se refere ao fazer cultural-artístico, enquanto procedimento estético, mas, e sobretudo, no que concerne ao cultural, ao social e ao humano.

ter-se convertido em um dado da experiência [isto é, por ter sido comprovada empiricamente], e sua reprojeção, assim enriquecida, sobre o presente, como modelo ou arquétipo de comportamento" (1981, p. 21).

⁴ Em seu *Mitologias*, Barthes defende a idéia de mito de que se deva considerar mito o travestimento do cultural em natural, ou seja, a transformação do que é efeito de ideologia em resultado da história (1988, p. 79).

SEGUNDA PARTE

OS COMMENTARII

I. INTRODUÇÃO AOS *COMMENTARII*

O desenvolvimento desta seção, apoiou-se na hipótese de que se devem distinguir nos *Commentarii de Bello Gallico* duas vertentes de investigação: na primeira aflora a atuação de César, justificando as ações ou a política do *Caesar* por meio do relato formal de suas ações militares; na segunda, pode-se notar uma ligação pouco transparente entre seu plano de expressão e seu plano de conteúdo; a aparente preocupação de César com o relato fiel das ações de *Caesar* tê-lo-ia levado a servir-se de um discurso objetivo, despojado dos ingredientes da retórica tradicional, o que condicionaria a produção de um discurso denotado. Contudo, em César, a denotação pode dissimular objetivos que subjazem à obra: a construção do mito do *Caesar* e, como conseqüência de sua criação ou complementariamente a ela, o lançamento das bases que alicerçaram o cesarismo.

Verifica-se ainda que uma leitura ingênua¹

¹ Talvez não fosse fora de propósito sublinhar que essa ingenuidade, como tantas outras, nada tem de inocente. Seu cultivo satisfaz muito bem às conveniências ideológicas de quem por ela se deixou guiar. Pense-se aí em todas aquelas tendências relativas ao poder, ao poder arbitrariamente exercido, que hoje se caracterizariam bem com a noção e o termo de fascismo.

dos *Commentarii de Bello Gallico*, como a que pratica a tradição humanista, invariavelmente apreende seu “conteúdo histórico”, reconhece os valores militares do general romano, admira-lhe o grande poder de comando, as qualidades de estrategista, a urbanidade com que trata seus soldados e a clemência com que distingue seus inimigos derrotados². É possível até que uma leitura singela desses *Commentarii* conclua que as guerras empreendidas pelo *Caesar* tivessem sido justas por responderem a agressões e por terem sido as armas o último recurso de que ele se servisse para, em defesa dos interesses de Roma, submeter os bárbaros.

“”

Conseqüência, talvez, dessa leitura ingênua, singela, que quase sempre se fez desavisadamente dos *Commentarii*, seja a inclusão não só dos *Commentarii de Bello Gallico*, como também dos *Commentarii de Bello Ciuili* no rol das obras da Literatura Latina que possuem por objeto a História, transmutando seu

² “Sed et in ulciscendo natura lenissimus piratas, a quibus captus est, cum in dicionem redeisset, quoniam suffixurum se cruci ante iurauerat, iugulari prius iussit, deinde suffigi; Cornelio Phagitae, cuius quondam nocturnas insidias aeger ac latens, ne perduceretur ad Sullam, uix praemio dato euaserat, numquam nocere sustinuit; Philemonem a manu seruuum, qui necem suam per uenenum inimicis promiserat, non grauius quam simplice morte puniit.” (Suetônio, *Diuus Iulius* LVVIV, 1-3).

autor em historiador. Afinal, para a tradição humanista, é incontestável a lição ciceroniana referente às intenções de César ao compor os *Commentarii*

uoluit alios habere parata unde sumerent qui uellent
scribere historiam (*Brutus* LXXV, 262).

Ainda de acordo com a singeleza dessa leitura, os *Commentarii* apresentam-se como um texto construído por um discurso unívoco, unissignificante.

Procurar-se-á demonstrar que uma leitura

prudente dos *Commentarii* deve firmar-se sobre quatro pontos basilares:

(1) neles, não se configura a História, mas conforma-se a historicidade; seu discurso não é unívoco, unissignificante, mas plurívoco, plurissignificante.

(2) Com o emprego da terceira pessoa para falar de si próprio, César procura imprimir à obra um sentido de objetividade; com tal estratégia,

César, o sujeito da enunciação, transforma o *Caesar*, o sujeito do enunciado, em entidade incorporadora das virtudes tradicionais romanas, o

que permite sua conversão em um *Caesar*-ideológico. (3) Em decorrência

do princípio anterior (2), não se pode perder de vista o componente ideológico dos *Commentarii*, não porque constituam o ideário do

cesarismo, mas sim por configurarem o *Caesar*. (4) A apregoada clareza

meridiana dos *Commentarii* é, na verdade, um efeito-de-sentido: neles, pode manifestar-se, como realmente se manifesta, a transparência da expressão; o discurso, porém, é intransparente, manipulado pelo autor de forma a induzir o leitor não à leitura do que é explicitado, mas à do que está implícito. É, por exemplo, o que se verifica em

Haec cum pluribus uerbis flens a Caesare peteret, Caesar
eius dextram prendit. (I, 20, 5),

enunciado em que César apresenta um “bárbaro”, Diviciaco, que pede pela vida do irmão ao *Caesar*, conduzindo o leitor ao reconhecimento de um *Caesar* clemente.

Tendo-se em vista esses quatro princípios, observou-se o agenciamento³ que envolve as ocorrências de *CAESAR*- nos

³ Por agenciamento entende-se aqui a seleção e privilegiamento de itens lexicais considerados próprios para comporem com *CAESAR*- associações sintagmáticas, sintático-semânticas, tendo em vista a configuração ou mitização do *Caesar*, seja pela freqüência com que ocorrem, seja pelo efeito que produzem, seja pela fixação e saturação de “sentidos” que podem determinar pela freqüência mesma com que ocorrem. Barthes afirma que “as palavras associam-se entre si segundo determinada escala de probabilidade: cão associa-se facilmente com *latir*, mas dificilmente com *miar*, embora sintaticamente nada proíba a associação de um verbo e de um sujeito; dá-se às vezes a esse ‘preenchimento’ sintagmático do signo o nome de *catálise*.” (1988,

Commentarii, verificando que (a), para os seus trezentos e quarenta e oito capítulos⁴, registram-se cerca de trezentas e oitenta ocorrências de *CAESAR-*; (b) em nenhuma delas, tem-se *CAESAR-* expandido por algum adjetivo; (c) é extremamente rara a coordenação de *CAESAR-* a algum outro nome; notaram-se apenas cinco ocorrências desse tipo, menos que um por cento do total das ocorrências de *CAESAR-*, predominando a coordenação de *CAESAR-* a *ROMANO-* ou *POPULO- ROMANO-*; (d) os verbos *ducendi* têm *CAESAR-* como sujeito privilegiado, cerca de cem ocorrências, sendo seguidos pelos verbos *imperandi*, *cognoscendi* e *ueniendi*.

Por fim, uma leitura crítica dos *Commentarii de Bello Gallico* deve ter sempre em vista seu caráter manipulador, com o qual, prendendo-se formalmente à sucessão de fatos, César constrói o *Caesar*.

p. 131) .Pode-se afirmar que o agenciamento em César corresponderia uma *catálise retórica* — um procedimento que objetiva uma associação léxica produtora de um sintagma para a obtenção de um efeito-de-sentido ou convencimento do ouvinte-leitor.

⁴ Computam-se aqui os primeiros sete livros dos *Commentarii de Bello Gallico*, já que o capítulo VIII não é de autoria de César, mas de Aulo Hirtio.

II. Os *COMMENTARII DE BELLO GALLICO*

Há cerca de 2100 anos, nasceu em Roma, a 13 de julho do último ano do penúltimo século da era dita pagã, Caio Júlio César, filho da tradicional *gens Iulia* nasceu, e foi assassinado a 15 de março de 44 a.C., momentos antes de uma sessão do Senado em que, possivelmente, lhe seria conferido o título de rei. Tendo perdido cedo o pai, foi educado pela mãe, matrona romana, descendente da não menos importante *gens Aurelia*.

Em discurso fúnebre pronunciado em 69 a.C., segundo Suetônio¹, em honra de sua tia Júlia, César, enaltecendo-se mais a si do que à tia, ao enunciar a ilustre ascendência de Júlia, atribui-se uma genealogia mítica: proclamou-se, como membro da *gens Iulia*, descender, do lado materno, de Anco Márcio, o quarto dos reis de Roma; afirmou ainda que, pelo lado paterno, sua ascendência remontava a Iúlo, do qual descendiam os *Iulii*, concluindo misturar-se em sua linhagem “o caráter sagrado dos reis, senhores dos homens, e a santidade dos deuses,

1 “Amitae meae Iuliae maternum genus ab regibus ortum, paternum cum diis immortalibus coniunctum est. Nam ab Anco Marcio sunt Marcii Reges, quo nomine fuit mater; a Venere Iulii, cuius gentis familia est nostra. Est ergo in genere et sanctitas regum, qui plurimum inter homines pollent, et caerimonia deorum, quo-

mestres dos reis”. Proclamar-se descender de Iúlio, Ascânio, filho de Enéias, que, por sua vez, era filho da deusa Vênus, localizar suas origens “terrenas” junto a Anco Márcio, o quarto dos reis de Roma, não denunciam devaneios, mas revelam uma ambição que não se circunscreveram apenas a sua genealogia.

A ambição e imodéstia, panos de fundo da oração fúnebre em honra a Júlia, fazem-se explicitamente presentes em alguns episódios relatados por escritores antigos, com os quais se podem, a título de ilustração, conformar mais alguns traços de sua personalidade.

1. Em 78 a.C., quando se dirigia a Rodes para tomar aulas de Retórica, foi aprisionado por piratas que lhe exigiram, um resgate de vinte talentos. Zombando deles por desconhecerem a importância de quem haviam raptado, o próprio César estipulou seu resgate em cinqüenta talentos. Ficou em poder dos raptadores cerca de trinta dias, durante os quais compunha versos e peças oratórias que recitava e apresentava aos piratas e, rindo, ameaçava-os, afirmando que os mandaria enforcar quando demonstravam não gostar do que ouviam.

Libertado após o pagamento do resgate de cinquenta talentos, equipa e arma alguns navios, põe-se a perseguir os piratas, aprisiona-os e manda crucificá-los após tê-los, em uma demonstração de clemência, feito enforcar (Suetônio, *Diuus Iulius IV*, 2-3; Plutarco, *Vida de César II*, 4).

2. No inverno de 69 a.C., atravessando os Alpes, passou por uma pequena e pobre aldeia; quando seus acompanhantes lhe perguntaram, zombeteiramente, se; naquela aldeia, haveria disputas e brigas por cargos públicos, rivalidade e inveja, respondeu

Isso eu não sei; quanto a mim, porém, prefiro ser aqui o primeiro a ser o segundo em Roma (Plutarco, *Vida de César*, XIII, 11).

3. Alguns meses após, ainda na Espanha, contemplando uma estátua de Alexandre (Suetônio, *Diuus Iulius VII*), ou lendo alguns fatos da vida de Alexandre (Plutarco, *Vida de César*, XIII, 11), ficou muito apreensivo, começando a chorar; tendo-lhe sido perguntado o motivo das lágrimas, respondeu:

Não vos parece bastante, para eu sentir, que o rei Alexan-

dre, na minha idade, já houvesse conquistado tantos povos e terras, e, até agora, nada fiz digno de memória? (*id., ibid.*)

4. Não se podem esquecer os cinco triunfos, os quatro primeiros por suas vitórias na Gália, Egito, Ponto e África, que ocorreram do fim de agosto ao fim de setembro de 46 a.C., e o quinto e último, em outubro de 45, por sua vitória na Espanha. Todos eles foram marcados por luxo e suntuosidade originais: as madeiras raras e típicas de cada região (tuia, para a Gália; acácia, para o Egito; madeira revestida com cascos de tartaruga para o Ponto, segundo moda incipiente em Roma), substituídas, no triunfo pela vitória na África, pelo marfim e, no triunfo da Espanha, pela prata lavrada.

Não se podem igualmente esquecer as representações plásticas de rios, como o Reno e o Nilo, ou a estátua, em ouro, do Oceano sobre que havia navegado; ou a réplica do Farol de Alexandria; ou seu retorno para a casa, em Roma, ao final da cerimônia do triunfo, fazendo-se escoltar por quarenta elefantes sobre cujos dorsos estavam acesas tochas monumentais (Carcopino, 1968, p. 473-74).

Merecem ainda registro seus banquetes monumentais. Em 46, por exemplo, oferece um banquete para 66 mil con-

vidados, dispostos em 22 mil *triclinia*, em que foram servidos cerca de 190 mil litros de falerno e 281 mil litros de *chio* e 2 mil quilos de lampreia (Carpino, 1968, p. 475).

Da produção literária autêntica de Caio Júlio César, perduraram até nossos dias os *Commentarii de Bello Gallico* e os *Commentarii de Bello Ciuili*. Os demais *Commentarii*, de *Bellum Africanum*, de *Bellum Alexandrino* e de *Bello Hispaniensi* são obras de seus seguidores, Ópio ou Hirto, este responsável também pelo VIII livro dos *Commentarii de Bello Gallico* — segundo Suetônio, como se pode observar na epígrafe. Ainda de acordo com o mesmo Suetônio, o ilustre filho da *gens Iulia* teria produzido algumas outras obras: *De Analogia*, *Anticatones*, *Laudes Herculis*, *Oedipus* e *Dicta Collectanea*, as três últimas com a publicação proibida por Augusto.

Os *Commentarii* de autoria autêntica de César, o de *Bello Gallico* e o de *Bello Ciuili*, perfazem juntos um total de 10 livros: 7 do de *Bello Gallico*² e 3 do de *Bello Ciuili*.

² Dos 8 livros que compõem os *Commentarii de Bello Gallico*, o livro VIII não é de autoria de Júlio César; foi composto por um lugar-tenente seu, Hirto.

II.1. COMMENTARII

Os *Commentarii de Bello Gallico* referem-se à guerra empreendida por Caio Júlio César contra numerosos povos da Gália, da Germânia e da Grã-Bretanha, de 58 a 51 a.C.; consistem, pois, os *Commentarii de Bello Gallico* no relato formal dessas campanhas militares. É uma obra dividida em oito livros, o último dos quais escrito por Aulo Hirtio, fiel amigo e companheiro de armas de César³

O conjunto dos sete livros de autoria autêntica de César apresenta trezentos e quarenta e oito capítulos, redigidos em um estilo considerado já por seus contemporâneos elegante e voluntariamente despojado, e, segundo a tradição humanista, caracterizado por uma clareza meridiana.

Segundo Michel Rambaud, o público-alvo dos *Commentarii* foram os senadores e os cavaleiros de Roma (1977, p. 113), a elite social romana, enfim. Durante as campanhas militares, era

³ Vale a pena registrar o relato de Suetônio acerca das obras de César: *Reliquit et rerum suarum commentarios Gallici ciuilisque belli Pompeiani. Nam Alexandrini Africique et Hispaniensis incertos auctor est: alii Oppium putant, alii Hirtum, qui etiam Gallici belli nouissimum imperfectumque librum supleuerit.* (Suetônio, *Diuus Iulius* LI, 1).

dever dos generais romanos deviam o Senado informado de suas operações, o que era feito por meio de relatórios regulares. Com as cópias de seus relatórios e com a correspondência que lhe remetiam seus oficiais, César teve em mãos um farto material a respeito da Gália. Foi-lhe assim possível compor os *Commentarii de Bello Gallico* em apenas dois meses, novembro e dezembro de 52 a.C., ao encaminhar-se para o último ano da guerra, tendo-se saído vitorioso nos sete anos anteriores. Composto sob tais circunstâncias, o relato dos *Commentarii de Bello Gallico* não pode ser atribuído a um general que se encontrasse em meio à ebulição da campanha militar e, por isso, inseguro quanto ao êxito de seus empreendimentos. Pelo contrário, os *Commentarii de Bello Gallico* são o relato de um comandante consciente de sua vitória.

Não se vai, nesta seção, dedicar espaço à definição do que tenha sido o gênero – se é que existiu um — “Comentário” ou “Comentários” na Cultura da Roma Antiga, já que perduraram até nós apenas os *Commentarii de Bello Gallico* e os *Commentarii de Bello Ciuili*, ambos de Caio Júlio César.

De qualquer modo, para que se diferenciem de um outro tipo de “Comentário” — normalmente denominado no singular e composto por escoliastas para a explicação de passagens de obras

—, pode-se utilizar uma lição de Bickel.

Em um capítulo denominado “LAS MEMORIAS”, em que trata, no âmbito da Cultura da Roma Antiga, de uma “literatura de memórias, manifestação autobiográfica dos romanos”, declara Bickel que, nesse gênero,

de uma forma destacada, se expressa, como ocorre nas sátiras de Horácio [...], o sentimento romano da personalidade em que o eu se converte para o eu em objeto do conhecimento e da crítica. A autobiografia romana merece, dentro de sua história na Antigüidade, especial atenção. (1982, p. 435).

Mais além, atendo-se à esfera política, considera serem os *commentarii* uma espécie desse gênero, ao afirmar que

toda uma série de políticos romanos deixaram memórias no último século da República; conservaram-se somente os *Commentarii* de César (1982, p. 436);

acrescentando ainda que,

no título dos livros de César, *Commentarius* corresponde ao grego *Hipomnema*, ao passo que o livro que relata histórias

denomina-se em grego *Syngramma* (*locus cit.*).

Antes de Bickel, procurando defini-los, afirma Rambaud que os *Comentários* “oferecem o exemplo clássico das memórias políticas e militares” (1966, p. 7). Considerando que

eles pertencem a um momento literário em que a história não encontrou ainda em Roma sua forma clássica (1966, p. 13),

Rambaud enquadra-os no gênero historiográfico, aduzindo, mais além que “os *Comentários* são memórias que servem a uma propaganda de forma histórica” (1966, p. 19).

II.2. COMENTARIDADE

Ao tratar do emprego da terceira pessoa nos *Commentarii*, afirmando que “César fala de si sempre na terceira pessoa”, Wülfing observa que esse tipo de composição deveria ser formulado nessa pessoa (1995, p. 26). Tal observação pode levar à admissão da idéia de que os *Commentarii* foram regidos por leis ou características próprias, às quais se poderia denominar “comentaridade”, termo proposto por

Mutschler⁴.

Mesmo que se reconheça a limitação do *cópus* — somente dois *Commentarii* sobreviveram até nossos tempos, e não há informações precisas a respeito de outros *Commentarii*, como os de Numa Pompílio, de Sérvio Túlio e de Cícero⁵ — deve-se ter claro que o estudo e a análise das obras sobreviventes permitirão formular-se pelo menos um restrito rol de componentes ou qualidades próprios dos *Commentarii*, pelo menos dos que sobreviveram até nós, os de César.

A análise dos *Commentarii* de César revela que eles se distinguem por (1) comporem-se de narrativas breves, conduzidas por uma lógica interna, as quais podem confundir-se com “relatórios de atividades, observações, etc...”; (2) foco narrativo assentado na terceira pessoa; (3) emprego de linguagem denotada; (4) ausência de juízos subjetivos por parte do sujeito da enunciação; (5) objetividade; (6) clareza; (7)

⁴ O termo foi proposto, como se afirmou, por Mutschler, conforme resenha de Michel Rambaud de *Erzählstil und Propaganda in Caesars Kommentarien*, heidelberger Forschungem, Heft. 15: Heidelberg, 1975. In *Revue des Études Latines*. 55^e année, 1977, Tome LV, p. 54-60. Rambaud não aprova, contudo, tal termo.

⁵ Para os *Commentarii* de Numa Pompílio e Sérvio Túlio cf. Bickel, 1982, p. 372; para os *Commentarii* de Cícero, cf. *Ad Att.* I, 19 — *Commentarium consulatus*

emprego de linguagem denotada; (8) emprego de sintagmas sintático-semânticos coesivos autoritários⁶; (9) não reprodução de um modelo retórico, em virtude de sua inexistência.

II.1.2. FORMA E FUNÇÃO DOS *COMMENTARII*

Quanto à forma e à função, como se pode depreender dos elementos constitutivos da comentaridade, os *Commentarii* caracterizam-se por ser uma obra em que predomina o caráter de informa-

mei Graece compositum misi ad te.

⁶ O que se denomina aqui “sintagmas sintático-semânticos coesivos autoritários”, que normalmente encabeçam os capítulos dos *Commentarii*, é, nas gramáticas do latim, classificado como “ablativo absoluto”. Esse sintagma possui grande eficácia retórica nos *Commentarii* de César, já que, por sua própria configuração sintático-semântica — participio ou nome acompanhado de anafórico, demonstrativo ou “relativo de ligação” —, já que dá como certo e definitivo o que foi narrado, sobretudo por pertencer, quando ao aspecto, ao perfectivo. É um instrumento homologador da narração, não admitindo contra-argumentos, por não permitir que o “outro” assuma a palavra. Nos *Commentarii de Bello Gallico*, esse sintagma ocorre em I, 13, 19, 39, 31, 32, 33, 35, 41, 42 e 54; II, 11, 17, 22, 28 e 35; III, 3, 4, 7, 9, 14, 15, 16, 18, 23 e 27; IV, 5, 6, 7, 13, 13, 16, 20, 23, 28, 30, 34 e 37; V, 2, 5, 7, 8 e 9, 11, 18, 23, 24, 35, 36, 38, 39, 42, 48 e 51; VI, 2, 4, 5, 33 e 39; VII, 1, 2, 5, 6, 8, 15, 24, 34, 45, 52, 56, 63, 67, 68, 72, 74, 78, 81, 83, 86 e 90.

ção; isto é, destinam-se a comunicar acontecimentos. Contemporâneo e adversário político de César, Cícero foi certamente um dos primeiros a atribuir aos *Commentarii*, ou a neles reconhecer, o estilo direto e agradável⁷. Ainda no mesmo passo de *Brutus*, o orador de Roma considera que, com os *Commentarii*, César pretendeu fornecer material aos historiadores futuros e, prendendo-se, talvez, à historicidade das obras do mais importante filho da *gens Iulia*, conclui que, nesse gênero, “nada é mais agradável que a brevidade elegante e luminosa”:

uoluit alios habere parata unde ^{***}sumerent qui uellent scribere historiam. [...] Nihil est enim pura et illustri breuitate dulcius. (*Brutus*, *loc. cit.*)⁸

Fazem ainda eco às palavras de Cícero alguns historiôgrafos da Literatura Latina, como Pichon, para quem “César é o mais puro e o mais claro dos autores de memórias...” (s.d., p. 245); Bickel, por sua vez, enumera como qualidades dos *Commentarii* a vivacida-

⁷ Segundo o juízo insuspeito de Cícero, exteriorizado pela voz de Bruto, os *Commentarii de Bello Gallico* e os *Commentarii de Bello Ciuilli* são “*nudi [...], recti et uenusti, omni ornatu orationis tamquam ueste detracta*” (*Brutus* LXXV, 262).

⁸ Essa opinião de Cícero é também testemunhada por Suetônio ao afirmar que [...] *et ad Cornelium Nepotem de eodem ita [Cicero] scripsit: “Quid? Orationem quem huic antepones eorum, qui nihil aliud egerunt? Quis sententiis aut acutior aut crebrior? quis uerbis aut oratior aut elegantior?”* (*Diuus Iulius* LV, 1)

de, fineza, elegância e lhanza sem pretensões (1982, p. 148).

Reconhecidos tanto pelos contemporâneos como pelos pósteros, semelhantes predicados fizeram certamente dos *Commentarii* uma obra privilegiada para o ensino da Língua Latina. Para citar apenas um exemplo “dos velhos tempos” do Latim, pode-se mencionar o programa do Colégio “Pedro II”, do Rio de Janeiro, para o ano de 1959: a tradução dos *Commentarii* era já exigida na quarta série ginásial, precedida da tradução de algumas das fábulas de Fedro, na terceira série, e de frases de Eutrópio, na primeira. Cícero, Virgílio e Horácio eram os autores eleitos para o Curso Clássico. Ainda entre nós, poder-se-ia citar a Gramática Latina de João Ravizza, cujas lições se assentam preponderantemente em excertos dos *Commentarii*. Mais recentemente, Wülfing declarou que a língua de César é de uma alta clareza sintática e semântica e que

esses dois elementos tiveram por conseqüência que bem rapidamente todos os manuais de latim levaram direta e expressamente à leitura do texto de César. (1995, p. 15).

Quanto à composição dos *Commentarii de Bello Gallico*, Michel Rambaud, “César et la Gaule. L’Imperialisme Romain”, deriva-a de três imperativos: (1) a preocupação de César em pro-

longar sua ação pela escrita; (2) a intenção de apagar, após a derrota de Vercingetórige, “a impressão produzida pela rebelião da Gália”; e (3) a necessidade de “justificar uma política que o havia levado a combater os germanos, contrariamente ao *ius gentium*, e a desagradar aos éduos” (1977, p. 113-14).

Bickel sugere igualmente que os *Commentarii de Bello Gallico* possam ter sido compostos para a justificação pública da política de César (1982, p. 149). Pichon e Bayet vão mais além, afirmando o primeiro que os *Commentarii* são “um instrumento de propaganda política” (s.d., p. 240), e o segundo que César pretende “trabalhar a opinião pública a seu favor” (1977, p. 162). Ainda para Michel Rambaud, agora em *César*, os *Commentarii* legitimam o cesarismo “pelo prestígio do conquistador” (s.d., p. 125). Pode-se, pois, em outras palavras, dizer que os *Commentarii* lançam as bases para a monarquia ao mesmo tempo que anunciam o fim da *res publica*.

Se se acrescentar, ainda, a informação de Salústio, escritor-históriógrafo contemporâneo de César, de que este “

desejava para si um grande comando, um exército, uma guerra nova em que pudesse fazer brilhar o seu valor” (*Catilina* 54, 4),

pode-se suspeitar de que a guerra contra os gauleses tenha correspondido a um projeto político pessoal seu do qual os *Commentarii* são parte integrante⁹. Como já se viu, para Rambaud, os *Commentarii* representam o prolongamento, pela escrita, da ação de César (1977, p. 114) e, pode-se acrescentar, constituem-se instrumento matriz eficaz de construção e divulgação de uma autoconformação de dimensões míticas.

Ao associar-se o estilo voluntariamente despojado e a clareza meridiana ao fato de a obra ser narrada em terceira pessoa, isto é, ao fato de o escritor César escrever a respeito do *Caesar*, pode-se entrever a hipótese de que, mesmo com seu estilo despojado e meridianamente claro, o objetivo dos *Commentarii* não é transparente, já que a opção pela narrativa em terceira pessoa parece interpor um elemento mediador entre o sujeito da enunciação e o sujeito do enunciado.

Deve-se apresentar mais um dado para o trabalho proposto: ainda pela voz de Bruto, Cícero dirige não ao César-escritor, mas ao César-orador, palavras elogiosas que se revestem de si-

⁹ César de fato obtém, em 58 a.C., por meio de um plebiscito convocado por Vatinio, por cinco anos a Gália Cisalpina (a Itália do Norte) e o *Illyrium* (a Dalmácia) e o comando de quatro legiões, alcançando, de fato e de direito, um *imperium maius*, como os grandes generais romanos

gnificado especial por provirem, consoante considera a tradição humanista, do maior dos oradores de Roma. Escreveu Cícero a respeito do César-orador:

non uideo cui debeat cedere. Splendidam quamquam uet-
ratoriam rationem dicendi tenet... (*Brutus* LXXV, 261).

Por sua vez, no *De Institutione Oratoria*,

Quintiliano também revela sua admiração pelo César-orador:

C. uero Caesar si foro tantum uacasset, non alius ex nostris
contra Ciceronem nominaretur. Tanta in eo est, id acumen,
ea concitatio, ut illum eodem animo dixisse, quo bellauit,
appareat; exornat tamen haec omnia mira sermonis, cuius
proprie studiosus fuit, elegantia (X, I, 114).

Não se poderia deixar de mencionar ainda

o juízo de Suetônio acerca da eloqüência de César: *Eloquentia militarique
re aut aequauit praestantissimorum gloriam aut excessit* (*Diuus Iulius* LV,
1).

Dos depoimentos de Cícero, de Quintiliano

e de Suetônio, deve-se depreender o óbvio: César foi um brilhante orador;
se foi grande orador, serviu-se eficazmente da Retórica.

Ao apresentar-se, mais acima, alguns poucos, dados acerca da personalidade ambiciosa de César, seja quanto a sua ascendência mítico-mística, seja quanto ao episódio dos piratas, seja quanto a sua passagem por uma pequena cidade dos Alpes, seja quanto a sua admiração por Alexandre, seja, finalmente, quanto à ostentação e luxo de seus triunfos e à prodigalidade de seus banquetes, pretendeu-se tão somente oferecer mais um instrumento para a reflexão sobre os *Commentarii*. Como personalidade tão imodesta quanto a de César haveria de satisfazer-se com obra tão modesta?

Apresenta-se, então, a questão, objeto do trabalho: como de César, um grande retórico, “o mais puro e mais claro autor de memórias” (Pichon, s.d., p. 245), compôs os *Commentarii de Bello Gallico*, uma obra que se caracteriza pelo estilo objetivo e despojado dos ingredientes da própria retórica (Cícero, *Brutus* LXXV, 262), uma obra marcada pela vivacidade, elegância e lhanza sem pretensões (Bickel, 1982, p. 148), considerada suporte privilegiado para o ensino da sintaxe latina, uma obra que, além de responder aos imperativos elencados por Rambaud (1977, p. 113), foi uma justificativa pública da política de César (Bickel, 1982, p. 149), um instrumento de propaganda política (Pichon, s.d., p. 240), um instrumento com que César trabalhou a opinião pública a seu favor (Bayet, 1977, p. 162), a legitimação do cesarismo, as bases para a monar-

quia imperial? Em outros termos, como um relato militar direto, objetivo e despojado dos elementos da retórica tradicional pôde servir eficazmente de suporte ideológico para o cesarismo?

Como já se antecipou, para responder-se a essa questão, acredita-se, devem-se distinguir nos *Commentarii de Bello Gallico* duas vertentes de investigação: na primeira, aflora a atuação do César-escritor, justificando as ações ou a política do César-general, do *Caesar*, por meio do relato formal das ações militares empreendidas pelo general. Na segunda, pode-se observar uma ligação pouco transparente entre seu plano expressão e seu plano de conteúdo: a ostensiva preocupação do César-escritor em relatar fatos e ações do *Caesar*, do César-general, como teriam real e verdadeiramente ocorrido, parece tê-lo compelido a servir-se de um discurso objetivo. Juntas, essas duas vertentes condicionaram a produção de um discurso denotado.

Há, contudo, de suspeitar-se de que, em César, no César-escritor, a denotação pode encobrir objetivos subjacentes à obra: de um lado, a construção do mito do *Caesar* e, de outro, como consequência ou complementação à criação do mito, o assentamento das bases do regime monárquico imperial, isto é, do cesarismo. Ora, se esses dois objetivos subjazem à obra que, historicamente, é a responsável pri-

meira pelos alicerces do cesarismo, não é ingênuo, nem fora de propósito, supor que, nos *Commentarii de Bello Gallico*, a denotação dissimula a conotação.

Por isso, uma sua leitura crítica deve ter sempre em vista seu caráter manipulador, por meio do qual, prendendo-se à sucessão dos fatos, detendo-se em considerações que explicam um ou outro revés que sofreu, mostrando, insistentemente, que a violência, a ação militar, contra os inimigos foi a última opção que esses lhe deixaram, revelando-se com obstinação clemente com os vencidos, César se serve da narração em proveito próprio. Enfim, com os *Commentarii de Bello Gallico*, César, o cidadão-escritor, constrói um mito: *Caesar*.

Sapir declara que, quando um homem pretende transmitir alguma coisa,

o que ele comunica pode ser sensivelmente diferente do que se dispôs dizer. Não raro formamos um juízo do que ele é pelo que ele não diz, e é prova de bom senso não nos deixarmos limitar em nosso juízo pelo conteúdo explícito da fala (1963, p. 63-4).

A advertência de Sapir quanto ao conteúdo explícito da fala aplica-se adequadamente à leitura dos relatos não só de César, bem como ao dos de-

mais “historiadores” latinos; para estes últimos — é preciso sempre lembrar-se disto — escrever a história de Roma foi relatar o processo pelo qual Roma,

sempre consciente de sua missão, se converteu penosamente da cidade-estado sobre as Sete Colinas na senhora do mundo (Barrow, 1955, p. 14).

Através desse prisma, não incorre em erro a afirmação de que, para os romanos, relatar processo histórico se confundia com narrar processo mítico. Na narrativa mitológica não interessa o que a fala explicita, não importa o que transparece no discurso, ou o que o discurso revela formalmente. Na narrativa mitológica, portanto, deve considerar-se o que subjaz ao texto; em outras palavras, deve-se sempre estar consciente de que, quando se lê um “historiador” latino, não se tem história-em-narração, mas história-em-ação.

III. UMA PROPOSTA DE LEITURA

III.1. HISTORICIDADE

Como já se viu, uma leitura ingênua dos *Commentarii de Bello Gallico* apreende apenas o conteúdo histórico, reconhecendo os valores militares do general romano, admirando-lhe o grande poder de comando, as qualidades de estrategista, a urbanidade e a clemência dispensada aos inimigos derrotados. Produto de uma sua leitura ingênua é a inclusão dos *Commentarii de Bello Gallico* no rol das obras da Literatura Latina que têm por objeto a História, convertendo, com isso, seu autor em historiador.

Contudo, uma sua leitura prudente assenta-se, primeiramente, na hipótese de que, nos *Commentarii de Bello Gallico*, não se configura a História, mas a historicidade; isto é, notam-se os ingredientes formais, constitutivos de uma obra cujo centro de interesse é, aparentemente, a História. A presença da historicidade, ou a marca da historicidade, converte o unívoco, o unissignificante (próprios da História, ou melhor, do discurso histórico), em plurívoco, plurissignificante. Por isso, no próprio discurso de César, devem-se buscar os componentes dos quais emerge a plurivocidade, a plurissignificação. A análise dos componentes

semânticos, léxicos e morfossintáticos e de sua organização ou agenciamento permitirá, acredita-se, fazer aflorar o subjacente.

III.2. O EMPREGO DA TERCEIRA PESSOA

O emprego da terceira pessoa em César tem sido analisado das mais diversas formas. Michel Rambaud, por exemplo, um dos mais renomados estudiosos de César, ao considerar que o general romano se servia de relatórios escritos por seus subordinados em primeira pessoa, afirma que, retomando seus relatórios [dos subordinados] para a composição dos *Comentários*, César transcreve-os, substituindo a primeira pessoa pela terceira (Rambaud, 1966, p. 213).

É certo que tal assertiva não resistiria a uma análise rigorosa, mesmo porque carece de comprovação. O próprio Rambaud, contudo, buscando justificar o uso da terceira pessoa, substitui essa sua teoria de natureza pragmática por uma outra de caráter psicológico; ao lembrar que o emprego da terceira pessoa nos *Commentarii* foi tomado por alguns como “índice de modéstia e de imparcialidade” de César, considera que seu uso sublinha o

caráter obsessivo do general romano (1966, p. 196-97).

Deve-se, contudo, atribuir outras causas e objetivos ao emprego da terceira pessoa nos *Commentarii*. Há que se considerar que uma leitura crítica dos *Commentarii* não se esquece de que, com o emprego da terceira pessoa, seu autor se faz personagem, ele próprio, dos mesmos *Commentarii*, e de que, ao procurar imprimir à obra um sentido de “objetividade”, transveste o **eu** em **ele**, ou melhor, dissimula o **eu** sob o **ele**; não se lê, pois, nos *Commentarii* “**Mihi** cum id nuntiatum esset...”, mas “**Caesari** cum id nuntiatum esset...” (I, 7, 1).

O emprego da terceira pessoa como sujeito do enunciado, isto é, a não-aparição do César-eu como sujeito de enunciado de ação objetivamente relatada para deixar subsistir apenas o **César-ele**, o **Caesar**, permite conformar-se uma situação complexa: o **César-eu**, o sujeito da enunciação, ocultando-se atrás do **César-ele**, do **Caesar**, o sujeito do enunciado, o sujeito, não do contar, mas do fazer, possibilita a transformação do **Caesar** em elemento catalisador dos universais abstratos romanos¹. Faz dele uma entidade agregadora das virtudes tradi-

¹ Por universais abstratos entendem-se, segundo Chauí “as idéias particulares da classe dominante, transformadas em idéias universais de todos e para todos os membros da sociedade” (1989, p. 93).

cionais romanas (*Fides, Pietas, Gloria, Honor, Dignitas, Grauitas*, o respeito ao *Mos Maiorum, Auctoritas, Clementia, Concordia, Libertas, Virtus*, etc.), convertendo-o em um *Caesar-ideológico*, instância mediadora entre um mundo bárbaro a ser dominado e o bem-estar de Roma e do romano. E não será possível submeter o **César-eu** à prova da verdade, porque ele mesmo é sua própria fonte de revelação, única, inquestionável e irrefutável.

III.2.1. AS MARCAS DO SUJEITO DA ENUNCIÇÃO

“”

Deve-se levar em conta que, embora a narração seja conduzida em 3ª pessoa, nos *Commentarii* fazem-se notar formas de 1ª pessoa do plural ou do singular que têm César por sujeito gramatical.

Conversão do sujeito da enunciação em sujeito do enunciado, tais ocorrências, ou seja, as manifestações do César-eu privilegiam enunciados dogmáticos², desempenhando dupla função.

² Por “enunciado dogmático”, entendemos aquele que é construído com verbos *demonstrandi, dicendi* ou *docendi*, empregados em orações adverbiais ou adjetivas introduzidas (a) por *ut* conformativo seguido ou não de *supra* ou *ante*, (b) pelos advérbios *supra* ou *ante*, e (c) por pronome relativo. Das 46 ocorrências de

Pode-se, primeiramente, considerar que o enunciado dogmático é instrumento que homologa as palavras do sujeito da enunciação, não permitindo qualquer questionamento por parte do enunciatário.

Em segundo lugar além de revelar o eu-enunciante, as ocorrências de primeira pessoa possibilitam que o César-ele, isto é, o *Caesar*, seja ele também uma instância de mediação entre o César-eu e o mundo; em outras palavras, o César-ele, o *Caesar*, é a demonstração de que o César-eu age sobre o mundo, pois César é, verdadeiramente, o amálgama do eu com o ele. O César-ele, o *Caesar*, é também um efeito de sentido que propicia a emergência, a presentificação, atualização, portanto, do César-eu. O sujeito do enunciado, o *Caesar*, que se situa, na **historicidade**, **lá** e **então**, remete-se ao sujeito da enunciação, ao **eu**, revelando-se por meio do discurso, na **História**, **aqui e agora**.

Embora seja certo que a análise deva pre-ocupar-se “não com o enunciator real, mas com o enunciator inscrito no discurso, ou seja, com aquele que no discurso se diz eu” (Fiorin, 1988, p.

formas de 1ª pessoa — singular ou plural —, 20 são construídas com *DEMONSTRO* (II, 1 e 22; IV, 27; V, 2, 3, 20, 22 e 49; VI, 8, 9, 29 e 34; VII, 37, 48, 70, 76, 76, 78 83 e 85); 9 têm *DICO* por verbo (II, 11 e 28; III, 5, 15 e 26; IV, 4; VII, 17, 23 e 57), com *DOCEO* são construídas 3 (VI, 22, 35 e 40).

49), não se pode negar que o sujeito da enunciação seja identificado com Caio Júlio César; e mais: ainda que a análise não se deva interessar

pela “verdadeira” posição ideológica do enunciador real, mas pela visão dos enunciadores (um ou mais) inscritos no discurso (*id.*, 1988, p. 51),

é incontestável que o César-ideológico dos *Commentarii de Bello Gallico* seja a projeção, do César-eu, do César-fundador do cesarismo.

Resposta à necessidade da criação do sentido de objetividade, a situação complexa pode desintrincar-se se se opuser César, o César sem epítetos, não a Mário, Sila, Crasso ou Pompeu, àqueles, enfim, que almejam a personificação do poder, mas a um não-Caesar, ao que não existe, ao que não é, e se se procurar ver nos *Commentarii de Bello Gallico* um instrumento de construção desse mesmo Caesar.

É preciso deixar claro que não se afirma que César compôs os *Commentarii de Bello Gallico* com a intenção explícita de construir o mito do Caesar, não se podem analisar as intenções do cidadão César, mas é certo que, ao fim dos *Commentarii*, se tem erigido o Caesar, um mito, construído **no e pelo** discurso.

III.3. CAESAR

Uma leitura crítica dos *Commentarii de Bello Gallico* não pode perder de vista seu componente ideológico. Conforme ensina Chauí,

um dos traços fundamentais da ideologia, consiste, justamente, em tomar as idéias como independentes da realidade histórica e social, de modo a fazer com que tais idéias expliquem aquela realidade, quando é essa realidade que torna compreensíveis as idéias elaboradas (1989, p. 10-11).

Com toda certeza, o que Chauí faz é parafrasear didaticamente a imagem de Marx e Engels para representar o conceito de Ideologia: a metáfora da “câmara escura”, a inversão das imagens em uma câmara escura

E se, em toda ideologia, os homens e suas relações aparecem invertidos como numa câmara escura, tal fenômeno decorre de seu processo histórico de vida, do mesmo modo porque a inversão dos objetos na retina decorre de seu processo de vida diretamente físico. (Marx e Engels, 1987, p. 37).

Quanto à cultura latina, importa ressaltar que o aparente sobrepair das idéias sobre a realidade histórica e social,

ou melhor, a independência daquelas em relação a esta, é atestada, por exemplo, no que tange às virtudes nacionais romanas, tomadas como causas determinantes da supremacia e dominação dos romanos sobre os outros povos; é o que se pode, por exemplo, inferir do passo em que Tito Lívio atribui a força e o poder de Roma aos favores divinos:

urbes quoque, ut cetera, ex infimo nasci; dein, quas sua uirtus ac dii iuuent, magnas opes sibi magnumque nomen facere; satis scire origini Romanae et deos affuisse et non defuturam uirtutem... I, 9, 3-4;

Força e poder que se explicam, contudo, pelo rápido crescimento e propagação do imperialismo romano. Ainda segundo Chauí,

o que toma a ideologia possível é a suposição de que as idéias existem em si mesmas desde toda a eternidade” (1988, p. 86).

Para exemplificar, mais uma vez, a pertinência desse princípio no que tange ao universal abstrato romano, a respeito do crescimento “inexorável da força e do poder de Roma”, pode-se reproduzir uma frase, extraída, ainda de Tito Lívio, do episódio dos “Horácios e Curiácios”, quando conclui o autor a narração da vitória romana: “*imperio alteri aucti, alteri dicionis alienae facti*” (I, 25, 13).

A quem interessaria o culto do universal abstrato romano? É ocioso registrar o princípio segundo o qual “a dominação de uma classe sobre as outras faz com que só sejam consideradas válidas, verdadeiras e racionais as idéias dominantes” (Chauí, 1989, p. 93), princípio que pode ser expresso de outra forma: “as idéias dominantes são as idéias da classe dominante” (Fiorin, 1988, p. 32), ou ainda, “a ideologia dominante é a da classe dominante”, que, para Boudon, foi a única proposição retida pelos neo-marxistas (1989, p. 54). É desnecessário afirmar que esse princípio ganha grande transparência, quando se vêem, por exemplo, os primeiros relatos acerca dos povos denominados primitivos e “selvagens”; e o princípio adquire contornos hipertrofiados quando o relato provém daquele que se faz delegado de um poder invasor, dominador. E, quando a classe ou o povo dominante pretende que suas idéias se convertam em idéias comuns, isto é, quando a classe ou o povo dominante pretende ocultar a divisão de classes sob o manto das idéias que são só suas, têm-se, então, os universais abstratos, que, segundo Chauí, representam a operação intelectual por excelência (1989, p. 97).

Os *Commentarii de Bello Gallico* poderiam converter-se em um instrumento com que César transformasse as idéias de uma classe particular em idéias universais, em universais abstratos. Se assim fosse, além de reconhecer-se ter sido César um ideólogo, ter-se-ia

obrigatoriamente que admitir uma grande repercussão dessa sua obra junto a um público leitor. Não sendo razoável admitir que Roma fosse uma nação alfabetizada, qual poderia ser seu público leitor? O público somente poderia ser a classe dominante. E para que convencer, persuadir a classe dominante das idéias que já havia abraçado?. Nos *Commentarii*, há um César-ideológico não porque tivesse sido o produto da criação de um César-ideólogo, mas por ser o exemplo de quem pode investir-se, concretizando-o, do universal abstrato romano. Dessa perspectiva, os *Commentarii de Bello Gallico* não constituem um ideário do cesarismo, mas, sim, o exemplário de um *Caesar*. Se, em nível de propaganda ideológica, César alcançou algum sucesso, foi porque, certamente, havia um ambiente favorável a essa representação. Assim, César fez do *Caesar* um eficiente catalisador dessas idéias, para criar a personalidade, o ator social que as incorporasse integralmente.

Se, após esse raciocínio, ainda se declarar que os *Commentarii* foram os alicerces do cesarismo, é porque se pretende afirmar que seu discurso absorveu os demais discursos acerca das virtudes nacionais romanas. Não se pode qualificar o discurso dos *Commentarii de Bello Gallico* como discurso revolucionário, como discurso acrático, “fora do poder ou à sombra dele” (Barthes, 1988, p. 118), ou como o discurso que Pêcheux denomina do “mau sujeito”, “o sujeito da enunciação

que se volta contra o sujeito universal”, (1988, p. 215). Por isso, não se nota nos *Commentarii* a presença de um revolucionário; pelo contrário, o *Caesar* que emerge dos *Commentarii* é um *Caesar* conservador, que concentra em si as manifestações da tradição, da autoridade, da hierarquia, etc.; é um *Caesar* em que se congregam as virtudes nacionais romanas, um *Caesar* que, aparentemente, submetendo-se a elas, as subsume; afinal, como afirma Boudon,

nem é necessário precisar que estas noções [tradição, autoridade, hierarquia] são percebidas de maneira positiva pela ideologia conservadora (1988, p. 30).

Poder-se-ia, pois, concluir que César procurou manter válidos todos os princípios do universal abstrato romano, todos os princípios das virtudes nacionais, pretendendo alterar apenas a forma do exercício do poder, o modo de o Estado, consubstanciado em um *Caesar*, relacionar-se com elas.

III.4. AUSÊNCIA DA RETÓRICA

O que mais intriga uma leitura judiciosa dos *Commentarii* é a ausência dos expedientes da retórica tradicional,

principalmente se se tem em mente, como já se referiu, que César foi um grande orador, vale dizer, um grande retórico, ensombrado apenas por Cícero. E, considerando-se, ainda, que subjaz aos *Commentarii* a intenção de se demonstrar que, em *Caesar*, poderiam aglutinar-se as virtudes nacionais romanas, como justificar, então, a ausência desses expedientes?

A própria ausência dos ingredientes da retórica tradicional pode ser interpretada como um expediente retórico. Sabe-se que a retórica era arte, entendendo-se por "arte" uma série de procedimentos técnicos, que visava à persuasão, ao convencimento. O não-emprego dos ingredientes da retórica tradicional pretende significar sua inocuidade, sua "prescindibilidade".

Nos *Commentarii*, não se apresentam julgamentos de valor, mas fatos, pelos quais o *Caesar* é responsável, que induzem a julgamentos de valor. Segundo Boudon, "as ideologias se compõem de julgamentos de fatos e de julgamentos de valor" (1988, p. 28). Os fatos são demonstráveis, julgamentos de valor devem ser provados. Retoricamente, nos *Commentarii de Bello Gallico*, César demonstra o demonstrável, isto é, os fatos, deixando que o que não pode ser demonstrado, isto é, o julgamento de valor, seja feito pelos inimigos, nos discursos reportados

que relata³.

III.5. A CLAREZA MERIDIANA

Uma leitura criteriosa dos *Commentarii de*

Bello Gallico deve estar atenta a sua sempre lembrada clareza meridiana.

Para Michel Rambaud, a clareza dos *Commentarii* decorre de duas características de estilo: a simplicidade e a precisão do enunciado (1966, p. 25). O renomado latinista francês aproxima o conceito de simplicidade ao conceito uso comum ou difundido, ao asseverar que

³ Contam-se nos *Commentarii de Bello Gallico* cerca de 70 ocorrências de discursos “reportados” ou indiretos: Desse total, em cerca de 40 reportam-se discursos de bárbaros (I, 2, 3, 11, 13, 17, 32, 34, 36, 44, e 47; II, 13, 14, 15, 16 e 31; III, 8; IV, 7, 16 e 19; V, 3, 6, 7, 27, 34, 38, 41, 51 e 55; VI, 7, 8, 9, 13 e 23; VII, 2, 14, 15, 17, 20, 21, 29, 37, 39, 64, 66, 71.). Nas restantes ocorrências desse tipo de discurso, têm-se como responsáveis o Caesar ou militares romanos (I, 8, 14, 33, 35, 40, 42, 43, 45 e 50; II, 21 e 32; III, 18; IV, 8; V, 28, 29, 31 e 36; VI, 10; VII, 19, 32, 38, 40, 43, 52, 53, 54, 60 e 62). Além dos “indiretos”, encontram-se cerca de 10 ocorrências de “discursos diretos” (IV, 25; V, 30 e 44; VI, 8 e 35; VII, 20, 38, 50 e 77).

a simplicidade notória dos *Commentarii* consiste ela própria em que a disposição da frase e o lugar do verbo são os mais usuais (Rimbaud, 1965, p. 25).

Aduz também Rimbaud que

tal construção era quase regra entre os antigos cronistas que eram chamados por Cícero de *narratores, non exornatores rerum* (*loc. cit.*).

Ainda para o mesmo Rimbaud, a clareza do relato dos *Commentarii* relaciona-se diretamente com indicações precisas “do tempo, dos lugares e das personagens” (1965, p. 27).

Wülfing considera que, à época de César, uma obra de fundo historiográfico deveria construir-se sobre quatro fundamentos: correção lingüística (*Latine dicere*), clareza (*dilucide* ou *plane dicere*), adequação ao assunto (*apte dicere*) e ornamentos retóricos (*ornate dicere*) (1995, p. 29). Acrescenta, porém, o latinista alemão que

César revoluciona tais regras. A adequação à matéria a ser tratada, e, vale dizer, as grandes ações e as grandes empreendimentos de Roma, *não* pretende obtê-la com o ornamento estilístico, *ornatus*, mas somente com a correção lingüística e com a clareza, *Latine, pure et dilucide dicere*. [...] O seu estilo elevado, cuja *elegantia* já era sublinhada na

a clareza “lógica” das instruções e diretivas, propriedade dos temas utilizados, etc. — comunicação que é, ao mesmo tempo, através da divisão social-técnica do trabalho, uma não-comunicação que separa os trabalhadores da organização da produção e os submete à “retórica” do comando (Pêcheux, 1988, p. 26-7).

A “comunicação sem equívocos”, a “clareza ‘lógica’ das instruções e diretivas” partilha somente o compartilhável, qualificado como eficaz para responder às necessidades de produção, mascarando, contudo, que essa “comunicação sem equívocos”, essa “clareza ‘lógica’”, dissimula por detrás de si uma não-comunicação; dessa forma, o compartilhável é, pois, o que divide, o que separa, mas, contraditoriamente, o que parece unir: essa “comunicação sem equívocos”, essa “clareza ‘lógica’”, que redundando em uma “retórica” de comando, presta-se, pois, perversamente, à divisão de classes; usando-se as palavras de Barthes, pode-se dizer que “a incomunicação não é, propriamente, de ordem informacional, mas de ordem interlocutória” (1988, p. 114).

Assim, nos *Commentarii de Bello Gallico*, a clareza meridiana (um efeito-de-sentido, na verdade), expressão formal do compartilhável, isto é, das informações a respeito das guerras, dos atos do *Caesar*, etc., ofusca, contudo, com sua própria clareza, o incomunicável, o

incompartilhável, o qual, paradoxalmente, se pretende revelar com seu próprio ocultamento, o *Caesar*, a dominação antropometamorfoseada.

III.6. AGENCIAMENTO E MITIZAÇÃO

Para elucidar o processo de mitização, é imprescindível observar o agenciamento que envolve as ocorrências de *CAESAR-* nos *Commentarii de Bello Gallico*.

**,

Primeiramente, há de notar-se que, para os trezentos e quarenta e oito capítulos dos *Commentarii*, se registram cerca de trezentas e oitenta ocorrências de *CAESAR*⁴. Em nenhuma delas, tem-se *CAESAR-* expandido por algum adjetivo: os epítetos não são compatíveis com *CAESAR-*. Sua qualificação decorre não do que se afirma que ele seja, mas do que se demonstra que ele faça.

Outra incompatibilidade que se deve ob-

⁴ Como já se viu, levam-se em conta somente os capítulos de autoria de César. Wülfing (1995, p. 26) e Rambaud (1965, p. 196-97) a intensa recorrência de *CAESAR-*, nos *Commentarii*, contudo sem dispensar-lhe considerações mais profundas.

servar, diz respeito à coordenação de *CAESAR-* com outros nomes — o que é muito raro. Em meio às cerca de trezentos e oitenta ocorrências, contaram-se apenas cinco em que *CAESAR-* vem em coordenação⁵; embora estatisticamente esse dado seja desprezível por representar menos que um por cento do total geral das ocorrências, induz a uma reflexão. A princípio, poder-se-ia afirmar que a baixíssima frequência da coordenação de *CAESAR-* a outros nomes quer significar apenas que *CAESAR-* não seja, no discurso de César, suscetível de coordenação, o que poderia ser índice da conformação do absolutismo do *Caesar*. Deve-se, contudo, ter em vista que, em três dessas cinco ocorrências

1. *odisse etiam suo nomine Caesarem et romanos, quod eorum aduentu potentia eius deminuta et Diuiciacus frater in antiquum locum gratiam atque honoris sit restitus* — I, 18;
2. *nisi siquid in Caesare populoque romano sit auxilio* — I, 31; e
3. *aut Caesari aut omnino populo Romano negotii esset* — I, 34),

tem-se a coordenação, praticamente exclusiva, de *CAESAR-* com *ROMANO-* e

⁵ “[...] *odisse etiam suo nomine Caesarem et Romanos*” (I, 18); “*Caesare populoque Romano*” (I, 31); “[...] *Caesarem uel auctoritate sua atque exercitus, uel recenti uictoria, uel nomine populi romano deterrere posse*” (I, 31); “[...] *aut Caesari aut omnino populo romano negotii esse*” (I, 34); “[...] *quod in conspectu Caesaris atque omnibus exercitus res gerebatur*” (III, 14).

POPULO- ROMANO-; ressalte-se que essas três ocorrências se encontram em discursos enunciados por bárbaros, mas reportados pelo escritor.

Como já se viu, nos *Commentarii de Bello Gallico*, quando César narra CAESAR-, não se observam julgamentos de fatos, nem julgamentos de valor. Demonstram-se ações. Quando pretende algum julgamento de valor, César serve-se de um expediente de grande utilidade, de eficaz efeito de sentido de objetividade: o discurso de um “bárbaro”. O próprio autor é, como já se afirmou, sua própria fonte de revelação, não encontra assim dificuldade alguma em fazer do “bárbaro” seu porta-voz. O discurso é, pois, de César, mas seu veículo é o “bárbaro”. Desse modo, por um inimigo de Roma, tem-se, nessas ocorrências, atribuída ao CAESAR- e ao povo romano a mesma autoridade, o mesmo respeito e, até, a mesma animosidade.

Na primeira delas (I, 18, 1: “*Caesarem et romanos*”), a coordenação vem enfatizada, apresentando-se sintetizada com os dois termos enfeixados por um único anafórico, *eorum*; deve-se, ainda, acrescentar que os elementos coordenados, *Caesarem* e *romanos*, são, deve-se ressaltar, pela ótica de um “bárbaro” (cujo discurso César relata), os reorganizadores, os restauradores da ordem de sua sociedade e, por isso, objeto do ódio de quem pretendesse a “subversão”.

As duas outras, “*in Caesare populoque romano*” (I, 31, 4) e “*aut Caesari aut [...] populo romano*” (I, 34, 4), assemelham-se a variantes da matriz *Senatus Populusque Romanus*, a expressão máxima da soberania das instituições e do povo de Roma. A substituição de *SENATU-* por *CAESAR-*, além do poder de evocar, ainda que muito remotamente, mas não com menos força significativa, a instauração de uma nova instância de poder, possui outro reflexo ideológico de repercussão mais imediata: a coordenação de *CAESAR-* com *POPULO- ROMANO-* sugere que ambos constituam um só corpo social. Para que a ideologia possa ser um instrumento de dominação, afirma Chauí,

é preciso que os membros da sociedade não se percebam como estando divididos em classes, mas se vejam como um todo tendo certas características comuns a todos (1989, p. 94).

Convém registrar um outro passo — *Caesarem uel auctoritate sua atque exercitus, uel recenti uictoria, uel nomine populi romani deterrere posse*, I, 31, 16 —, no qual se tem coordenado não *CAESAR-*, mas os meios pelos quais seria possível impedir uma ação inimiga. Essa coordenação deve ser observada em dois níveis.

No primeiro deles, têm-se, por meio do

nexo *uel*, coordenados três subsintagmas (1- "*auctoritate sua atque exercitus*"; 2- "*recenti uictoria [sua]*"; e 3- "*nomine populi romani*"). Em um segundo nível, tem-se em "*auctoritate sua atque exercitus*" a coordenação, sintaticamente assimétrica, de *sua* e *exercitus*, que pretende significar que se põem na mesma condição a *AUCTORITAT-* de *CAESAR-* e a do exército. Situando-se no mesmo plano, as *AUCTORITAT-* não revelam, pelo contrário, camuflam, o que Barthes denomina "sintagmas de 'chefe'" (1988, p. 150) e Pêcheux, "'retórica' de comando" (1988, p. 27), ou seja, mascaram a divisão. Por outro lado, o nexo *uel*, introdutor de cada um dos subsintagmas acima mencionados, revela que, para obstar a ação inimiga, *Caesar* poderia revestir-se do poder emanado de qualquer dessas instâncias, legitimadoras de sua resposta aos inimigos. Com isso, pode-se inferir que *Caesar* vem, também, assenhoreando-se de prerrogativas de instituições romanas, quer procurando identificar-se com as instâncias delas detentoras, como no primeiro subsintagma, quer objetivando associar o exercício individual do poder ao exercício público, coletivo, equiparando aquele a este ("*nomine populi romani*"), para dissimular o que separa *CAESAR-* de *POPULO-Romano-*; mediatiza, porém, seu assenhoreamento de prerrogativas das instituições romanas por meio do impartilhável, do exclusivamente seu, mas igualmente legitimador de suas ações: pela "*RECENTI- UICTORIA-*. Desse modo, *Caesar* compartilha não só com o exército, mas também com o povo

romano a *AUCTORITAT-* que lidima sua ação; contudo o *DUC-*, que é o mesmo *Caesar*, esse é o responsável único pelo mais eficiente instrumento lidimador: a "*RECENTI- UICTORIA-*".

SEMANTIZAÇÃO DE CAESAR-

..

Com o desenrolar-se da narrativa dos *Commentarii de Bello Gallico*, devem destacar-se algumas características que, por meio do discurso, se amalgamam, como elementos de sua constituição ideológica, à imagem do *Caesar*, com o desenvolver-se dos *Commentarii*, à configuração ideológica de *Caesar* vão-se acrescentando gradativamente traços semânticos por meio dos quais, distanciando-se da sua órbita de nome próprio, mero apelativo ou designativo, *Caesar* passa a conotar, como se pretende demonstrar nas próximas seções.

IV.1. CAESAR- DUCENTI-

Cumpre, de início, observar as cerca de cem ocorrências em que *Caesar-* intervém como sujeito, associado a um verbo do campo semântico de “comandar”, como nas ocorrências que seguem:

1. *Appello*, “dirigir-se a, falar a”, como em “*Caesar cum in opere singulas legiones appelaret*” (VII, 17, 4).
2. *Accipio*, “receber, acolher”, com a idéia acessória de “com boa vontade, benevolentemente”, como em “*Caesar in deditionem Suessiones accepit*” (II, 13, 1).
 - 2.1. *Recipio*, “recolher, retirar”, como em “*Caesar se in fines Vbiorum recepit*” (IV, 19, 11).
3. *Colloco*, “colocar, designar o local de”, como ocorre em “*quos ibi Heluetico proelio uictos Caesar collocauerat*” (VII, 9, 6) e “*Caesar legionibus [...] in hibernis Cenabi collocauit*” (VIII, 6, 1).
4. *Concedo*, “conceder”, como em “*His Caesar libertatem concessit*” (IV, 15, 5).

5. *Conseruo*, “conservar, preservar, não destruir”, como em “*Quos Caesar [...] diligentissime conseruauit*” (II, 28, 3).

6. *Duco*, “guiar, conduzir, comandar”, oposto a *ago*, que significa “impelir” — o *dux* marcha à frente do rebanho, da tropa, etc. —, como em “*Caesar [...] in fines Suessionum [...] exercitum ducit*” (II, 12, 1), “*consuetudine sua Caesar sex legiones expeditas ducebat*” (II, 19, 2) e “*Caesar ad flumen Tamesin in fines Cassiluelauni exercitum duxit*” (V, 18, 1), que privilegiam regimes representados por nomes designativos de grandes contingentes militares, como *legionem* ou *exercitum*. Esse é, com toda certeza, o *verbum ducendi* por excelência.⁴⁴

6.1. *Adduco*, “conduzir para”, como em “*Ariouistus postulauit ne quem peditem ad conloquium Caesar adduceret*” (I, 42, 4) e “*eo exercitum adduxit*” (III, 28, 1), tendo por regime nome designativo de contingente militar.

6.2. *Deduco*, “conduzir [de] para”, como em “*in hiberna in Sequanos exercitum deduxit*” (I, 54, 2), possuindo, igualmente, como regime, nome designativo de contingente militar.

6.3. *Educo*, “fazer sair”, como em “*Caesar e castris utrisque copias suas eduxit*” (I, 50, 1) e “*Caesar [...] legiones expeditas quattuor equitatumque omnem ex castris eduxit*” (VII, 40, 1), cujos regimes

são nomes designativos de contingente militar.

6.4. *Perduco*, “levar [de] até, levar de um extremo a outro”, como em “*quem Caesar [...] ex humili loco ad summam dignitatem perduxerat*” (VII, 39, 1).

6.5. *Produco*, “fazer avançar para”, como em “*Caesar pro castris suas copias produxit*” (I, 48, 3), tendo por regime nome designativo de contingente militar.

6.6. *Reduco*, “recolher, reconduzir”, como em “*Caesar suos in castra reduxit*” (II, 9, 2), “*Caesar exercitum reduxit*” (III, 29, 3) e “*exercitum Caesar [...] Durocortorum Remorum reducit*” (VI, 44, 1), com regime realizado por nome ou pronome designativo de contingente militar.

6.7. *Subduco*, “fazer avançar para”, com o traço semântico de “movimento de baixo para cima”, como ocorre em “*Caesar suas copias in proximum collem subducit*” (I, 22, 3) e “*copias suas Caesar in proximum collem subducit*” (I, 24, 1), com regime realizado por nome designativo de grande contingente militar.

6.8. *Traduco*, “conduzir além, fazer atravessar”, como em “*Caesar [...] raros milites [...] ex maioribus castris in minora traduxit*” (VII, 45, 7) e “[*Germani*] *quos propterea Caesar traduxerat Rhenum*” (VIII, 13, 2).

7. *Duplico*, “[ordenar] duplicar o número de”, como em “*His Caesar*

numerum obsidum [...] duplicauit" (IV, 36, 2).

8. *Facio*, com diversas acepções, funcionando como verbo suporte como em "*cum Caesar in Sequanos per extremos Lingonum fines iter faceret*" (VII, 66, 2) e "*Caesar iis [...] discedendi potestatem fecit*" (IV, 15, 4) [*potestatem facere = permittere*], e possuindo a acepção de *mouere*, como em "*Idem [in castra eo loco remouere] facit Caesar*" (I, 15, 1) e a de *ponere*, como em "*Caesar [...] ad Alesiam castra fecit*" (VII, 68, 2).

8.1. *Praeficio*, "pôr à frente de, pôr à testa de", como em "*Caesar singulis legionibus singulos legatos et quaestorem praefecit*" (I, 52, 1) e "*Caesar M. Antonium quaestorem suis praefecit hibernis*" (VIII, 2, 1).

9. *Fero*, "levar", como em "*tempore opportunissimo Caesar auxilium tulit*" (IV, 34, 1).

9.1. *Confero*, "levar conjuntamente ou para o mesmo lugar", como em "*Huc Caesar omnes obsides Galliae, frumentum, pecuniam publicam suorum atque exercitus impedimentorum magnam partem contulerat*" (VII, 55, 2) e "*Caesar [...] castra castris hostium confert*" (VIII, 9, 2).

10. *Moueo*, "pôr em movimento, mover", como em "*Caesar [...] castra ad Gergouiam mouit*" (VII, 41, 1); é verbo semanticamente equivalente a *duco*, possuindo, inclusive, um regime efetuado por nome designativo

de contingente militar.

11. *Permitto*, “permitir, conceder”, como em “*Caesar permetteret, ad eum in castra uenturum*” (V, 3, 7), discurso indireto, enunciado por um conquistado.
12. *Pono*, “assentar”, como em “*Caesar [...] in oppido Carnutum Cenabo castra ponit*” (VIII, 5, 2).
 - 12.1. *Depono*, “deixar em garantia, entregar”, como em “*obsides quos Caesar apud eos deposuera*” (VII, 63, 3).
13. *Relinquo*, “deixar para trás”, como em “*quos Caesar [...] pacatos reliquera*” (IV, 37, 1), “*quos Caesar ad exercitum reliquera*” (VII, 5, 3) e “*Caesar [...] M. Antonium quaestorem [...] in Bellouacis relinquit*” (VIII, 38, 1).
14. *Restituo*, “restituir, restabelecer”, como em “*Huic Caesar [...] maiorum locum restituerat*” (V, 25, 2); não se tem aqui propriamente apenas uma ação de comando, mas também uma ação de justiça, ou seja, uma ação que demonstra o comando guiado pela justiça.
15. *Transporto*, “fazer passar para”, como em “*quod sine impedimentis Caesar legiones transportauerat*” (IV, 30, 1), com regime expresso por nome designativo de contingente militar.

Como se procurou observar, esses verbos privilegiam normalmente regimes atualizados por nomes designativos de grandes contingentes militares, como *LEGION-*, *EXERCITU-*, *MILET-*, etc.; ainda através desse mesmo prisma, devem-se arrolar os casos em que *CAESAR-* é sujeito de infinitivos igualmente ligados ao campo semântico de “comandar”, como *detertere* (I, 31, 16), *iniuriam facere* (I, 36, 4), *facere* (I, 42, 6), *gerere* (III, 9, 9), *seruare* (VI, 36, 1) e *adesse* (VI, 41, 2 e VII, 62, 2). Devem-se acrescentar, ainda, as ocorrências de *CAESAR-*, agente das orações expressas por formas passivas como em “*in seruitutem redactos*” (II, 14, 3), “*ferretur*” (IV, 11, 3), “*remissi essent*” (V, 27, 2), “*geruntur*” (VI, 7, 1), “*relictum*” (VI, 36, 6) e “*adiucatum*” (VII, 37, 1). Devem-se registrar as ocorrências de *CAESAR-* como expansão nominal, em genitivo, de nomes como “*armorum*” (VIII, 52, 4), “*castra*” (I, 48, 2 e II, 7, 3), “*castris*” (I, 43, 1 e I, 48, 1), “*hibernas*” (V, 41, 3), “*hibernis*” (V, 27, 5), “*inimicorum*” (VIII, 53, 2) e “*prouincia*” (VIII, 53, 1 e 54, 2). Além dessas, incluem-se as expansões verbais em que *CAESAR-* se associa à idéia de “instância permissionária ou concessionária”, como em “*quid ei a Caesare grauius accidisset*” (I, 20, 4), “*ipsi a Caesare opus esset*” (I, 34, 2), “*quas a Caesare acceperat*” (III, 17, 1), “*quod legati eorum paulo ante a Caesare discesserant*” (IV, 12, 1), “*et a Caesare conuentura subsidia*” (V, 28, 5), “*qui se summam a Caesare gratiam inituros putarent*” (VI, 43, 5), “*ab Caesare [...] desiderare*” (VII, 27,

7) e "*Caesare ius dicente*" (VIII, 23, 3). Finalmente, a associação dos traços de *dux* com *CAESAR-* realiza-se também em orações do tipo "*Magnam haec res Caesari difficultatem ad consilium capiendum afferebat*" (VII, 10, 1), "*Itaque se suaque omnia Caesari dediderunt*" (III, 16, 3), "*sese Caesari dedunt*" (V, 21, 1), "*et se ciuitatesque suas Caesari commendare coeperunt*" (IV, 27, 7), "*uti Caesari satisfacerent*" (I, 41, 3), "*sese omnes flentes Caesari ad pedes proiecerunt*" (I, 31, 2), "*conloquendi Caesari causa uisa non est*" (I, 47, 2) e "*Caesari omnia uno tempore erant agenda*" (II, 20, 1).

IV.2. CAESAR- IMPERANTI-

Embora se contem poucos verbos *imperandi* de que *CAESAR-* seja o sujeito, é muito grande a sua recorrência; para os treze verbos, há, pelo menos, setenta recorrências:

1. *Decerno*, “decidir, ordenar”, como em “*Caesar [...] Rhenum transire decreuerat*” (IV, 17, 1).
2. *Impero*, “mandar, ordenar”, com valor absoluto^{***}, como em “*ut Caesar imperauerat*” (I, 29, 3) e “*ut ante Caesar imperarat*” (II, 33, 3), o que se pode considerar como expressão do exercício integral do poder; com complemento oracional, como em “*Caesar [...] legatis [...] uti [...] naues aedificandas ueteresque reficiendas curarent*” (VI, 32, 2) e “*Caesar [...] retrahique imperat*” (V, 7, 6); com a acepção de “exigir, requisitar”, como em “*Caesar obsides imperat*” (V, 1, 8), “*His Caesar imperat obsides quadraginta*” (V, 20, 4) e “*Caesar [...] obsides imperat*” (V, 22, 4).
3. *Iubeo*, “ordenar”, com regime efetuado, normalmente, por oração infinitiva, como “*duas acies hostem propulsare, tertiam opus perficere iussit*” (I, 49, 4), “*portas claudi militesque ex oppido exire iussit*” (II, 33, 1), “*cohortes [...] proficisci, ex reliquis duas in stationem cohortes*

succedere, reliquas armari et confestim sese subsequi iussit (V, 4, 1), *“ex castris equitatum deduci iubet*” (VII, 13, 1), *“equitatum ex castris educi et proelium committere iubet*” (VII, 80, 1), *“muniri iubet castra*” (VIII, 15, 2), *“Quas legationes [...] ad se reuerti iussit*” (II, 35, 2), *“Caesar legiones equitatumque reuocari atque in itinere resistere iussit*” (V, 11, 1), *“Caesar [...] illos retineri iussit*” (IV, 13, 6), *“Caesar [...] confestim legiones subsequi iussit*” (V, 18, 4), *“Caesar [...] arma expediri iussit*” (VI, 18, 4), *“Caesar [...] equites cedere seque in castra recipere iubet*” (V, 50, 4), *“Caesar [...] arma expediri iussit*” (VII, 18, 4), *“Caesar receptui cani iussit*” (VII, 47, 1), *“Caesar suumque quoque equitatum, tripertito diuisum, contra hostem ire iubet*” (VII, 67, 2), *“Caesar aciemque constitui iubebat*” (VII, 67, 4), *“Paulum legiones Caesar quas pro uallo constituerat promoueri iubet*” (VII, 70, 5).

4. *Mitto*, “fazer ir, pôr a caminho, enviar”, em três ocorrências — *“Ad quos cum Caesar nuntios misisset*” (IV, 16, 3), *“Caesar postero die T. Labienum legatum [...] misit*” (IV, 38, 1), e *“Caesar [...] nuntium in Bellouacos ad M. Crassum quaestorem mittit*” (V, 46, 1) —, acompanhado dos nomes acusativos *nuntios*, *legatum* e *quaestorem*, comporta-se como verbo de instância de representação, isto é, pode-se atribuir ao verbo, nessas ocorrências, o traço “atividade administrativa”. Em uma ocorrência, *“ad eum Caesar legatos cum his mandatis mittit*” (I,

35, 1), o sintagma preposicionado *cum his mandatis* afasta o verbo *mitto* do campo semântico em que se realizou nas ocorrências anteriores, para atribuir-lhe a nuance de exercício de poder, já que, aí, passa a significar “enviar ordens por meio de intermediários”. Construções com esse matiz semântico são as mais recorrentes com o verbo *mitto*: “*et Cretas sagittarios et funditores Baleares subsidio oppidanis mittit*” (II, 7, 1), “*ad quos consectandos Caesar equitatum misit*” (IV, 14, 5), “*Caesar omnem ex castris equitatum suis auxilio misit*” (IV, 37, 2), “*Caesar [...] magnam partem equitatus ad eum insequendum mittit*” (V, 7, 6), “*Cum Caesar [...] tres legiones atque omnem equitatum [...] misisset*” (V, 17, 2), “*Caesar mittit complures equitum turmas*” (VII, 47, 1), “[*haedu*] *quos Caesar ab dextra parte alio ascensu, manus distenendae causa, miserat*” (VII, 50, 1), “*Caesar [...] trans Rhenum in Germaniam mittit equitesque [...] et leuis armadurae pedites*” (VII, 65, 4), “*Caesar Labienum cum cohortibus sex subsidio laborantibus mittit*” (VII, 86, 1), “*Mittit primo Brutum adolescentem cum cohortibus Caesar*” (VII, 87, 1) e “*Caesar [...] turmas mittit ad insequendum*” (VIII, 16, 2).

4.1. *Committo*, “empreender, encetar”, como em “*Caesar [...] proelium comisit*” (I, 25, 1).

4.2. *Dimitto*, “enviar para todas ou muitas partes”, como em “*Dimittit ad finitimas ciuitates nuntios Caesar*” (VI, 34, 8) e “*Caesar [...]*

equitatus in omnes partes dimittit" (VI, 43, 1).

4.3. *Intromitto*, "introduzir, fazer entrar", com uma única ocorrência, "*Caesar legiones [...] partis incensis intromittit*" (VII, 11, 8).

4.4. *Remitto*, "reenviar", como em "*Caesar Fabium cum legione remittit in hiberna*" (V, 53, 3) e "*Caesar [...] Pompeio legionem remisit*" (VIII, 54, 3).

4.5. *Submitto*, "derrotar", como em "*Laborantibus nostris Caesar Germanos submittit*" (VII, 70, 2).

5. *Statuo*, "decidir, estabelecer, decretar", como em "*Caesar non exspectandum sibi statuit*" (I, 11, 6), "*Caesar [...] primo proelio supersedere statuit*" (II, 8, 11), "*Caesar [...] statuit exspectandam classem*" (III, 14, 1), "*Caesar [...] coercendum atque deterrendum [...] Dumnorinem statuebat*" (V, 7, 1) e "*tamen Caesar omnia patienda esse statuit*" (VIII, 55, 2).

5.1. *Constituo*, "dispor em ordem, decidir, constituir", como "*ubi eos Caesar constituisset*" (I, 13, 3), "*Legionem Caesar [...] passibus ducentibus ab eo tumulto constituit*" (I, 43, 2), "*in Belgis omnium legionum hiberna constituit*" (IV, 38, 4), "*quem Caesar apud eos regem constituerat*" (V, 54, 2), "*duabus de causis Caesar Rhenum transire constituit*" (VI, 9, 1), "*Caesar [...] constituit non progredi*

longius" (VI, 9, 1), "*quem ad diem Caesar ad impedimenta legionemque reuerti constituerat*" (VI, 35, 1) e "*Caesar [...] plures in partes exercitum dimittere constituit*" (VIII, 24, 1).

- 5.2. *Instituo*, "decidir, estabelecer, instituir", "*Caesar siluas caedere instituit*" (III, 29, 1), "*Caesar [...] legatos delectum habere instituit*" (VI, 1, 1) e "*Caesar haec genera munitionis instituit*" (VII, 72, 1).

Dentre esses verbos, predomina *iubeo*, com dezoito ocorrências, *mitto*, com quinze, e *constituo* e *impero* com sete; os regimes desses verbos realizam-se, quase sempre, por sintagmas, nominais ou oracionais, que mencionam manobras ou estratégias militares. A associação de CAESAR- à idéia de comandante ou de responsável por uma ação militar ocorre, ainda, em sintagmas em que CAESAR- é agente de ações expressas por formas passivas, como "*ut erat ei praeceptum a Caesare*" (I, 22, 3), "*quem [...] a Caesare in Britanniam praemissum*" (IV, 27, 2), "*a Caesare regnum ciuitatis deferr*" (V, 6, 2), "*duabus missis subsidio cohortibus a Caesare*" (V, 15, 4), "*et filius et fratris filius ab Caesare remissi essent*" (V, 27, 2) e "*ut erat a Caesare praeceptum*" (VII, 47, 2).

VI.3. CAESAR- COGNOSCENTI-

Primeiramente convém destacar que, em quase cinquenta por cento das ocorrências de verbos *cognoscendi*, CAESAR- aparece como beneficiário ou destinatário dos processos verbais de “ser informado” ou “conhecer”:

1. *Certiozem facere aliquem*, “informar”, com apenas uma ocorrência, “*Quibus litteris circiter media nocte Caesar allatis suos facit certiores*”, em que CAESAR- não é o destinatário das informações, mas sua fonte.

1.1. *Certior fieri aliquis*, “ser informado”, como em “*Vbi per exploratores Caesar certior factus est*” (I, 12, 2), “*Caesar factus est ab Tiburio*” (II, 10, 1), “*Quibus de rebus Caesar ab Crasso certior factus*” (III, 9, 1), “*et de Sabini uictoria Caesar certior factus est*” (III, 19, 5) e “*His de rebus Caesar certior factus*” (IV, 5, 1); pelo grande número de ocorrências, constata-se que, preferencialmente, CAESAR- aparece como beneficiário ou destinatário das informações; parece haver a sugestão de que suas próprias ações sejam prudentes, isto é, fundamentam-se todas no conhecimento que tem dos fatos.

2. *Cognosco*, significando no *infectum*, “começar a conhecer, tomar

conhecimento” e, no *perfectum*, “conhecer, reconhecer”, como em “*per exploratores Caesar cognouit*” (I, 22, 4), “*Id factum ex suis hospitibus Caesar cognouerat*” (V, 8, 6), “*ex captiuis Caesar cognouit*” (VII, 18, 1), “*quod iam ipse Caesar per exploratores cognouerat*” (VII, 44, 3), “*Caesar (idoneum locum nactus) quid quaeque ex parte geratur cognoscit*” (VII, 85, 1) e “*Quae Caesar consentientibus pluribus cum cognosset*” (VIII, 8, 1). Deve-se, mais uma vez, notar que, nessas ocorrências, CAESAR- aparece como destinatário ou beneficiário do processo verbal, enquanto suas fontes são seus inimigos.

3. *Commemoro*, “lembrar, trazer à memória”, como em “*Caesar initio orationis sua senatusque in eum beneficia commemorauit*” (I, 43, 2), e “*Haec orantibus legatis, commemorat Caesar...*” (VIII, 22, 1).
4. *Comperio*, “descobrir, dar-se conta de”, como em “*Quod ubi Caesar comperit*” (IV, 19, 4) e “*ex captiuo quodam comperit Caesar*” (VIII, 17, 1).
5. *Intellego*, “compreender, conhecer”, como em “*Vbi eum se tenere Caesar intellexit*” (I, 49, 1) e “*Quae tametsi Caesar intellegabat*” (VII, 43, 4).
6. *Reperio*, “achar casualmente ou buscando, encontrar [=inuenio]”, como em “*Reperiebat etiam in quaerendo Caesar*” (I, 18, 10) e “*Cognita Caesar causa reperit ab Suebis auxilia missa esse*” (VI, 9, 8).
7. *Sentio*, “sentir, experimentar sensação ou sentimento de”, como em

“Caesar hac oratione Lisci Dumnorigem, Diuiciaci fratrem, designari sentiebat” (I, 18, 1).

8. *Suspikor*, “suspeitar”, como em “At Caesar fore id quod accidit suspicabatur” (IV, 31, 1).

9. *Video*, “saber”, como em “Caesar etsi idem quod superioribus diebus acciderat fore uidebat” (IV, 35, 1) e “Caesar unus uideret” (VIII, 41, 2).

Em tais ocorrências, CAESAR- aparece como destinatário ou beneficiário dos processos verbais do campo semântico de “ser informado” e “conhecer”; pode-se inferir desse dado a sugestão de que as ações de CAESAR- fossem legítimas, necessárias e, principalmente, prudentes, porque decorreram, ou decorriam, todas do conhecimento da SCIENTIA- (por que não OMNISCIENTIA-?) que possuía dos fatos e, por isso, das manobras militares necessárias à vitória.

Dessas ocorrências, distinguem-se o sintagma *certiorem Caesarem facio* e o verbo *cognosco*. Da primeira, contam-se cinco ocorrências na forma passiva, “*certior factus est*” (I, 12, 2; II, 10, 1; III, 9, 1; III, 9, 5; IV, 5, 1) e duas na forma ativa (I, 11, 4 e VII, 87, 5), para apenas uma ocorrência em que CAESAR- deixa de ser o beneficiário ou o destinatário das informações para ser sua fonte (“Caesar [...] suos facit certiores”). Quanto a *cognosco*, é preciso assinalar que, em

quatro de suas sete ocorrências, vem ele acompanhado de expansão adverbial introduzida pelo nexos preposicionais *per* (I, 22, 4 e VII, 44, 3) ou *ex* (V, 6, 2; V, 8, 6 e VII, 18,) que revela sua fonte de informação: *exploratores*, introduzidos por *per*, e *hospitibus* ou *captiuis*, introduzidos por *ex*. Ressalte-se, então, mais uma vez, a situação privilegiada de CAESAR- como destinatário ou beneficiário do processo verbal. Ainda quanto a esse aspecto, cumpre apontar as ocorrências de CAESAR-, como expansão de verbos como *nuntio* (“*Caesari cum id nuntiatum esset*” - I, 7, 1; “*Caesari nuntiarant*” - I, 39, 7; “*Dum Caesari nuntiatum esset*” - I, 46, 1; “*Caesari nuntiauerunt*” - IV, 32, 1 e “*His rebus [...] Caesari nuntiat*” - VII, 6, 1), *renuntio* (“*Caesari renuntiat*” - I, 10, 1), *enuntio* (“*quod [...] Caesari [...] enuntiarit*” - I, 17, 6), *remitto* (“*litteras Caesar remittit*” - V, 47, 5) e *refero* (“*Haec eodem tempore Caesari mandata referebantur*” - I, 37, 1). Há, ainda, o sintagma preposicionado *ad Caesarem*, também do campo semântico de beneficiário ou destinatário, como em “*tabulae ad Caesarem relatae*” (I, 29, 1), “*his responsis ad Caesarem relactis*” (I, 35, 1), “*haec a compluribus ad Caesarem deferebantur*” (V, 6, 6), “*defertur ea res ad Caesarem*” (V, 25, 3), “*ut per eos ad Caesarem deferrentur*” (VII, 17, 8), “*media fere nocte rem ad Caesarem defer*” (VII, 39, 3), “*mittuntur ad Caesarem [...] litterae*” (V, 40, 1), “*litterae nuntiique ad Caesarem mittebantur*” (V, 45, 1) e “*ad Caesarem plena fiduciae consilia perlata*” (VIII,

9, 1).

Não poderia ficar sem registro o estereótipo "*legatos ad Caesarem mitto*" (I, 11, 2; 47, 1; II, 12, 5; 28, 2; 31, 1; 35, 1; IV, 16, 5; 27, 1; 36, 1; V, 3, 5; 6, 2; 20, 2; 22, 3; 42, 7; 54, 3; VI, 4, 2; 5, 4; 32, 1; VII, 43, 2; 89, 3; VIII, 21, 2 e 46, 2), com vinte e duas ocorrências, que salientam igualmente o traço de destinatário ou beneficiário.

Importa ainda lembrar, mesmo que possa parecer fora de lugar, a construção, também estereotipada, constituída de um nome genérico, como *consuetudine*¹, *re* ou *rebus* e de uma forma participial, como *cognita* ou *cognitis* (dezesseis ocorrências), *nuntiata* (cinco ocorrências) e *percepta* (apenas uma ocorrência) à qual se justapõe o nome CAESAR-, como agente de um processo verbal autorizado pelo conhecimento dos fatos; é o que ocorre em "*His rebus cognitis, Caesar...*" (I, 33, 1), "*His responsis ad Caesarem relatis...*" (I, 35, 1), "*Hac re statim Caesar per speculatores cognita...*" (II, 11, 2), "*Qua consuetudine cognita, Caesar...*" (IV, 6, 1), "*Qua re nuntiata, Caesar...*" (IV, 377, 2), "*Percepta*

¹ Sublinhe-se ainda que tais construções constituem, como se viu mais acima, sintagmas sintático-semântico coesivos autoritários..

oratione eorum, Caesar... (V, 1, 8), "*Qua re cognita Caesar...*" (V, 7, 1), "*Qua re nuntiata, Caesar...*" (V, 7, 6), "*His rebus cognitibus, Caesar...*" (V, 11, 1), "*His rebus cognitibus a captiuis perfugisque, Caesar...*" (V, 18, 4), "*Quibus rebus cognitibus, Caesar...*" (VI, 2, 3), "*Cognita Caesar causa reperit..*" (VI, 9, 8), "*Qua re nuntiata, Caesar...*" (VII, 7, 3), "*Qua re per exploratores nuntiata, Caesar...*" (VII, 11, 8), "*Qua re nuntiata, Caesar...*" (VII, 18, 4), "*His rebus cognitibus, Caesar...*" (VII, 41, 5), "*Hac re cognita, Caesar...*" (VII, 45, 1), "*Quibus rebus cognitibus, Caesar...*" (VII, 56, 1), "*Qua re nuntiata, Caesar...*" (VI, 67, 2), "*Quibus rebus cognitibus ex perfugis et captiuis, Caesar...*" (VII, 72, 1), "*Quorum pertinacia cognita, Caesar...*" (VIII, 15, 1), "*Qua difficultate eorum cognita, Caesar...*" (VIII, 40, 5) e "*Ea re cognita, Caesar...*" (VIII, 46, 1).

É importante registrar que, em momento algum, César menciona a atividade augural que autorizava ou não as ações militares, à qual deveria submeter-se regular e ritualmente o general antes das batalhas; nos *Commentarii*, nem mesmo se alude a algum procedimento ritual por meio de que CAESAR- procurasse obter indícios da manifestação do favor divino, referentemente ao êxito das batalhas. A abundante recorrência de sintagmas em que CAESAR- é investido do traço semântico de destinatário ou beneficiário das informações a respeito das ações inimigas ou da situação de seu exército parece sugerir que CAESAR-

já se encontrasse de tal modo instruído pelos *captiui*, *exploratores*, *hospites* e oficiais de seu exército, que poderia prescindir do privilégio de obter informações dos deuses às quais, como general, áugure e segundo a religião do Estado, teria acesso garantido².

² Nos *Commentarii de Bello Gallico*, contam-se somente oito ocorrências de *DEO-*: “*Ita siue casu siue consilio deorum immortalium [...] ea princeps poenas persoluit*” (I, 12); “*Consuesse enim deos immortales, quo grauius homines ex commutatione rerum doleant, quos pro scelere eorum ulcisci uelint.*” (I, 14); “*Atque nostris militibus cunctantibus, maxime propter altitudinem maris, qui decimae legionis aquilam ferebat, obstetatus deos, ut ea res legioni feliciter eueniret...*” (IV, 25); “[...] *quod beneficio deorum immortalium et uirtute eorum expiato incommodo neque hostibus diutina laetitia neque ipsis longior dolor relinquatur*” (V, 52); “*Multa praeterea de sideribus [...] de deorum immortalium ui ac potestate disputant et de iuuentuti tradunt.*” (VI, 14); “[...] *non posse deorum immortalium numen placari arbitrantur*” (VI, 16); “*Deorum numero eos solos ducunt quor cernunt et quorum aperte opibus iuuantur [...]*” (VI, 21); “*Deum maxime Mercurium colunt.*” (VI, 17).

IV.4. CAESAR- PERUENIENTI-

Das cerca de quarenta ocorrências em que o nome *CAESAR-* se associa a verbo ou a nome abstrato do campo semântico de “movimento”, trinta por cento são constituídos pelo nome *ADUENTU-*, que tem por expansão o genitivo subjetivo *Caesaris* (“*cognito aduentu Caesaris*” - I, 42, 1 e III, 9, 3; “*de Caesaris legionumque aduentu cognitum est*” - V, 3, 3; “*aduentu in Galliam Caesaris*” - V, 54, 2; “*aduentu Caesaris*” - VI, 12, 6; “*antea Caesaris aduentum*” - VI, 15, 1; “*de Caesaris aduentu*” - VII, 12, 1; “*aduentu Caesaris*” - VII, 18, 3; “*ante aduentum Caesaris*” - VII, 67, 7; “*repentino aduentu Caesaris*” - VIII, 3, 1 e “*Caesaris aduentu*” - VIII, 51, 1). Em todas essas ocorrências, *ADUENTU-* apresenta sempre aspecto perfectivo; deve-se, aliás, registrar a preferência do autor pelo aspecto perfectivo também no verbo: para uma ocorrência de *uenio* (“*Cum Caesar in Galliam uenit...*” - VI, 12, 1 e “*si [...] Caesar cum tribus legionibus ueniret*” - VIII, 7, 6), há seis de *peruenio*, com o mesmo sentido básico de *uenio*, mas com a idéia perfectiva reforçada pelo afixo *per*, como em “*eo postquam Caesar peruenit*” (I, 27, 3), “*ad quarum initium siluarum cum Caesar peruenisset*” (III, 28, 3), “*Caesar ad portum Itium cum*

legionibus peruenit" (V, 5, 1), "eoque post horam nonam diei Caesar peruenisset" (V, 53, 11), "Caesar ex eo loco quintis castris Gergouiam peruenit" (VII, 36, 1) e "Caesar summo studio militum ante ortum solis in castra peruenit" (VII, 41, 5). Sobre serem, diante de apenas uma ocorrência de *uenio*, índices da preferência do autor por elas, as ocorrências de *peruenio*, somadas às do sintagma *ADUENTU- Caesaris* no que tange a seu aspecto perfectivo, permitem inferir-se que *CAESAR-*, ou melhor, que o seu advento na Gália trace uma linha divisória entre duas histórias gaulesas: de uma parte, a história anterior à chegada de *CAESAR-* e, de outro, a posterior.

V. OS COMMENTARII DE BELLO^{CI} CIUILI

Um estudo que se faça acerca dos *Commentarii de Bello Gallico* não pode prescindir da leitura dos outros *Commentarii* de César, os *de Bello Ciuili*; para que a contribuição destes últimos seja eficaz, é necessário que se apliquem a eles os mesmos procedimentos adotados para os *Commentarii de Bello Gallico*.

Assim, para a leitura dos *Commentarii de Bello Ciuili*, manteve-se, por coerência, a hipótese aplicada à leitura do *Bellum Gallicum*, segundo a qual “se devem distinguir nos *Commentarii de Bello Gallico* duas vertentes de investigação: na primeira aflora a atuação de César, justificando as ações ou a política do *Caesar*, através do relato formal de suas ações militares; na segunda, pode-se observar uma ligação pouco transparente entre seu plano de expressão e seu plano de conteúdo; a aparente preocupação de César com o relato fiel das ações de *Caesar* tê-lo-ia levado a servir-se de um discurso objetivo, o que condicionaria a produção de um discurso denotado. Contudo, em César, dissimula os objetivos que subjazem à obra: a construção do mito do *Caesar* e, como consequência de sua criação ou complementariamente a ela, a indução das

bases que alicerçaram o cesarismo¹.”

Nos *Commentarii de Bello Ciuili*, fazem-se notar os mesmos agenciamentos de CAESAR- observados no *Bellum Gallicum*. Em seus três livros, com duzentos e sessenta e três curtos capítulos — oitenta e sete para o Livro I, sessenta e quatro para o II e cento e doze para o III —, contam-se trezentos e noventa e quatro ocorrências de CAESAR-, com uma média de 1,5 ocorrência para cada capítulo ou uma ocorrência de CAESAR- para cada cem palavras. Do conjunto das ocorrências, cento e sessenta e quatro, cerca de 40%,¹ manifestam-se com CAESAR- no nominativo (anexo 1); cento e quinze, cerca de 30%, com CAESAR- no genitivo (anexo 2); sessenta e três, por volta de 16%, com CAESAR- no acusativo (anexo 3); trinta, por volta de 7%, com CAESAR- no ablativo (anexo 4) e, finalmente, vinte e duas, cerca de 6%, com CAESAR- no dativo (anexo 5).

Relativamente aos *Commentarii de Bello*

¹ Considera-se cesarismo um sistema de pensamento a partir do qual se legitima a existência de um CAESAR-, fornecendo-lhe, inclusive, os componentes estruturais de sua imagem. Em outras palavras, julga-se o cesarismo um conjunto de procedimentos através de que se cria, como uma função ou instância político-social a ser necessariamente preenchida ou ocupada, o mito do CAESAR.

Gallico, verifica-se, no *Bellum Ciuile*, uma expressiva ampliação no emprego de CAESAR-. Tem-se, neste último, com já se referiu, 1,5 ocorrência por capítulo — o que pode apontar para uma estratégia de maior fixação do nome CAESAR- —, ao passo que, nos trezentos e quarenta e oito capítulos do *Bellum Gallicum*, se observaram trezentos e setenta e sete ocorrências de CAESAR-, praticamente uma ocorrência por capítulo.

Quanto às ocorrências, deve-se observar que, dos *Commentarii de Bello Gallico* para os *Commentarii de Bello Ciuili*, houve um decréscimo no emprego do nominatiyo², e um aumento significativo no emprego do genitivo³, mantendo-se os demais casos praticamente nas mesmas casas percentuais⁴.

² De 56% das ocorrências de CAESAR- do *Bellum Gallicum*, para 40% no *Bellum Ciuile*.

³ De 11% das ocorrências de CAESAR- no *Bellum Gallicum*, para 29% no *Bellum Ciuile*.

⁴

Casos	<i>Bellum Gallicum</i>		<i>Bellum Ciuile</i>	
	Freq.	%	Freq.	%
<i>Caesar</i>	212	52,23%	164	41,62%
<i>Caesarem</i>	75	19,89%	63	15,98%
<i>Caesaris</i>	42	11,14%	115	29,18%
<i>Caesare</i>	23	6,10%	30	7,71%
<i>Caesari</i>	25	6,33%	22	5,58%

No que toca ao genitivo, que, no *Bellum Gallicum*, foi empregado como expansão de nomes tais que *ADUENTU-*, *BENEFICIO-*, *CASTRO-*, *CONCESSU-*, *CONSPECTU-*, *FIDE-*, *HIBERNO-*, *IMPERIO-*, *INDULGENTIA-*, *INIUSSU-*, *INSTITUTO-*, *IUSSU-*, *LITTERA-*, *MANDATO-*, *MISSU-*, *ORATION-*, *POSTULATO-*, *POTESTAT-*, *PRAECEPTO-*, *SOLLICITUDON-*, *UICTORIA-* e *UOLUNTAT-*, com predomínio absoluto (dez ocorrências) para o sintagma *ADUENTU- CAESAR-*, o considerável aumento de suas ocorrências no *Bellum Ciuile* deve-se à ampliação do universo de nomes passíveis de expansão por *Caesaris*, como *AGMEN-*, *ANTECURSOR-*, *CÁSTRO-*, *CLASSI-*, *COPIA-*, *CORNU-*, *EQUET-*, *EQUITATU-*, *EXERCITU-*, *IMPERIO-*, *IMPETU-*, *LEGION-*, *MILET-*, *MUNITION-*, *NAUI-*, *ORDON-*, *SPECULATOR-*, nomes específicos da linguagem militar, que compõem, como núcleo, cerca de 45% das expansões realizadas por *Caesaris* — o que não deixar de apontar para a dimensão propriamente militar da figura do *Caesar*, procurando apresentá-lo como senhor da força, ainda que o sintagma *ADUENTU- Caesaris* seja responsável, sozinho, por 12% das ocorrências.

Das formas de nominativo, isto é, das ocorrências em que *Caesar* é sujeito gramatical, não se tem, praticamente à exceção de *fio certior*, a associação de *Caesar* com verbos de acepção passiva, não se contando também associações com os verbos denominados “de estado” pela Gramática Tradicional”, como *sum*. Predominam,

como no *Bellum Gallicum*, os verbos “de comando”, ou aqueles que Barthes, referindo-se ao próprio César, — como já se mencionou mais acima — afirma constituírem os “sintagmas de chefe”, *iubeo*, *existimo*, *iudico*, *proficiscor*, *mitto*, *instituo*, *impero*, *duco*, etc., e seus compostos.

No que diz respeito ao acusativo, observa-se, nos *Commentarii de Bello Ciuili*, um grande emprego do sintagma *ad Caesarem LEGATO- mitto*, que compõe cerca de 29% de suas ocorrências, fenômeno que, aliás, se havia manifestado nos *Commentarii de Bello Gallico*. É também significativo que, das ocorrências totais de acusativo, 25 componham um sintagma construído com o emprego da preposição *ad*, a qual não se encontra somente em nove sintagmas, substituída então por *apud*, *aduersa*, *erga*, *in* ou *per*. Em nove ocorrências, tem-se *Caesarem* como objeto de verbos como *prohibeo*, *respicio*, *intercludo*, *probo*, *sequor* e *timeo*, e em outros nove como sujeito de acusativos com infinitivos com os verbos *transeo*, *adsum*, *cupio*, *dimitto*, *detineo*, *sum*, *facio* e *fugio*.

Quanto ao ablativo, saliente-se que seu emprego, excetuando-se o sintagma *Caesare dictatore habente* (III, 1), é sempre preposicionado, predominando a preposição *a* em sintagmas que indicam origem ou concessão com 6 ocorrências, ou em construções passivas com 15 ocorrências, marcando o elemento agente; distribuem-se as

demais ocorrências entre as preposições *cum* e *de*.

Quanto à “objetividade”, pode-se afirmar que os *Commentarii de Bello Ciuili*, construídos como o *Bellum Gallicum*, em terceira pessoa, apresentam as mesmas características que este, quais sejam: (1) a narrativa conduzida em terceira pessoa. (2) A dêixis sob que César produz seu discurso (*ele, lá, então*) propicia o efeito de sentido de história — o que tem levado um número significativo dos críticos clássicos a considerar os *Commentarii* como textos historiográficos. Contudo, como nos *Commentarii de Bello Gallico*, no *Bellum Ciuile* a objetividade é a um só tempo um efeito de sentido e uma estratégia discursiva que possibilita ao autor, em decorrência de sua grande liberdade narrativa e do fato de ele mesmo ser sua própria fonte de revelação, compor um *Caesar* segundo seu arbítrio.

Considerando-se, como já se demonstrou acima, o cesarismo um sistema de pensamento que instaura, por força da mitização, a necessidade da existência de um *Caesar*, fornecendo os componentes estruturais de sua imagem, acredita-se não haver imprudência em afirmar que a contribuição dos *Commentarii de Bello Ciuili* não difere da dos *Commentarii de Bello Gallico* nem em grau nem em natureza, mas em forma. Enquanto na *Guerra Gaulesa* se apresenta um general combatendo

povos bárbaros em prol dos interesses de Roma, na *Guerra Civil*, uma guerra intestinalmente política, apresenta-se esse mesmo general combatendo, ainda em prol dos interesses de Roma, não bárbaros, mas romanos. Desse modo, os *Commentarii de Bello Ciuili* constituem o instrumento “nacionalizador” do *Caesar*.

CONCLUSÃO

...

VI.1. HISTÓRIA E HISTORICIDADE

Como se procurou demonstrar nos capítulos precedentes, verificou-se que uma leitura ingênua dos *Commentarii de Bello Gallico* apreende seu conteúdo “histórico”, reconhecendo as virtudes militares do general romano, admirando-lhe o grande poder de comando e a urbanidade com que tratava seus soldados e inimigos, culminando com a inclusão dos *Commentarii* no rol das obras da Literatura Latina consideradas possuir por objeto a História.

Como requisito indispensável para uma compreensão não induzida dos *Commentarii*, propôs-se uma leitura asentada sobre quatro princípios:

1. nos *Commentarii* não se configura a História, mas a historicidade; seu discurso, portanto, não é unívoco, unissignificante, mas plúvoco, plurissignificante;
2. com o emprego da terceira pessoa para falar de si próprio, César procura imprimir à obra um sentido de objetividade; com esse expediente, César, o sujeito da enunciação, transforma o *Caesar*, o

sujeito de enunciados de ação, em entidade incorporadora das virtudes tradicionais romanas, o que permite sua conversão em um *Caesar-ideológico*;

3. em decorrência do princípio anterior 2., não se pode perder de vista a dimensão ideológica dos *Commentarii*, não porque constituam o ideário do cesarismo, mas sim por apresentarem um “exemplário” do *Caesar*;
4. a apregoada clareza meridiana dos *Commentarii* é, na verdade, um efeito-de-sentido: neles pode manifestar-se, como realmente se manifesta, a transparência da expressão, ou, como assevera Wülfing, uma “alta clareza sintática e semântica” (1995, p. 15). O discurso, porém, é intransparente, engendrado de tal forma que induz o leitor não à leitura do que é explicitado, mas à do que está implícito”.

Tais princípios permitiram a observação do agenciamento que envolve as ocorrências de *CAESAR*- nos *Commentarii*, propiciando a verificação de que

1. para os trezentos e quarenta e oito capítulos dos sete primeiros livros, de incontestada autoria de Caio Júlio César, registram-se trezentos e setenta e sete ocorrências *CAESAR*-

2. em nenhuma delas, tem-se *CAESAR-* expandido por algum adjetivo;
3. é extremamente rara a coordenação de *CAESAR-* a algum outro nome; notaram-se apenas cinco ocorrências desse tipo, cerca de um por cento do total das ocorrências de *CAESAR-*, predominando a coordenação de *CAESAR-* a *ROMANO-* ou *POPULO- ROMANO-*;

VI.2. A CONFIGURAÇÃO DO *CAESAR*

Nos *Commentarii de Bello Gallico*, no que se refere à configuração do *Caesar*, verificou-se que, com o procedimento de semantização, ressaltam-se, na imagem do *imperator*, quatro traços fundamentais:

1. o *CAESAR- DUCENTI-*, produto da grande ocorrência de sintagmas em que se destacam item lexicais de “comando”, como *appello, accipio, concedo, conseruo, duco, facio, fero, moueo, etc.*;
2. o *CAESAR- IMPERANTI-*, produto da significativa ocorrência de sintagmas, principalmente dos que compõem a função sintática de sujeito, em que se destaca um significado *imperandi*, como *de-cerno, impero, iubeo, mitto, constituo, etc.*;

3. o *CAESAR- COGNOSCENTI-*, produto de sintagmas em que se resalta a figura do *Caesar* como beneficiário ou destinatário de processos verbais de “informar” ou “fazer conhecer”; e, finalmente,
4. o *CAESAR- PERUENIENTI-*, resultado da associação de *CAESAR-* a verbos ou nomes abstratos do campo semântico de *uenire*, destacando-se o aspecto perfectivo.

“”

VI.3. A SEMANTIZAÇÃO DE *CAESAR-*

O procedimento da semantização, importante componente do procedimento da mitização, confunde-se com o procedimento da conotação. A aplicação da fórmula hjelmslevegiana “E(R)C”, permite verificar que o procedimento da semantização de *CAESAR-* consiste na saturação semântica de *CAESAR-*, sob o princípio de que uma “E(R)C” inicial, como, por exemplo, a primeira ocorrência de *CAESAR-* no *Bellum Gallicum*, “*Caesari cum id nuntiatum esset*” (I, 7, 1), com um fraco investimento semântico, será base ou matriz para uma nova “E(R)C”, que receberá novos investimentos semânticos cumulativos, concomitantes, não-excludentes, de forma tal que cada nova ocorrência apresente sempre valores semânticos distintos das ocorrências anteriores, não impedindo novos

investimentos posteriores.

Em outras palavras, a “E(R)C” em que se inscreve *CAESAR-* é uma “E(R)C” que necessariamente pressupõe uma “E(R)C” anterior, podendo transformar-se sempre em nova base de outra “E(R)C”. O resultado final dessa série de investimentos semânticos sucessivos — produto, ressalte-se, do agenciamento, da semantização, enfim, do procedimento que, neste trabalho, se denominou mitização —, à maneira de uma figurativização “ininterrompível”, é a configuração semântica de *CAESAR-*. É assim, com a manipulação, atribuindo-se a esse termo o sentido mais “artesanal” possível, da “E(R)C” em que se inscreve *CAESAR-* que o autor dos *Commentarii* constrói a imagem, configura o *Caesar*, constrói o mito. Tal transformação enquadra-se, sem dificuldade alguma, no conceito de mito de Barthes, que se afasta do pensamento conservador; para o estruturalista e semiólogo francês, mito, em uma acepção não conservadora, é o resultado da conversão do cultural em natural, do histórico em produto da natureza (1988, p. 79).

Esse é, em suma, o procedimento intuído, mas não satisfatoriamente compreendido por Rambaud, ao afirmar que

Os *Comentários* são, pois, um excelente exemplo de propaganda que utiliza um assunto histórico. Eles lembram aos

modemos que é necessário ter linhas diretrizes e temas tão bem escolhidos que possam permanecer invariáveis, que a coerência desses temas dá solidez e verosimilhança internas à exposição; que não é necessário anunciar que se quer provar, mas arrolar os fatos em uma ordem convincente, que é necessário [...] criar uma lógica e um encadramento satisfatórios para a inteligência do leitor [...]. Eles mostram enfim que a melhor maneira de dissimular não é calar o que todo mundo sabe, mas dizê-lo diferentemente, misturando apologia a exposição, e dispersando o todo em um contexto que dissimula sua perigosa significação (1966, p. 374).

VI. A RETÓRICA DISSIMULADA

Considerando-se a retórica, como o faz Lausberg,

um sistema mais ou menos elaborado de formas de pensamento e de linguagem, as quais podem servir à finalidade de quem discursa para obter, em determinada situação o efeito que pretende (1993, p. 75),

pode-se admitir — como já se viu à p. 53 deste trabalho — que qualquer discurso é construído sob determinada retórica, já que a retórica, sob o comando da *voluntas*, serve à finalidade do enunciatário. Sob tal princípio, como conjunto de técnicas ou procedimentos, a retórica apresenta-se como objeto de análise e, como tal, terá seus ingredientes catalogados e identificados, de forma até a receber tratamento escolar sob o estatuto de disciplina de academia, deixando, com isso, de deixar de estar a serviço apenas do enunciador.

Preservando, mesmo a partir de sua difusão escolarizada, sua função primordial de convencimento e transformando-se em instrumento “de defesa”, isto é, oferecendo ao enunciatário, por meio dessa mesma propagação, instrumentos com que se demonstrassem as manipulações discursivas, a retórica pôde ter seus efeitos diminuídos, visto que estes, como afirma Lausberg, passaram a submeter-se ao controle do enunciatário (1993, p. 77).

Em suma, enunciatário, estando apto a identificar as estratégias ou formas retóricas, será capaz de neutralizar os efeitos que o falante pretende alcançar ou obter através das estratégias ou formas retóricas de que também ele, ouvinte é senhor.

Postas essas reflexões, se César foi gran-

de retórico, conforme declaram testemunhos antigos, inclusive de Cícero, e se César pretendeu, como, à saciedade, afirma a crítica literária latina, fazer dos seus *Comentários* instrumentos de propaganda ou “aparelhos” de manipulação ideológica, sabendo que o aparato retórico poderia ser facilmente identificado e contra-atacado, tornando-se inócuo, foi certamente levado, para conservar a eficácia, a camuflá-lo; assim, procura com um discurso formalmente desprovido dos ingredientes tradicionais da retórica Alcançar os mesmos efeitos que poderia obter com eles. Se admitirmos com Paul Veyne que “a retórica era arte de ganhar, mais que de ter razão” (1987, p. 73) não haverá muitos motivos para não admitir que a não-retórica pretendida é um ingrediente retórico de inestimável eficácia.

ANEXOS

ANEXO 1

NOMINATIVO

1. uti ante certam diem Caesar exercitum dimittat (BC. 1, 2.)
2. Quibus rebus cognitis, Caesar apud milites contionatur. (BC. 1, 7).
3. Cesar in Galliam reuerteretur, (BC. 1, 10)
4. Erat iniqua condicio postulare ut Caesar Arimino excederet atque in prouinciam reuerteretur, (BC. 1, 11).
5. Quibus rebus cognitis, confisus municipiorum uoluntatibus Caesar cohortes legionis XIII ex praesidiis deducit Auxinumque proficiscitur; (BC. 1, 12).
6. At Caesar milites Attianos conlaudat, (BC. 1, 13).
7. Caesar enim aduentare iam iamque et adesse eius equites falso nuntiabantur. (BC. 1, 14).
8. gladiatoresque quos ibi Caesar in ludo habebat ad forum productos Lentulus libertatis spe confirmat (BC. 1, 14).
9. Auximo Caesar progressus omnem agrum Picenum percurrit. (BC. 1, 15).
10. Recepto Firmo expulsoque Lentulo, Caesar conquiri milites qui ab eo discesserant, dilectumque institui iubet; (BC. 1, 16).

11. Caesar, legionibus tductis, ad oppidum constitit iuxtaque murum castra posuit. (BC. 1, 16).
12. Caesar eas cohortes cum exercitu suo coniunxit Attiumque incolumem dimisit. (BC. 1, 18).
13. Caesar primis diebus castra magnis operibus munire et ex finitumis municipiis frumentum compartare reliquasque copias expectare instituit. (BC. 1, 18).
14. Quibus rebus cognitis, Caesar [...] [...] [...] eos qui ueniebant conlaudat
atque in oppidum dimittit. (BC. 1, 21).
15. Cuius orationem Caesar interpellat: (BC. 1, 22)
16. Caesar, ubi luxit, omnes senatores senatorumque liberos, tribunos militum equitesque Romanos ad se produci iubet. (BC. 1, 23).
17. Quem Caesar ad eum remittit cum mandatis: (BC. 1, 24).
18. Atque haec Caesar ita administrabat ut condiciones pacis dimittendas non existimaret; (BC. 1, 26).
19. Ita saepius rem frustra temptatam Caesar aliquando dimittendam sibi iudicat et de bello agendum. (BC. 1, 26).
20. Per quos re cognita, Caesar scalas parari militesque armari iubet, (BC. 1, 28).

21. Caesar, [..., tamen] eius rei moram temporisque longiquitatem timebat. (BC. 1, 29).
22. His rebus confectis, Caesar ut reliquum tempus a labore intermitteretur, milites in proxima municipia deducit. (BC. 1, 32).
23. Cuius cognito consilio, Caesar, [...], ab urbe proficiscitur atque in ulteriorem Galliam peruenit. (BC. 1, 33).
24. Euocat ad se Caesar Massilia XV primos. (BC. 1, 35).
25. Quibus iniuriis permotus Caesar legiones tres Massiliam adducit; (BC. 1, 36).
26. Caesar legiones in Hispaniam praemiserat VI*; (BC. 1, 39).
27. Eo biduo Caesar cum equitibus DCCCC quos sibi praesidio reliquerat in castra peruenit. (BC. 1, 41).
28. Caesar, [...], castra facere instituit et [...] uallo muniri uetuit [...] sed [...] pdeum XV fossam fieri iussit. (BC. 1, 41).
29. Sub uesperum Caesar intra hanc fossam legiones reducit atque ibi sub armis proxima nocte conquiescit. (BC. 1, 41).
30. neque idcirco Caesar opus intermittit, (BC. 1, 42).
31. Tertio die Caesar uallo castra communit, (BC. 1, 42).

32. quem si occupauisset Caesar et communiuisset, (BC. 1, 43).
33. Caesar [...] legionem nonam subsidio duci. (BC. 1, 45).
34. Hoc idem Caesar facere cogebatur, (BC. 1, 45).
35. Caesar superioribus diebus consumpserat; (BC. 1, 48).
36. et loc trans flumen integra quo omnino Caesar adire non poterat. (BC. 1, 49).
37. Conatus est Caesar reficere pontes, (BC. 1, 50).
38. Caesar iis ciuitatibus [...] pecus imperabat. (BC. 1, 52).
39. imperat militibus Caesar ut naues faciant, (BC. 1, 54).
40. sed selectos ex omnibus legionibus fortissimos uiros, antesignanos, centuriones, Caesar ei classi attribuerat, (BC. 1, 57).
41. Quibus rebus perterritis animis aduersariorum, Caesar,[...], nactus idoneum locum, fossas pedum XXX [...] facere instituit. (BC. 1, 61).
42. quod multum Caesar equitatu ualebat. (BC. 1, 61).
43. Qua re per exploratores cognita, summo labore militum Caesar continuato diem noctemque opere in flumine auertendo, huc iam reduxerat rem (BC. 1, 62).
44. obsecrare ut per eos Caesar certior fieret (BC. 1, 64).

-
45. Quorum studio et uocibus excitatus, Caesar, etsi timebat tantae magnitudinis flumini exercitum obicere, conandum tamen atque experiendum iudicat. (BC. 1, 64).
46. Caesar in campis exercitum reficit, (BC. 1, 65).
47. Caesar quoque in proximo colle castra ponit. (BC. 1, 65).
48. fit ab his certior Caesar duces aduersariorum silentio copias castris educere. (BC. 1, 66)
49. Caesar, exploratis regionibus, albente caelo omnis copias castris educit (BC. 1, 68).
50. Confecit prior iter Caesar (BC. 1, 70).
51. Caesar in eam spem uenerat se sine pugna et sine uolnere suorum rem conficere posse. (BC. 1, 72).
52. etiam cum uellet Caesar, sese non esse pugnatuos. (BC. 1, 72).
53. Caesar [...] quam proxime potest hostium castris castra communit. (BC. 1, 72).
54. magnumque fructum usae pristinae lenitatis omnium iudicio Caesar ferebat, (BC. 1, 74).
55. Caesar, [...], summa diligentia conquiri et remitti iubet. (BC. 1, 77).

-
56. Caesar,[...], ipse cum legionibus subsequitur. (BC. 1, 78).
57. Qua re animum aduersa, Caesar reffectis legionibus subsequitur, (BC. 1, 80).
58. Sed isdem de causis Caesar, [...], proelio non lacessit (BC. 1, 81).
59. His eos suppliciis male haberi Caesar et necessariam subire deditionem quam proelio decertare malebat. (BC. 1, 81).
60. Caesar ab opere legiones reuocat, (BC. 1, 81).
61. Tali instructa acie tenere uterque propositum uidebatur: Caesar nisi coactus proelium ne committeret, (BC. 1, 83).
62. Postero die munitiones institutas Caesar parat perficere; (BC. 1, 83).
63. Qua re animaduersa, Caesar Germanos leuis armaturae equitumque partem flumen traicit. (BC. 1, 84).
64. Venitur in eum locum quem Caesar delegit. (BC. 1, 84).
65. Ad ea Caesar respondit: (BC. 1, 85).
66. Caesar ex eo tempore, [...], se frumentum daturum pollicetur. (BC. 1, 87).
67. Caesar ut cognosceret postulatum est, (BC. 1, 87).
68. Caesar enim per litteras Trebonio magnopere mandauerat (BC. 2, 13).

-
69. Caesar etsi multis necessariisque rebus in Italiam reuocabatur, tamen constituerat nullam partem belli in Hispaniis relinquere. (BC. 2, 18).
70. Caesar contione habita Cordubae omnibus generatim gratias agit: (BC. 2, 21).
71. Quibus rebus confectis Caesar magis eos pro nomine et uetustate quam pro meritis in se ciuitatis conseruans duas ibi legiones praesidio reliquit. (BC. 2, 22).
72. quas superioribus temporibus Corfinio receperat Caesar, (BC. 2, 28).
73. Commemorat quo sit eorum usus studio ad Corfinium Caesar, (BC. 2, 32).
74. neque sine causa et Caesar amicissime de uobis et illi grauissime iudicauerunt. (discurso relatado) (BC. 2, 32).
75. Pompeius enim nullo proelio pusus uestri facti praeiudicio demotus Italia excessit Caesar me, quem sibi carissimum habuit, prouinciam Siciliam atque Africam, sine quibus tueri non potest, uestrae fidei commisit. (discurso relatado) (BC. 2, 32).
76. haec acta diebus XL quibus in conspectum aduersariorum uenerit Caesar. (discurso relatado) (BC. 2, 32).
77. Dictatore habente comitia Caesare, consules creantur Iulius Caesar et

- P. Seruilius; (*BC. 3, 1*).
78. Caesar ut Brundisium uenit, (*BC. 3, 60*).
79. Sed neque illi sibi confisi ex portu prodire sunt ausi, cum Caesar omnino XII naues longas praesidio duxisset, (*BC. 3, 7*)
80. neque Bibulum impeditis nauibus dispersisque remigibus satis mature occurrit, quod prius ad continentem uisus est Caesar quam de eius aduentu fama omnino in eas regiones perferretur. (*BC. 3, 7*).
81. Hunc pro suis beneficiis Caesar idoneum iudicauerat (*BC. 3, 10*).
82. ne Caesar orae maritimae ciuitates occuparet. (*BC. 3, 11*).
83. Recepto Caesar Orico nulla interposita mora Apolloniam proficiscitur. (*BC. 3, 12*).
84. Caesar praeoccupato itinere ad Dyrrachium finem properandi facit. (*BC. 3, 13*).
85. Caesar eo tempore cum legione una profectus ad recipiendas ultiores ciuitates... (*BC. 3, 16*).
86. Postulabat Caesar ut legatos sibi ad Pompeium sine periculo mittere liceret (*BC. 3, 17*).
87. Quem ubi Caesar intellexit praesentis periculi atque inopiae uitandae

causa omnem orationem instituisse. (*BC. 3, 17*).

88. Bello perfecto ab iis Caesar haec facta cognouit, (*BC. 3, 18*).

89. ut Caesar praesens constituerat, (*BC. 3, 20*).

90. Quibus rebus permotus Caesar Brundisium ad suos seuerius scripsit,
(*BC. 3, 25*).

91. quos omnes conseruatos Caesar domum remisit. (*BC. 3, 27*).

92. quod oppidum iis antea Caesar adtribuerat muniendumque curauerat,
(*BC. 3, 29*).

93. quae opinio erat edita in uulgus, aliquam Caesar ad insequendum
facultatem haberet, nuntiosque ad eum celeriter mittit, (*BC. 3, 29*).

94. Haec eodem fere tempore Caesar atque Pompeius cognoscunt. (*BC. 3,*
30).

95. Cognitaque re diuersa sibi ambo consilia capiunt: Caesar, ut quam
primum se cum Antonio coniungeret, Pompeius, ut uenientibus in
itinere se opponeret et si imprudentes ex insidiis adoriri posset. (*BC. 3,*
30).

96. eodemque die uterque eorum ex castris stauis a flumine Apso
exercitum educunt, Pompeius clam et noctu, Caesar palam atque
interdiu. (*BC. 3, 30*).

97. altero die ad eum peruenit Caesar. (BC. 3, 30).
98. Caesar, [...], temptandas sibi prouincias longiusque procedendum existimabat. (BC. 3, 34).
99. Deductis orae maritimae praesidiis, Caesar, [...], III cohortes Orici oppidi tuendi causa reliquit. (BC. 3, 39).
100. quos praesidii causa miserat Caesar, (BC. 3, 40).
101. Caesar postquam Pompeium ad Asparagium esse cognouit, eodem cum exercitu profectus. (BC. 3, 41).
102. Quod fore suspicatus Caesar militesque adhortatus ut aequo animo laborem ferrent, (BC. 3, 41).
103. Caesar longius bellum ductum iri existimans et de Italicis comitatibus desperans [...] in Epirum rei frumentariae causa Q. Tilius et L. Canuleius legatum misit... (BC. 3, 42).
104. Quibus rebus cognitis, Caesar consilium capit ex loci natura. (BC. 3, 43).
105. Caesar, ut quam angustissime Pompeium contineret, Pompeius, ut quam plurimos colle quam maximo circuitu occuparet. (BC. 3, 45).
106. Caesar cum suos ex omnibus partibus uulnerari uideret, recipere se iussit (BC. 3, 45).

107. Caesar receptui suorum timens crates ad extremum tumulum contra hostem proferri et aduersa locari. (*BC. 3, 46*).
108. Quod cum animaduertisset Caesar, ueritus ne non reducti, sed deiecti uiderentur maiusque detrimentum caperetur. (*BC. 3, 46*).
109. At tum integras atque incolumes copias Caesar inferiore militum numero continebat, (*BC. 3, 47*).
110. Omnia enim flumina atque omnes riuos qui ad mare pertinebant Caesar aut auerterat aut magnis operibus obstruxerat, (*BC. 3, 49*).
111. Interim certior factus P. Sylla, quem discedens castris praefecerat Caesar, auxilio cohorti uenit cum legionibus duabus; (*BC. 3, 51*).
112. Quem Caesar, ut erat de se meritus et de re publica, donatum milibus CC nummum ab Octauis ordinibus ad primipilum se traducere pronuntiauit. (*BC. 3, 53*).
113. Omnibus deinceps diebus Caesar exercitum in aciem aequum in locum produxit, (*BC. 3, 55*).
114. temptandam sibi Achaiam ac paulo longius progrediendum existimabat Caesar. (*BC. 3, 56*).
115. non oblitus pristini instituti Caesar mittit ad eum A. Clodium, (*BC. 3, 57*).

116. Caesar, [...], magnis operibus praemuniuit castellaque his locis posuit. (BC. 3, 58).
117. quorum opera Caesar omnibus Gallicis bellis optima fortissimaque erat usus. (BC. 3, 59)/
118. Caesar neque tempus illud animaduersionis esse existimans et multa uirtuti eorum concedens rem totam distulit. (BC. 3, 60).
119. Ad eas munitiones Caesar Lentulum Marcellinum quaestorem cum legione IX positum habebat. (BC. 3, 62).
120. Hoc enim superioribus diebus timens Caesar ne nauibus nostri circumuenirentur, duplicem eo loco fecerat uallum, (BC. 3, 63).
121. Neque multo post Caesar, significatione per castella fumo facta, ut erat superioris temporis consuetudo [...] eodem uenit. (BC. 3, 65).
122. Post, mutato consilio quibusdam de causis, Caesar paulo ultra eum locum castra transtulit, (BC. 3, 66).
123. Hanc legionem sperans Caesar se opprimere posse et cupiens eius diei derimentum sarcire reliquit in opere cohortes duas. (BC. 3, 67).
124. cum Caesar signa fugientium manu prenderet et consistere iuberet, (BC. 3, 69).
125. Duobus his unius diei proeliis Caesar desiderauit milites DCCCCLX

et notos equites Romanos... (BC. 3, 71).

126. Caesar ab superioribus consiliis depulsus omnem sibi commutandam belli rationem existimavit. (BC. 3, 73).

127. Contra ea Caesar neque satis militibus perteritis confidebat (BC. 3, 74).

128. quod multum expedito itinere antecesserat Caesar. (BC. 3, 75).

129. Huic suos Caesar equites opposuit expeditosque antesignanos admiscuit CCCC, (BC. 3, 75).

130. Confecto iusto itinere eius diei, quod proposuerat Caesar, (BC. 3, 76).

131. Quibus ad sequendum impeditis, quod fore prouiderat *Caesar, meridiano fere tempore signo profectionis dato exercitum educit (BC. 3, 76).

132. Postero die Caesar similiter praemissis prima nocte impedimentis de quarta uigilia ipse egreditur. (BC. 3, 77).

133. Itaque praemissis nuntiis ad Cn. Domitium Caesar scripsit (BC. 3, 78).

134. si Caesar iter illo haberet, ut subsidium Scipioni ferret; (BC. 3, 78).

135. Haec ad id tempus Caesar ignorabat. (BC. 3, 79).

136. Coniuncto exercitu, Caesar Gomphos peruenit, (BC. 3, 80).

-
137. Caesar, castris munitis, scalas musculosque ad repentinam oppugnationem fieri et crates parari iussit. (*BC. 3, 80*).
138. quos Caesar ad murum producendos curauerat, (*BC. 3, 81*).
139. temptandum Caesar existimauit (*BC. 3, 84*).
140. si iniquis locis Caesar se subiceret. (*BC. 3, 85*).
141. Caesar nulla ratione ad pugnam elici posse Pompeium existimans hanc sibi commodissimam belli rationem iudicauit. (*BC. 3, 85*).
142. Tunc Caesar apud suos, cum iam esset agmen in portis: (*BC. 3, 85*).
143. Caesar cum Pompei castris adpropinquasset, ad hunc modum aciem eius instructam animum aduertit. (*BC. 3, 88*).
144. Caesar superius institutum seruans X legionem in dextro cornu, nonam in sinistro conlocauerat. (*BC. 3, 89*).
145. Quod ubi Caesar animum aduertit, (*BC. 3, 93*).
146. Eodem tempore tertiam aciem Caesar quae quietata fuerat et se ad id tempus loco tenuerat procurrere iussit. (*BC. 3, 94*).
147. Caesar,[...], nullum spatium perterritis dari oportere existimans milites cohortatus est. (*BC. 3, 95*).
148. Caesar castris potitus a militibus contendit (*BC. 3, 97*).

-
149. Qua re animaduersa, Caesar copias suas diuisit partemque legionum in castris Pompei remanere iussit. (BC. 3, 97).
150. Caesar milites cohortatus [est], (BC. 3, 97).
151. Caesar prima luce omnes eos qui in monte consederant ex superioribus locis in planitiem descendere atque arma proicere iussit. (BC. 3, 99).
152. Sic enim Caesar existimat eo proelio excellentissimam uirtutem Crastini fuisse, (BC. 3, 99).
153. Caesar omnibus rebus relictis persequendum sibi Pompeium existimauit, (BC. 3, 102).
154. Caesar cum in Asiam uenisset, (BC. 3, 105).
155. Ita duobus temporibus Ephesiae pecuniae Caesar auxilium tulit.... (BC. 3, 105).
156. quo die proelium secundum Caesar fecisset, (BC. 3, 105).
157. Caesar paucos dies in Asia moratus, (BC. 3, 106).
158. Sed Caesar confisus fama rerum gestarum infirmis auxiliis proficisci non dubitauerat. (BC. 3, 106).
159. Quo facto, regem ut in sua potestate haberet Caesar effecit, (BC. 3,

109).

160. praeter eam oppidi partem quam Caesar cum militibus tenebat. (BC. 3, 111).

161. sed Caesar dispositis per uias cohortibus impetum eius sustinuit. (BC. 3, 111).

162. Sed rem obtinuit Caesar omnesque eas naues et reliquas quae erant in naualibus incendit, (BC. 3, 111).

163. Hoc tum ueritus Caesar, hostibus in pugna occupatis, militibus expositis, Pharonprehendit (BC. 3, 107).

164. paucisque utrimque interfectis Caesar loca maxime necessaria complexus noctu praemuniit. (BC. 3, 107).

ANEXO 2

...

GENITIVO

1. Litteris [a Fabio] C. Caesaris consulibus redditis aegre ab his impetratum est (BC. 1, 1).
2. habere se quoque ad Caesaris gratiam atque amicitiam receptum. (BC. 1, 1).
3. ita quam maxime ab inimicis Caesaris conlaudatur. (BC. 1, 2).
4. Catonem ueteres inimicitiae Caesaris incitant et dolor repulsae. (BC. 1, 4).
5. Ipse Pompeius ab inimicis Caesaris incitatus (BC. 1, 4).
6. Nec docendi Caesaris propinquis eius spatium datur (BC. 1, 5).
7. et de imperio Caesaris et de amplissimis uiris, tribunis plebis, grauissime acerbissimeque decernitur (BC. 1, 5).
8. L. Caesar adulescens uenit, cuius pater Caesaris erat legatus. (BC. 1, 8).
9. postulata Caesaris renuntiat. (BC. 1, 10).
10. exercitum Caesaris uelle dimitti, dilectus habere; (BC. 1, 11).
11. si peracto consulatu Caesaris non profectus esset (BC. 1, 11).
12. Aduentu Caesaris cognito, decuriones Auximi ad Attium Varum

frequentes conueniunt; (*BC. 1, 13*).

13. Hunc ex primo ordine pauci Caesaris consecuti milites consistere coegerunt. (*BC. 1, 13*).

14. qui, Caesaris aduentu cognito, profugit ex oppido, (*BC. 1, 15*).

15. Ibi cum antecursoribus Caesaris proelio commisso, (*BC. 1, 16*).

16. quam in conspectum Caesaris deducatur. (*BC. 1, 22*).

17. Caesarisque in se beneficia exponit. (*BC. 1, 22*).

18. quae procul equitatum Caesaris conspicatae, (*BC. 1, 24*).

19. Item reliquis itineribus nonnullae cohortes in agmen Caesaris, aliae in equites incidunt. (*BC. 1, 24*).

20. omni genere telorum completas ad opera Caesaris appellebat (*BC. 1, 26*).

21. Pompeius siue operibus Caesaris permotus siue etiam (*BC. 1, 27*).

22. quo facilius impetum Caesaris tardaret, (*BC. 1, 27*).

23. atque ipsius Pompei contumeliis permoti Caesaris rebus fauebant. (*BC. 1, 28*).

24. quae ad moles Caesaris adhaeserant, (*BC. 1, 28*).

25. et qui in castris Caesaris fuissent. (*BC. 1, 33*).

-
26. Subicitur etiam L. Metellus tribunus plebis ab inimicis Caesaris (*BC. 1, 33*).
27. ne noua Caesaris officia ueterum suorum beneficiorum in eos memoriam expellerent. (*BC. 1, 34*).
28. Quae res magnas difficultates exercitui Caesaris attulit. (*BC. 1, 48*).
29. quae ad Caesaris amicitiam accesserant (*BC. 1, 48*).
30. quod Afranius paene omne frumentum ante Caesaris aduentum Ilerdam conuexerat, (*BC. 1, 48*).
31. erant legati Caesaris. (*BC. 1, 51*).
32. et Caesaris amicitiam sequuntur. (*BC. 1, 60*).
33. Caesaris autem erat in barbaris nomen obscurius. (*BC. 1, 61*).
34. quae Caesaris castris erant coniuncta (*BC. 1, 64*).
35. ut equitatum effugerent Caesaris, (*BC. 1, 65*).
36. aut ne ab equitatu Caesaris in angustiis tenerentur, (*BC. 1, 66*).
37. Hoc idem fit ex castris Caesaris. (*BC. 1, 66*).
38. Alii, quod pridie noctu conclamatum esset in Caesaris castris, (*BC. 1, 67*).
39. Circumfundi noctu equitatum Caesaris atque omnia loca atque itinera

- obsidere; (*BC. 1, 67*).
40. sed exercitum Caesaris uiarum difficultates tardabant, (*BC. 1, 70*).
41. Afrani copias equitatus Caesaris insequens morabatur. (*BC. 1, 70*).
42. quibus interclusis exercitu Caesaris auxilium ferri nulla ratione poterat.
(*BC. 1, 70*).
43. conspicatus equitatus Caesaris in cohortis impetum facit; (*BC. 1, 70*).
44. Hoc consilium Caesaris plerisque non probabatur; (*BC. 1, 72*).
45. et quem quisque in Caesaris castris notum aut municipem habebat
conquirat atque euocat. (*BC. 1, 74*).
46. quem quisque sit Caesaris miles, ut producat (*BC. 1, 76*).
47. quin ab equitatu Caesaris exciperetur. (*BC. 1, 79*).
48. Vbi Caesaris castra posita (*BC. 1, 80*).
49. Instabat agmen Caesaris atque uniuersum imminebat. (*BC. 1, 80*).
50. tertio die magna iam pars operis Caesaris processerat. (*BC. 1, 82*).
51. Caesaris triplex; (*BC. 1, 83*).
52. ille ut opera Caesaris impediret. (*BC. 1, 83*).
53. orant ut aduentus Caesaris expectetur. (*BC. 2, 12*).

-
54. aduentus Caesaris expectatur. (BC. 2, 13).
55. prouinciam enim omnem Caesaris rebus fauere cognouerat. (BC. 2, 18).
56. simul atque sit cognitum de edicto Caesaris, 20).
57. Ibi totius fere citerioris prouinciae legationes Caesaris aduentum expectabant. (BC. 2, 21).
58. quos in Caesaris potestatem uenisse cognouerant, (BC. 2, 22).
59. Reliquae Caesaris naues eius fuga se Hadrumentum receperunt. (BC. 2, 23).
60. nam etiam Caesaris beneficium mutauerat consuetudo (BC. 2, 29).
61. An uero in Hispania res gestas Caesaris non audistis? (BC. 2, 32).
62. Nonne prodi per illum Caesaris beneficio estis conseruati? (BC. 2, 32).
63. Equidem me Caesaris militem dici uolui, (BC. 2, 32).
64. pro quibusdam Caesaris in se beneficiis illi amicissimi, (BC. 2, 36).
65. Iamque Caesaris in Hispania res secundae in Africam nuntiis ac litteris perferbantur. (BC. 2, 37).
66. Bibulus enim Corcyrae certior factus de aduentu Caesaris sperans

(*BC. 3, 8*).

67. si in Caesaris complexum uenire posset..... (*BC. 3, 8*).

68. Ibi concitatis Dalmatis reliquisque barbaris Issam a Caesaris amicitia auertit; (*BC. 3, 9*).

69. bis in potestatem peruenisse Caesaris (*BC. 3, 10*).

70. existimauit de repentino aduentu Caesaris Pompeium fieri certiozem,
(*BC. 3, 11*).

71. Sed postulatis Caesaris cognitis missuros ad Pompeium, (*BC. 3, 16*).

72. Libo neque legatos Caesaris recipere neque periculum praestare eorum, (*BC. 3, 17*).

73. quem repentinus aduentus Caesaris concitauerat, (*BC. 3, 18*).

74. de mandatis Caesaris agere instituit. (*BC. 3, 18*).

75. quam beneficio Caesaris habere uidebor? (*BC. 3, 18*).

76. Inter bina castra Pompei atque Caesaris unum flumen tantum intererat Apsus, (*BC. 3, 19*).

77. nam nobis nisi Caesaris capite relato pax esse nulla potest. (*BC. 3, 19*).

78. Vbi cum quosdam eius municipii sollicitaret equitibusque Caesaris

Gallis atque Hispanis, qui eo praesidi causa missi erant, pecuniam polliceretur. (BC. 3, 22).

79. sua classe auxilia sese Caesaris prohibitorum. (BC. 3, 23).

80. neque ullum periculum pro salute Caesaris recusantibus, (BC. 3, 26).

81. neque munitiones Caesaris prohibere poterat, (BC. 3, 44).

82. Caesarisque copias quam maxime posset distineret. (BC. 3, 44).

83. In his cum legio Caesaris nona praesidium quoddam occupauisset (BC. 3, 45).

84. si sine maximo detrimento legiones Caesaris sese recepissent (BC. 3, 45).

85. At Caesaris exercitus optima ualitudine summaque aquae copia utebatur, (BC. 3, 49).

86. reliquas ciuitates circummissis legationibus amicitiae Caesaris conciliare studebat. (BC. 3, 56).

87. sed freti amicitia Caesaris et stulta ac barbara adrogantia elati despiciebant suos stipendiumque

88. nitionum ducit quae pertinebat ad mare longissimeque a maximis castris Caesaris aberat. (BC. 3, 62).

-
89. quod ante in exercitu Caesaris non accidit, (*BC. 3, 64*).
90. animaduersum est ab speculatoribus Caesaris cohortes quasdam, (*BC. 3, 66*).
91. Superioribus diebus nona Caesaris legio cum se obiecisset (*BC. 3, 66*).
92. dextri Caesaris cornu cohortes ignorantia loci sum secutae, (*BC. 3, 68*).
93. Equitatus Caesaris, [...], receptui suo timens initium fugae faciebat. (*BC. 3, 69*).
94. atque his a Caesaris militibus occupatis, ad insequendum tardabantur. (*BC. 3, 70*).
95. prope iam expeditam Caesaris uictoriam interpellauerunt, (*BC. 3, 70*).
96. Pompeius quoque de Caesaris consilio coniectura iudicans ad Scipionem properandum sibi existimabat (*BC. 3, 78*).
97. et Caesaris profectionem, aduentum Pompei docuerunt. (*BC. 3, 79*).
98. cum se uictoriae Pompei comitem esse mallet quam socium Caesaris in rebus aduersis, (*BC. 3, 80*).
99. qui in castris erant Caesaris (*BC. 3, 82*).

-
100. iam de sacerdotio Caesaris (*BC. 3, 83*).
101. fore uti exercitus Caesaris pelleretur. (*BC. 3, 86*).
102. ut, [...], dextrum Caesaris cornu ab latere aperto adgrederentur (*BC. 3, 86*).
103. cum Caesaris copias despiceret, (*BC. 3, 87*).
104. Erat Crastinus euocatus in exercitu Caesaris, (*BC. 3, 91*).
105. Sed Pompeius suis praedixerat ut Caesaris impetum exciperent (*BC. 3, 92*).
106. simul fore ut duplicato cursu Caesaris milites exanimarentur (*BC. 3, 92*).
107. At hi miserrimo ac patientissimo exercitu Caesaris luxuriam obiciebant, (*BC. 3, 96*).
108. et cum esset Caesaris classis diuisa in duas partes, (*BC. 3, 101*).
109. et nisi eo ipso tempore quidam nuntii de Caesaris uictoria per dispositos equites essent allati, (*BC. 3, 101*).
110. nam ante inde tempus fingi a legatis amicisque Caesaris arbitrabantur. (*BC. 3, 101*).
111. cognitoque Caesaris aduentu, ex eo loco discessit (*BC. 3, 102*).

-
112. Iamque de Caesaris aduentu fama ad ciuitates eas perferebatur. (*BC.* 3, 102).
113. sed interpellatum aduentu Caesaris profugisse. (*BC.* 3, 105).
114. Item Tralibus in templo Victoriae, ubi Caesaris statuam consecrauerant, (*BC.* 3, 105).
115. Caesaris copiae nequaquam erant tantae, (*BC.* 3, 109).
116. paucitatemque militum Caesaris despiciens (*BC.* 3, 111).
117. [nutricius pueri et procurator regni, in parte Caesaris], (*BC.* 3, 112).

ANEXO 3

...

ACUSATIVO

1. sin Caesarem respiciant atque eius gratiam sequantur, (*BC. 1, 1*).
2. timere Caesarem, (*BC. 1, 2*).
3. Pollicetur L. Piso censor sese iturum ad Caesarem, (*BC. 1, 3*).
4. Dicuntur etiam ab nonnullis sententiae, ut legati ad Caesarem mittantur qui uoluntatem senatus ei proponant. (*BC. 1, 3*).
5. Profugiunt statim ex urbe tribuni plebis seseque ad Caesarem conferunt. (*BC. 1, 5*).
6. praeterea cognitum compertumque sibi alieno esse animo in Caesarem milites neque iis posse persuaderi uti eum defendant aut sequantur saltem (*BC. 1, 6*).
7. Caesarem quoque pro sua dignitate debere et studium et iracundiam suam rei publicae dimittere. (*BC. 1, 8*).
8. Interea, quoad fides esset data Caesarem facturum quae polliceretur, (*BC. 1, 10*).
9. neque se neque reliquos municipales pati posse C. Caesarem imperatorem, (*BC. 1, 13*).
10. reliqui ad Caesarem perueniunt, (*BC. 1, 13*).

11. Interea legio XII Caesarem consequitur. (*BC. 1, 15*).
12. Caesaremque adesse cum legionibus duabus nuntiat. (*BC. 1, 15*).
13. Caesarem duobus exercitibus et locorum angustiis facile intercludi posse frumento prohiberi. (*BC. 1, 17*).
14. Attius ad Antonium deductus petit ut ad Caesarem mitteretur. (*BC. 1, 18*).
15. legatosque ex suo numero ad Caesarem mittunt: (*BC. 1, 20*).
16. uelle, si sibi fiat potestas, Caesarem conuenire. (*BC. 1, 22*).
17. Principes uero esse earum partium Cn. Pompeium et C. Caesarem, patronos ciuitatis, (*BC. 1, 35*).
18. qui iter habebant ad Caesarem ad flumen constitisse. (*BC. 1, 51*).
19. Neque uero id Caesarem fugiebat, (*BC. 1, 71*).
20. legatosque de pace primorum ordinum centuriones ad Caesarem mittunt. (*BC. 1, 74*).
21. compluresque tribuni militum et centuriones ad Caesarem ueniunt seque ei commendant; (*BC. 1, 74*).
22. quaerebant per quem quisque eorum aditum commendationis haberet ad Caesarem. (*BC. 1, 74*).

23. Itaque magnus eorum cotidie numerus ad Caesarem perfugiebat. (*BC.* 1, 78).
24. sua sponte ad Caesarem in ius adierunt. (*BC.* 1, 87).
25. Nam ad eas quae factae erant Arelate per Caesarem, capituae Massiliensium accesserant sex. (*BC.* 2, 5).
26. ignorare qui fiduciarium operam optineret, quae uires suae, quae uoluntas erga Caesarem totius prouinciae. (*BC.* 2, 17).
27. Postea uero cum Caesarem ad Massiliam detineri cognouit, (*BC.* 2, 17).
28. Ipse habuit graues in Caesarem contiones. (*BC.* 2, 18).
29. Saepe ex tribunali praedicauit aduersa Caesarem proelia fecisse, magnum numerum ab eo militum ad Afranium perfugisse; (*BC.* 2, 18).
30. tanta ac tam secunda in Caesarem uoluntas prouinciae repperiebatur. (*BC.* 2, 20).
31. Tum uero omni interclusus itinere ad Caesarem mittit paratum se esse legionem, cui iusserit, tradere. (*BC.* 2, 20).
32. Sextum Caesarem mittit atque huic tradi iubet. (*BC.* 2, 20).
33. Tradita legione Varro Cordubam ad Caesarem uenit; (*BC.* 2, 20).

34. Vos autem, incerta uictoria Caesarem secuti, diiudicata iam belli fortuna uictum sequamini, (BC. 2, 32).
35. At, credo, si Caesarem probatis, in me offenditis. (BC. 2, 32).
36. ut mare transire Caesarem prohiberet, (BC. 3, 5).
37. Cui re missis ad Caesarem legatis auxilium ab eo petebant; (BC. 3, 9).
38. ut adesse Caesarem nuntiaret. (BC. 3, 11).
39. oppidani autem etiam sua sponte Caesarem recipere conarentur, (BC. 3, 11).
40. Illi ad Caesarem legatos mittunt oppidoque recipiunt. (BC. 3, 12).
41. et legatis ad Caesarem missis quae imperaret facturos pollicentur. (BC. 3, 12).
42. sicuti mari portibusque Caesarem prohibebat, (BC. 3, 15).
43. et Caesarem id summe sciebant cupere, (BC. 3, 15).
44. Ille ignominia et dolore permotus palam se proficisci ad Caesarem simulauit; (BC. 3, 21).
45. Et Caelius profectus, ut dictitabat, ad Caesarem peruenit Thurios. (BC. 3, 22).
46. neque Brundisio naues legionesque ad Caesarem ueniebant. (BC. 3,

- 25).
47. quoniam primo uenientem Caesarem non prohibuissent, (*BC. 3, 25*).
48. litterae ei redduntur a Pompeio, mare transisse cum legionibus Caesarem; (*BC. 3, 33*).
49. Petraeus, summae nobilitatis adulescens, suis ac suorum opibus Caesarem enixe iuuabat. (*BC. 3, 36*).
50. Fauonio, ut postea confecto bello repperiebamus, infectaque re sese ad Caesarem recepit. (*BC. 3, 58*).
51. Erant apud Caesarem in equitum numero Allobroges II fratres, (*BC. 3, 59*).
52. Hi propter uirtutem non solum apud Caesarem in honore erant, sed etiam apud exercitum cari habebantur; (*BC. 3, 59*).
53. Quibus illi rebus permoti uniuersi Caesarem adierunt (*BC. 3, 59*).
54. et in honore apud Caesarem fuerant, (*BC. 3, 61*).
55. cum paene cotidie a Pompeio ad Caesarem perfugerent, (*BC. 3, 61*).
56. Sed Caesarem Apollonia a directo itinere auerterat; (*BC. 3, 79*).
57. fama percrebruerat pulsum fugere Caesarem paene omnibus copiis amissis. (*BC. 3, 79*).

-
58. Quibus occidit , ut pluribus dimissi itineribus a Caesare ad Domitium et a Domitio ad Caesarem nulla ratione iter conficere possent. (BC. 3, 79).
59. quae gens paucis ante mensibus ultro ad Caesarem legatos miserat, (BC. 3, 80).
60. Simul respiciens Caesarem: (BC. 3, 91).
61. Neque uero Caesarem fefellit (BC. 3, 94).
62. signaque militaria ex proelio ad Caesarem sunt relata CLXXX et aquilae IX. (BC. 3, 99).
63. De his rebus cum ageretur apud Caesarem, (BC. 3, 109).
64. commeatu auxiliisque Caesarem prohiberent. (BC. 3, 109).

ANEXO 4

...

CAESARE

1. multi ex duabus legionibus quae sunt traditae a Caesare arcessuntur.
(*BC.* 1, 3)
2. qui ueteres inimicitias cum Caesare gerebant (*BC.* 1, 3).
3. Eadem fere atque eisdem de rebus praetor Roscius agit cum Caesare sibi que Pompeium commemorasse demonstrat. (*BC.* 1, 8).
4. Acceptis mandatis, Roscius cum Caesare Capuam peruenit (*BC.* 1, 10).
5. quas a Caesare acceptas (*BC.* 1, 14).
6. obsideri se a Caesare; (*BC.* 1, 20).
7. Prope dimidia parte operis a Caesare effecta, (*BC.* 1, 27).
8. Afrani etiam filius adulescens de sua ac parentis sui salute cum Caesare per Sulpicium legatum agebat. (*BC.* 1, 73).
9. Vbi id a Caesare negatus (*BC.* 1, 84).
10. ne quid eis noceatur neu quis inuitus sacramento dicere cogatur, a Caesare cauetur. (*BC.* 1, 86).
11. amicissime de Caesare loquebatur: (*BC.* 2, 17).
12. necessitudinem quidem sibi nihilo minorem cum Caesare intercedere,

neque se ignorare quod esset officium legati, (*BC. 2, 17*).

13. duas legiones ex IIII quas a Caesare acceperat, (*BC. 2, 23*).

14. Hic dimissus a Caesare in Africam uenerat, (*BC. 2, 28*).

15. quem a Caesare fidei commissum acceperit, (*BC. 2, 42*).

16. Dictatore habente comitia Caesare, consules creantur Iulius Caesar et P. Seruilius; (*BC. 3, 1*).

17. Expositis militibus, naues eadem nocte Brundisium a Caesare remittuntur, (*BC. 3, 8*).

18. ut erat praeceptum a Caesare, (*BC. 3, 14*).

19. palumque a portu progressus litteras a Caesare accepit, (*BC. 3, 14*).

20. Praesidiis enim dispositis omnia litora a Caesare tenebantur, (*BC. 3, 15*).

21. uelle se de maximis rebus cum Caesare loqui, si sibi facultas detur. (*BC. 3, 15*).

22. inimicitasque habebat etiam priuatas cum Caesare ex aedilitate et praetura conceptas; (*BC. 3, 16*).

23. illum a Caesare obsideri neque audere proelio dimicare. (*BC. 3, 43*).

24. Sylla a Caesare castris relictus, (*BC. 3, 51*).

-
15. Nam ante id tempus nemo aut miles aut eques a Caesare ad Pompeium transierat, (BC. 3, 61).
26. quae a Caesare tenebantur. (BC. 3, 61).
27. Quibus accidit, ut pluribus dimissi itineribus a Caesare ad Domitium et a Domitio ad Caesarem nulla ratione iter conficere possent. (BC. 3, 79).
28. Erant in sinistro cornu legiones duae traditae a Caesare initio dissensionis ex senatus consulto; (BC. 3, 88).
29. ut erat praeceptum a Caesare, (BC. 3, 93).
30. indicatis deprehensisque internuntiis a Caesare est interfectus. (BC. 3, 112).

ANEXO 5

DATIVO

1. quorum ipse maximam partem illo adfinitatis tempore iniunxerat
Caesari; (BC. 1, 4).
2. uelle Pompeius se Caesari purgatum, (BC. 1, 9).
3. Interim Caesari nuntiatur (BC. 1, 18).
4. Quibus mandatis acceptis, Massilienses portas Caesari clausuerant;
(BC. 1, 34).
5. Cuius orationem legati domum referunt atque ex auctoritate haec
Caesari renuntiant: (BC. 1, 35).
6. Hoc primum Caesari ad Ilerdam nuntiatur; (BC. 1, 59).
7. Relinquebatur Caesari nihil nisi uti equitatu agmen aduersariorum male
haberet et carperet. (BC. 1, 63).
8. datur obsidis loco Caesari filius Afrani. (BC. 1, 84).
9. Quas Caesari esse amicas ciuitates arbitrabatur, (BC. 2, 18).
10. ut Gallonium ex oppido expellerent, urbem insulamque Caesari
seruarent. (BC. 2, 20).
11. Hoc unum [inopia nauium] Caesari ad celeritatem conficiendi belli
defuit. (BC. 3, 2).

12. et se atque oppidum Caesari dedidit incolumisque ab eo conseruatus est. (BC. 3, 11).
13. Ac nonnullae eius rei praetermissae occasiones Caesari uidebantur, (BC. 3, 25).
14. Sed Caesari circuitu maiore iter erat longius, (BC. 3, 30).
15. Quae cum erant loca Caesari capienda, (BC. 3, 44).
16. milia sagittarum circiter XXX in castellum coniecta Caesari renumerauerunt, (BC. 3, 53).
17. et nunc moriens eadem fide Caesari restituo. (BC. 3, 64).
18. Eo signa legiones inlata speculatores Caesari renuntiarunt. (BC. 3, 67).
19. Caesari ad saucios deponendos, (BC. 3, 78).
20. Caesari uenienti occurrit. (BC. 3, 79).
21. quin Caesari parerent atque imperata facerent. (BC. 3, 81).
22. classe Caesari erepta portum ac mare totum in sua potestate haberent, (BC. 3, 111).

BIBLIOGRAFIA

- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. Notas sobre os aparelhos ideológicos de estado. Rio: Graal, 1985.
- AZEVEDO, A. J. da Silva de. *Humanitas*. São Paulo, Saraiva, 1948.
- BARDIN, Laurence. *Análise do Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1979.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. *Teoria do Discurso*. Fundamentos semióticos. São Paulo: Atual, 1988.
- BARROW, R. H. *Los Romanos*. México: Fondo de Cultura Económica, 1965.
- BARTHES, R. et alii. *Análise Estrutural da Narrativa*. Pesquisas Semiológicas. Petrópolis: Vozes, 1972.
- . *Mitologias*. 8ª ed. Rio: Bertrand, 1989.
- . *O Rumor na Língua*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- BAYET, Jean. *Croyances et Rites dans la Rome Antique*. Paris: Payot, 1971.
- . *Littérature Latine*. Paris: Armand Colin, 1977.
- BENVENISTE, E. *O Homem na Linguagem*. Lisboa: Vega, s.d.
- . *Problemas de Lingüística Geral*. Tradução de Maria da Glória Novak e Luíza Neri. São Paulo: Nacional-Edusp, 1976.

- BICKEL, Ernest. *Historia de la Literatura Romana*. Madrid: Gredos, 1982.
- BIELER, L. *Historia de la Literatura Romana*. Madrid: Gredos, (1968).
- BIGNONE, E. *Historia de la Literatura Latina*. Buenos Aires: Losada, 1952.
- BLOCH, M. Resenha (Dumézil). *Revue Historique*, 188(1940):274-6.
- BOUDON, Raymond. *A Ideologia ou a Origem das Idéias Recebidas*. São Paulo: Ática, 1989.
- CARCOPINO, Jérôme. *Jules César*. Paris: PUF, 1968.
- CASSIRER, Ernst. *Linguagem e Mito*. São Paulo: Perspectiva, 1985.
- CHABROL, Claude *et alii*. *Semiótica Narrativa e Textual*. São Paulo, Cúltrix-Edusp, 1977.
- CHAUÍ, M. *O que é Ideologia*. Coleção Princípios. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- CORETH, Emerich. *Questões Fundamentais de Hermenêutica*. Tradução de Carlos Lopes de Matos. São Paulo: EPU-EDUSP, 1973.
- CRIPPA, Adolpho. *Mito e Cultura*. São Paulo: Convívio, 1975.
- CURTIUS, Ernst Robert. *Literatura Européia e Idade Média Latina*. Biblioteca Científica Brasileira. Rio: Instituto Nacional do Livro, 1957.
- DUBOIS, J. *et alii*. *Retórica Geral*. São Paulo: Cultrix-Edusp, 1974

DUCROT, O. *Princípios de Semântica Lingüística*. São Paulo: Unicamp-Cultrix, 1977.

———. *Provar e Dizer*. Linguagem e Lógica. São Paulo: Global, 1981.

DUMÉZIL, G. *Idées Romaines*. Paris: Gallimard, 1969.

———. *La Cortesana y los Señores de Colores*. Esbozos de mitología II. Traducción de J. A. Castell. México: Fondo de Cultura Econômica, 1989.

———. *La religion romaine archaïque*. Paris: Payot, 1974.

ELIADE, M. *Mito e Realidade*. São Paulo, Perspectiva, 1986.

———. *Origens*. Lisboa, Edições 70, 1989.

ELVIRA, Antonio Ruiz de. *Mitología Clásica*. Madrid: Gredos, 1982.

ERNOUT, A. et MEILLET, A. *Dictionnaire Etymologique de la Langue Latine*. 3e. éd., revue et corrigée. Paris: Klincksieck, 1951.

ERNOUT, A. et THOMAZ, F. *Syntaxe Latine*. 2e. éd., Paris: Klincksieck, 1964.

FARIA, E. *Gramática Superior da Língua Latina*. Rio: Acadêmica, 1958.

FIORIN, José Luiz. *Linguagem e Ideologia*. Série Princípios. São Paulo: Ática, 1988.

—————. *Elementos de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 1992.

FORCELLINI, A. *Lexicon Totius Latinitatis*. Pádua: 1940.

GENNET, Gérard. *Discurso da Narrativa*. Tradução de Fernando Cabral Martins. Lisboa: Vega, s.d.

GINZBURG, C. *Mitologia Germânica e Nazismo*. Sobre um velho livro de Georges Dumézil. *Mitos, emblemas, sinais*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989, p. 181-206.

GNERRE, Maurizio. *Linguagem, Escrita e Poder*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fonte, 1991.

GREIMAS, A. J. *Semiótica e Ciências Sociais*. Tradução de Álvaro Lorenzini e Sandra Nitrini. São Paulo, Cultrix, 1981.

—————. *Semântica Estrutural*. São Paulo: Cultrix-Edusp, 1973.

HJELMSLEV, L. *Ensaio Lingüísticos*. São Paulo: Perspectiva, 1991.

—————. *Prolegômenos a uma Teoria da Linguagem*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

JAKOBSON, Roman. *Lingüística e Comunicação*. 5ª ed. São Paulo, Cultrix, 1971.

- LAMARRE, Clovis. *Histoire de la Littérature Latine*. Depuis la fondation de Rome jusqu'à la fin du gouvernement républicain. T. III. Paris, Librairie Jules Lamarre, 1901.
- LANDOWSKI, Eric. *A Sociedade Refletida*. Ensaios de Sociossemiotica. Tradução de Eduardo Brandão. Revisão técnica da tradução de Lineide do Lato Salvador Mosca e Irenilde Pereira dos Santos. São Paulo: EDUC-Pontes, 1992.
- LAUSBERG, Heinrich. *Elementos de Retórica Literária*. Tradução, prefácio e aditamentos de R. M. Rosado Fernandes. 4ª edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.
- LERAT, L. *La Gaule Romaine*. 249 textes traduits du grec et du latin. Paris: Editions Errance, 1986.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Novas Tendências em Análise do Discurso*. Tradução de Freda Indursky. Campinas: Pontes\EDUNICAMP, 1989.
- MARX, K. e ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. (I - Feurbach). São Paulo: Hucitec, 1987.
- MAURO, Tullio de. *Une Introduction a la Sémantique*. Paris: Payot, 1969.
- MEDINA, Gabriel Coca. *Julio César y su época*. Barcelona: Editorial Juventud, 1942.

- MOMIGLIANO, A. "Promesse per una discussione su Georges Dumézil",
Opus, II (1983):331.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso*. Uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi, Lourenço Chacon, Manoel Luiz Gonçalves Correia e Silva Mabel Serrani. Campinas, Editora da Unicamp, 1988.
- PARRET, Herman. *Enunciação e Pragmática*. Campinas: Unicamp, 1988.
- PATAI, Raphael. *O Mito e o Homem Moderno*. Tradução de Octavio Mendes Cajado. São Paulo: Cultrix, 1974.
- PICHON, R. *Histoire de la Littérature Latine*. Paris: Hachette, s.d.
- QUINTILIANO. *Institution Oratoire*. Texte revu et traduit par Henry Bornecque. Paris: Garnier, s.d.
- RAMBAUD, Michel. "César et la Gaule. L'imperialisme Romain", in GRIMAL, P. et alii. *Rome et Nous*. Manuel d'initiation à la littérature e à la civilisation latine. Paris: Picard, 1977.
- _____. *César*. Paris: PUF, s.d.
- _____. *L'Art de la Déformation Historique dans les Commentaires de César*. Deuxième tirage revu et augmenté. Paris: "Les Belles Lettres", 1966.

- REIS, Carlos. *Técnicas de Análise Textual*. Coimbra: Almedina, 1981
- RICOUER, Paul. *Interpretação e Ideologias*. Organização, tradução e apresentação de Hilton Japiassu. Rio: F. Alves, 1983.
- RIVIÈRE, J.-C. "Actualité de Georges Dumézil. *Éléments*, nov-dez. 1979:15-7.
- ROBERT, Paul. *Le Petit Robert*. Dictionnaire alphabétique et analogique de la langue française. Rédaction dirigée para A. Rey et J. Rey-Debove. Paris: Dictionnaires Le Robert, 1990.
- RODRIGUES, Nélon. *O Melhor do Romance, Contos e Crônicas*. Seleção e apresentação de Ruy Castro. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.
- ROULAND, N. *Rome, Democratie Imposible?* Avignon: Actes Sud, 1981.
- SAPIR, Edward. *Linguística como Ciência*. Ensaio. Seleção, tradução e notas de J. Mattoso Câmara Júnior. Rio, Acadêmica, 1969.
- SCHAFF, Adam. *Introducción a la Semántica*. México: Fondo de Cultura Económica, 1983.
- SMITH, P. & SPERBER, D. "Mythologiques de G. Dumézil. *Annales* — Économie, Societé-Civilization, Mai-Aout, 1971.
- TAVARES, António Augusto. *Impérios e Propaganda na Antiguidade*. Lisboa: Presença, 1988.

ITE-LIVE. *Histoire Romaine*. Livre I. Tome I. Texte établi par Jean Bayet et traduit par Gaston Baillet. Appendice rédigé para M. Raymond Bloch. 3^e tirage. Paris: "Les Belles Lettres", 1985.

————— *Histoire Romaine*. Livre II. Tome II. Texte établi par Jean Bayet et traduit par Gaston Baillet. Appendice rédigé para M. Raymond Bloch. 6^e tirage revu et corrigé par Raymond Bloch et Charles Guittard. Paris: "Les Belles Lettres", 1985.

————— *Oeuvres*. (Histoire Romaine). Avec la traduction en Français. Publiés sous la direction de M. Nisard. 2 T. Paris: Firmin Didot Frères, Fils et Cie. 1860.

TODOROV, Tzvetan. *Os Gêneros do Discurso*. Tradução de Elisa Angotti Kossivitch. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

ULLMANN, S. *Semântica: uma introdução à ciência da significação*. Lisboa: Gulbenkian, 1964.

VARGA, A. Kibedi. *Rhétorique et Littérature*. Études de sstructures classiques. Paris, Bruxelles, Montreal: Didier, 1970.

VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de. *Lições de Filologia Portuguesa*, segundo as preleções feitas aos cursos de 1911/12^o de 1912/13.

Seguidas de Lições Práticas de português Arcaico. Porto, Livraria Martins Fontes Editora, s.d.

VERÓN, Eliseo. *Ideologia, Estrutura e Comunicação*. São Paulo, Cultrix, 1970.

VEYNE, P *et alii*. *Indivíduo e Poder*. Lisboa: Edições 70, 1988.

VEYNE, P. "O Império Romano". in *História da Vida Privada*. Do Império Romano ao ano mil. I. Direção de Philippe Ariès e Georges Duby. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

———. *Acreditaram os Gregos nos seus Mitos?* Tradução de António Gonçalves. Lisboa: Edições 70, [1987].

———. *Como se Escreve a História*. Tradução de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 2ª ed. Brasília: Edunb, 1992.

WEINRICH, Harald. *Estructura y Función de los Tiempos en el Lenguaje*. Madrid: Gredos, 1968.

YAVETZ, Z.. *César et son Image*. Des limites du charisme em politique. Traduit de l'anglais par Elie Barnavi. Paris: "Les Belles Lettres", 1990.

———. *La Plébe et le Prince*. Paris, "La Découverte", 1984.

Textos de César

Caio Giulio Cesare. *La Guerra Gallica*. Milano: BUR, 1987.

César. *Commentarii de Bello Gallico*. Texte établi et traduit par L. A. Constans. Paris: "Les Belles Lettres", 1926.

César. *Commentaires sur la Guerre des Gaules*. Texte latin. Paris: Hachette, 1908.

César. *La Guerre Civile*. Texte établi et traduit par Pierre Fable. Paris: "Les Belles Lettres", 1961.

ERRATA

Página	Onde se lê	leia-se
18	já que parecem encerrar	já que parece encerrar
19	do orador, pelo triunfo	do orador pelo triunfo
22	seu trabalho]	seu trabalho
23	ter claro que,	ter claro que
27	antepor sua condição de escritor à de historiador.	antepor sua condição de historiador à de escritor.
23	o significado de - ¹	o significado de <i>HISTORIA</i> - ¹
38	<i>res gestae</i>	<i>res gestae</i>
38	1966, 219	1966, p. 219
38	<i>ut gestae</i>	<i>ut gestarum expositio</i>
49	o que reconhece	o qual reconhece
65	é, para o relato mítico,	é, para o <i>constructum mítico</i> ,
66	o <i>constructum</i> mítico, indica	o <i>constructum</i> mítico indica
69	teor, recebido como "natural"	teor, é recebido como "natural"
78	<i>Diuus Iulius</i> LVVIV, 1-3	<i>Diuus Iulius</i> LXXIV, 1-3
81	corresponderia uma <i>catálise</i>	corresponderia a uma <i>catálise</i>
81	capítulo VIII	Livro VIII
88	segundo Suetônio, como se pode observar...	segundo Suetônio.
88/89	era dever dos generais romanos deviam o Senado...	era dever dos generais romanos manter o Senado...
99	Ao apresentar-se, mais acima, alguns poucos, dados...	Ao apresentarem-se, mais acima, alguns poucos dados...
116	ao conceito uso comum ou difundido	ao conceito de uso comum ou difundido
117	vale dizer, as grandes ações e as grandes empreendimentos	vale dizer, às grandes ações e aos grandes empreendimentos
120	e Rambaud (1965, p. 196-97) a intensa recorrência...	e Rambaud (1965, p. 196-97) registram a intensa recorrência
147	<i>antea Caesaris aduentum</i>	<i>ante Caesaris aduentum</i>
150	Contudo, em César, dissimula...	Contudo, em César, a denotação dissimula...
153	"Gramática Tradicional"	"Gramática Tradicional"
159	mas à do que está implícito".	mas à do que está implícito.
164	como já se viu à p. 53 deste trabalho	como já se viu à p. 55 deste trabalho
164	à finalidade do enunciatório	à finalidade do enunciador
164	Em suma, enunciatório	Em suma, o enunciatório
164	de que também ele, ouvinte é senhor	de que também ele, ouvinte, é senhor
165	dos ingredientes tradicionais da retórica Alcançar	dos ingredientes tradicionais da retórica alcançar

Acrescentar, por favor, as seguintes obras na bibliografia:

BARTHES, R. *Fragmentos de um Discurso Amoroso*. Tradução de Hortênsia dos Santos. 1ª ed. Rio: Francisco Alves, 1990.

FUMAGALLI, G. *L'Ape Latina*. Dizionario di 2498 proverbi, motti, divise, frasi e locuzioni latini. Secunda edizione corretta e accresciuta. Milano: Ulrico Hoepli, 1975.

Rónai, Paulo. *Não Perca o seu Latim*. Rio: Nova Fronteira, 1980.

WÜLFING, P. "Il *Bellum Gallicum* di Cesare, un testo basilare dell'identità europea". In *Latina Didaxis X*. Atti del congresso, a cura di Silvana Rocca. Bogliasco: 1995.